

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

MUSEU DA JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROGRAMA DE HISTÓRIA ORAL & VISUAL

DO

PODER JUDICIÁRIO FLUMINENSE

Sumário das Entrevistas Realizadas

Entre

Junho de 1998 e Junho de 2004

Ao Desembargador

Bezerra Câmara

Introdução

O **Programa de História Oral e Visual do Poder Judiciário Fluminense** nasceu de um projeto, lançado em 1998, pelo Desembargador *Luiz César de Aguiar Bittencourt Silva*, que visava desenvolver um trabalho de pesquisa historiográfica tendo por base a metodologia e as técnicas da *História Oral*. A proposta prosperou pela importância da preservação da memória de vida dos membros do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro; da criação de novas fontes para recuperação da história do poder Judiciário do estado do Rio de Janeiro; e, pela possibilidade de integração do Museu da Justiça a outros órgãos de pesquisa com projetos semelhantes.

Os objetivos do projeto original, ampliados no Programa, são: preservar a memória dos membros do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro; resgatar e preservar a memória histórica da própria instituição judiciária, organizando entrevistas com membros do poder Judiciário e indivíduos cujas atividades tenham estado ligadas a sua história; estabelecer novas fontes para a recuperação da história do poder Judiciário fluminense; criar um arquivo de história oral para consulta de pesquisadores; manter um programa permanente de recolhimento de memórias dos membros da comunidade judiciária e de pessoas cujas atividades tenham repercutido na existência do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro; recuperar o acervo histórico do Judiciário, ainda existente, cujo paradeiro seja do conhecimento dos entrevistados; divulgar e permitir o acesso ao acervo documental seja pela promoção de publicações, seja pela criação de serviços de atendimento; integrar o Museu da Justiça à sociedade, estimulando pesquisas e promovendo palestras, cursos, exposições, etc., sobre este e outros trabalhos desenvolvidos neste órgão público; integrar o Museu da Justiça a outros organismos pesquisadores da história fluminense.

A estrutura das entrevistas abrange a utilização de questionários com questões temáticas, referentes ao controle externo do poder Judiciário, ao relacionamento das autoridades militares com o Judiciário; a fusão dos antigos estados da Guanabara e Rio de Janeiro; a Justiça eleitoral; a transferência da Capital do país para Brasília; ao Tribunal de Júri; a relação entre membros do poder Judiciário.

Além destes eixos, os questionários também exploram a história de vida, destacando fatos da vida e impressões pessoais: influência da família na escolha da carreira; escolha pelo Direito e pela Magistratura; momentos particularmente marcantes.

As entrevistas são divididas em três blocos. No primeiro, que funciona como uma abertura, acontece a identificação da própria, com a leitura do cabeçalho; identificação do entrevistado; número da entrevista; data, local etc. O segundo é caracterizado pela formulação de questões gerais de nível pessoal como data e local de nascimento, formação educacional etc. Por último são formuladas perguntas de

caráter específico sobre a vida e carreira do entrevistado. Neste bloco, ainda, é feito o encerramento com o pedido de autorização para acréscimo da entrevista ao acervo do Museu da Justiça e sua liberação para os pesquisadores.

Quanto aos aspectos técnicos das entrevistas, cabe destacar que as mesmas foram divididas em etapas, sendo a primeira referente a escolha dos entrevistados e o contato inicial (carta-convite, reiteração de convite) até o contato final com a marcação da data de entrevista. A entrevista é realizada no gabinete ou na residência do entrevistado ou, preferencialmente, na sede do Museu da Justiça, no município do Rio de Janeiro.

Tipo de entrevistados: advogados; funcionários do poder Judiciário; governadores; magistrados; políticos; promotores; procuradores e secretários de Justiça.

Todas as entrevistas são gravadas integralmente em fitas de áudio e vídeo. O equipamento utilizado ao longo de nossa história compõe-se de gravador de mesa com microfone e filmadora portátil – em um primeiro momento -; gravador de mão e filmadora profissional - hoje.

Nossa equipe é formada de um Coordenador-Geral, Entrevistador, Assistente, dois responsáveis por pesquisa e Operador de som e vídeo. Estes profissionais não são fixos em suas atividades e, eventualmente, são substituídos sempre que necessário.

Nossas entrevistas estão disponíveis aos pesquisadores sob a forma de vídeos, fitas de áudio e textos escritos e se estendem para além do que é divulgado nesta oportunidade. Este catálogo virtual é atualizado apenas a cada seis meses.

Equipe atual

Luiz César de Aguiar Bittencourt Silva - Desembargador

Coordenador Geral

Jorge Luís Rocha – Analista de Atividades Judiciárias

Historiador

Gilmar de Almeida Sá – Técnico de Atividades Judiciárias

Historiador

Adeir Barbosa Lemos. – Técnico de Atividades Judiciárias

Assistente

Ao longo de sua existência, o **Programa de História Oral & Visual do Poder Judiciário Fluminense** teve o privilégio de receber auxílio de diversas pessoas as quais gostaríamos de, neste momento, homenagear pelos serviços prestados:

Aldema Melo da Silva – *Estagiária*; **Alexandre Souza da Conceição** – *Estagiário*; **Ana Cristina Costa Barbosa** – *Estagiária*; **Carlos Luiz Bandeira Stampa** – *Funcionário à Disposição*; **Conrado da Nova Rodrigues** – *Estagiário*; **Elmo Guedes Aroeira** – *Desembargador^(*)*; **Francismar Martins dos Santos** – *Funcionária Terceirizada*; **Gilberto de Oliveira Ferreira** – *Estagiário*; **Giuliana Monteiro da Silva** – *Estagiária*; **Marco Antonio Vianna Moreira Sampaio** – *Técnico de Atividades Judiciárias*; **Nádia Portugal Pires Ferrino** – *Estagiária*; **Nilcelene Dias de Mendonça da Costa** – *Estagiária*; **Oséas Inácio da Luz** – *Voluntário*; **Pedro Paulo Moreira** – *Técnico de Atividades Judiciárias*; **Regina Célia de Souza Lemos** – *Analista de Atividades Judiciárias*; **Renato Lima Conceição** – *Estagiário*; **Rosangela da Silva Araújo** – *Estagiária*; **Terezinha Sousa** – *Funcionária Terceirizada*; **Vanessa Machado dos Santos** – *Estagiária*; **Yamara Gonçalves Narciso** – *Funcionária Terceirizada*.

^(*) Membro do Grupo de Altos Estudos da Memória Judiciária, do Museu da Justiça.

Entrevistas

Entrevista n.º: 01

Entrevistado: ***Creso de Sá Pacheco***.

Cargo: Técnico Judiciário^(*) (Aposentado)

Data: 22 de julho de 1998.

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 40 min.

Número de fitas: 01.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Adeir Barbosa Lemos.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

^(*) Este cargo equivale hoje ao Analista de Atividades Judiciárias.

Abertura. Primeiras funções no Judiciário (1949). Posse no cargo de Escriurário Datilógrafo. Opção pelo cargo de Oficial Judiciário. Nomeação pelo presidente do Tribunal de Justiça do antigo estado do Rio de Janeiro. O início da carreira no 1.º Ofício de Notas de Niterói (1950). Ascensão funcional ao cargo de Subsecretário do Tribunal de Justiça. Relato sobre o assassinato do Presidente do Tribunal de Justiça, Toledo Piza (1956). Os motivos do crime. Repercussão do assassinato. Lembranças pessoais sobre a figura de Toledo Piza. Sua atuação como Secretário da Comissão de Inquérito Administrativo. Componentes. Dados sobre a carreira do entrevistado. Relacionamento entre o Poder Executivo e o Tribunal de Justiça. Carência de verbas e de pessoal. Relacionamento dos magistrados com os advogados. Advogados importantes. Renúncia do governador José de Carvalho Jannotti (1962). A governadoria do Dr. Luiz Miguel Pinaud (1963). Nomeação do entrevistado como Chefe da Casa Civil (1963). Posse do novo governador, Badger da Silveira (1963). Transmissão do cargo na Casa Civil ao hoje desembargador Jorge F. Lorette. Discussão sobre a eleição do Doutor Jannotti. Período conturbado. Boatos. O Golpe de 64. O relacionamento do Tribunal de Justiça com as Forças Armadas. As pressões políticas. Nomeação a desembargador do Doutor Synésio de Aquino Pinheiro (1969). Confronto entre o I Comando Militar e o Tribunal de Justiça. A fusão dos antigos estados da Guanabara e Rio de Janeiro (1975). Comissão de Desembargadores. Composição do Tribunal de Justiça do novo estado. Escolha dos Desembargadores pelo Governador Faria Lima. Predomínio da ex-Guanabara. Distribuição de órgãos. Os critérios de escolha do corregedor. Atuação do novo corregedor, desembargador Luiz H. Steele F.º. Reorganização do Tribunal de Justiça. Papel dos juizes auxiliares e dos diretores na administração do Tribunal. Considerações sobre sua aposentadoria (1995). A figura do desembargador Oldemar de Sá Pacheco, avô do entrevistado. Relacionamento com o mesmo, seu temperamento. Relato de caso pitoresco envolvendo o desembargador Jovino Machado Jordão. Referência à nomeação dos juizes do concurso de 1956. Influências políticas na nomeação de magistrados, pretores e adjuntos de promotor. Encerramento.

Entrevista n.º: 02

Entrevistado: ***Hamilton de Moraes e Barros.***

Cargo: Desembargador (Aposentado).

Data: trinta de julho de 1998.

Local: Residência do Entrevistado – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 28 min.

Número de fitas: 01.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Adeir Barbosa Lemos.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Abertura. A escolha pela magistratura. A importância de ser juiz. Ingresso na carreira (1951). Os concursos antigos à magistratura. Seu desempenho como juiz titular da 15.^a Vara Criminal. Trabalho e estudo. Atuação no cargo de presidente do I Tribunal do Júri. Polêmica e discussão sobre o Tribunal do Júri. Opinião sobre o fim do Tribunal de Júri. Recordações sobre sua participação na II Guerra Mundial. A Vice-Presidência do Tribunal de Alçada do estado da Guanabara (1964). A primeira composição daquele tribunal. Sua carreira no Tribunal de Justiça. Seu papel de professor de Direito Processual Civil. Comentários sobre sua aposentadoria (1983). Sua atuação como professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e professor catedrático interino de Direito Administrativo da Faculdade de Direito de Niterói (UFF). Comentários sobre o relacionamento entre magistrados, advogados e o Ministério Público. Relacionamento com as autoridades do poder Executivo. Repressão aos abusos da autoridade. Problemas de saúde: acidente. Impedimento de exercer a função de juiz eleitoral. Instalação do Tribunal de Alçada do antigo estado da Guanabara (1964). Comentários sobre a antiga sede do Supremo Tribunal Federal. A relação do Tribunal de Alçada com o Tribunal de Justiça do estado da Guanabara. Opinião sobre a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. Transferência da sede do Tribunal de Alçada para o prédio da atual Procuradoria Geral do Estado. Estudos sobre a melhoria do poder Judiciário e a "Reforma Geisel" (1977). Comentários e curiosidades sobre suas obras. Depoimento sobre o processo de escolha para os cargos de corregedor, vice-presidente e presidente do Tribunal de Justiça. A figura do poder Judiciário. O papel do juiz. Opinião sobre controle externo do poder Judiciário. O poder Judiciário e seus mecanismos de controle interno. A qualidade dos julgamentos nas câmaras. Discussão sobre o Supremo

Tribunal Federal: o problema do número de juízes de carreira. Opinião sobre o Quinto Constitucional. O poder da instituição judiciária e seus problemas internos. Encerramento.

Entrevista n.º: 03

Entrevistado: ***Marcelo Santiago Costa.***

Cargo: Desembargador (Aposentado).

Data: seis de agosto de 1998.

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 32 min.

Número de fitas: 01.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Adeir Barbosa Lemos.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Abertura. Início da carreira de Magistrado (1947). Comentários sobre o rigor dos concursos à magistratura (década de 1940). Composição da Banca Examinadora do seu concurso. Matérias. Considerações sobre o concurso para a magistratura do antigo estado da Guanabara. A participação da Ordem dos Advogados do Brasil na Banca Examinadora. O período eleitoral. Convocação de novos juízes. Sua experiência como juiz substituto de diversas varas. Promoção a juiz de Direito efetivo (1951). Sua atuação como juiz eleitoral. As Zonas Eleitorais. Opinião sobre a Justiça eleitoral. Comentários sobre sua gestão na Presidência do Tribunal Regional Eleitoral (1982-1983). Eleições de 1982: apuração conturbada. A relação com o Tribunal de Justiça. Sua importância como segundo presidente do Tribunal de Justiça após a fusão dos estados do Rio de Janeiro e Guanabara (1975). Dificuldades encontradas. Relacionamento entre magistrados e advogados. Comentários sobre um incidente. Relacionamento entre Ministério Público e magistratura. Sua participação no julgamento do "Caso das Filipetas" (1952). O término da carreira na Presidência do Tribunal Regional Eleitoral: o "Caso Proconsult" (1982). O convite do presidente do Tribunal Federal de Recursos para trabalhar na nova Capital, Brasília. Razões da desistência. Desembargadores que foram para Brasília. Primeira lei da nova capital. Permanência dos direitos dos magistrados. Solução dos problemas de classe no novo estado da Guanabara. As dificuldades existentes no antigo Distrito Federal. Atuação como juiz da Fazenda Pública. As mudanças ocorridas na competência de julgar após a criação da Justiça Federal. Problemas com autoridades do poder Executivo. Sua atuação como membro da comissão que elaborou o primeiro Código de Organização e Divisão Judiciárias da Guanabara. A situação dos magistrados em virtude da Fusão (1975). Os conflitos. A composição do novo Tribunal. Breve relato sobre o "Caso Proconsult". Problemas com autoridades militares no período de sua Presidência do Tribunal de Justiça. Seu papel como professor de Direito Internacional Privado. Comentários sobre a Faculdade de Direito, da antiga Universidade do Estado da Guanabara. As dificuldades de conciliar os cargos de desembargador e professor. Seu afastamento do magistério (1967). Sua colaboração e a do seu antecessor, como presidentes do Tribunal Regional Eleitoral, para com a fusão dos antigos estados do Rio e da Guanabara. Afastamento de juízes por atos discricionários. Novos comentários a respeito do "Caso Filipetas". Encerramento.

Entrevista n.º: 04

Entrevistado: ***Alyrio da Silva Cavallieri.***

Cargo: Desembargador (Aposentado).

Data: cinco de agosto de 1998.

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração da entrevista: 1 h e 5 min.

Número de fitas: 02.

Coordenador: Luiz César de A. Bittencourt Silva.

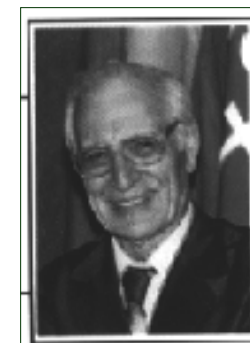
Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Jorge Luís Rocha.

Revisão: Pedro Paulo Moreira.

Obs. Nova entrevista (4.1) em 26 de junho de 2007 por sumariar.



Sumário

Abertura. A carreira de juiz de Menores na Guanabara (1965/75). O "gap" de gerações. A questão das drogas e da pornografia e os problemas políticos nos anos 60. Os problemas da juventude. O Juizado de Menores. Atribuições dos juízes. A falta de magistrados especializados. Titularidade em duas varas criminais. A ida para o Juizado de Menores. Os primeiros dois meses. Problemas do cartório e o horário de trabalho. As sessões de cinema. O trabalho a ser realizado no Juizado. Seus cinco anos de permanência.

Comentários sobre a Lei de Menores, de 1927. A falta de formação adequada. A ignorância do Direito do Menor. A instalação da cadeira de Direito do Menor na Universidade Gama Filho (1975). A elaboração da primeira obra sobre o tema. A situação hoje. A promoção a desembargador após a aposentadoria. A questão da idade da responsabilidade do menor. Os argumentos pró e contra. A questão da capacidade. A reforma da atual Lei de Menores. Crítica ao Estatuto da Criança e do Adolescente. As opiniões que compilou. Exemplos de erros da lei. Conselho Tutelar. A lei e os seus procedimentos. A carreira em Vara Criminal e no Juizado de Menores. Os meios de comunicação e a fama. Fatos curiosos da própria vida. Nova visão sobre o Juizado. A história do Juizado. Os casamentos que realizou. O choque da passagem do Juizado para a Vara Criminal. Episódio pitoresco. A questão do olhar do juiz criminal e do juiz de menores. Procedimentos. Os pecados do Estatuto da Criança e do Adolescente. Portarias sobre crianças nas ruas. O aspecto ideológico da lei. Estratégia diante dos menores. Os sacrifícios realizados para orientar o Menor. Comparação com o atual Código. A figura do Juiz Mello Motta (1924). A transformação do Juiz de Menores. A Associação Brasileira de Juizes da Infância e da Adolescência. As entidades filantrópicas e a "indústria de menores abandonados". Evocação a memória de Mello Mattos. Depoimento sobre organizações não governamentais que atuam no setor. Novos comentários sobre a história do Juizado de Menores. "Amenorite". Os princípios do Direito do Menor. Normas diferentes. Encerramento.

Entrevista n.º: 05

Entrevistado: ***Hilton de Barros.***

Cargo: Técnico Judiciário (Aposentado).

Data: sete de agosto de 1998.

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

ENTREVISTA NÃO LIBERADA PELO ENTREVISTADO.

Entrevistado: ***Jorge Fernando Loretti***.

Cargo: Desembargador (Aposentado).

Data: doze de agosto de 1998.

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 55 min.

Número de fitas: 01.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Adeir Barbosa Lemos.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Obs. Nova entrevista (6.1) em 28 de maio de 2005 por sumariar.



Sumário

Abertura. Suas razões para ter optado pelo Direito. Comentários sobre o relacionamento do poder Executivo com a magistratura. Sua carreira de advogado. Comentários a respeito das relações entre os poderes Judiciário e Executivo. A repercussão da transferência da Capital Federal para Brasília (1960). A criação do estado da Guanabara (1960). As consequências na vida administrativa e social da cidade do Rio de Janeiro e do estado do Rio de Janeiro. Comentários sobre o período conturbado do Golpe Militar (1964). Sua carreira política. Alguns nomes de políticos relevantes. Considerações sobre o episódio da "Urna de Jurujuba". Outros comentários a respeito

da "Revolução de 64". A invasão do Palácio do Ingá, sede do governo do antigo estado do Rio de Janeiro. A prisão do então governador Badger da Silveira. Sua volta ao cargo e sua nova prisão. A nomeação do presidente da Assembléia como novo governador. A transmissão de cargo. Eleição indireta feita pela Assembléia Legislativa. Comentários sobre a fusão dos antigos estados do Rio de Janeiro e Guanabara (1975). As providências iniciais para o estabelecimento de uma comissão comum aos dois estados. Componentes. Problemas. A figura do governador Carlos Lacerda. Impossibilidade de se instalar uma comissão que analisaria a Fusão. O acidente do governador Roberto Silveira. O governo Geisel e a criação de novos estados. Sua dedicação a vida universitária após a Revolução de 64. Relato do afastamento do reitor da Universidade Federal Fluminense. Interventor provisório. A escolha da lista tríplice. Integrantes. Novo reitor. Reforma Universitária. Grandes inovações. O modelo adotado pela Universidade Federal Fluminense e outras universidades. A criação da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN, em 1979). O ingresso na magistratura (1979). Sua carreira de advogado, professor e funcionário municipal. A eleição para desembargador realizada pelo Tribunal de Justiça. Componentes da lista. Integrantes do Tribunal de Justiça. A influência da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN). Movimentos contrários a aprovação da mesma. Promulgação e sanção da LOMAN (1979). Modificações do texto original. Críticas. Dificuldades quanto a sua aplicação. Sua presidência no Tribunal de Justiça (1991/92). Punição de Magistrados envolvidos com o "Jogo do Bicho" e fraudes contra o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). A diferença entre ser advogado e ser magistrado. A questão financeira. Recusa ao convite do governador Roberto Silveira. Razões da investidura. Participação no Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Importância deste organismo durante o Governo Militar. Episódios trágicos. Assassinato da Secretária da Ordem dos Advogados do Brasil. A indicação, pela OAB, para integrar bancas examinadoras em concursos para juízes. Opinião sobre o que é ser um magistrado e ser um advogado. Compensações em ambas as profissões. Contato com figuras ilustres do cenário jurídico e intelectual brasileiro. Sua presidência no Tribunal Regional Eleitoral (1993-1994) e na Associação de Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (1994-1996). Opinião sobre a Justiça eleitoral. Comentários a respeito do "Caso Fernando Collor". Sobre o controle externo do Judiciário. Enfrentando greves na Justiça e no estado do Rio de Janeiro. Melhorias na administração. Encerramento.

Entrevistado: ***Synésio de Aquino Pinheiro.***

Cargo: Desembargador (Aposentado)

Data: doze de agosto de 1998

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 29 min

Número de fitas: 01.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Adeir Barbosa Lemos.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Obs. Nova entrevista (7.1) em oito de agosto de 2005 por sumariar.

Sumário

Abertura. Escolha da profissão e sua carreira. Seu desempenho como primeiro Curador de Família nos municípios de Campos e Niterói (1953-59). Relacionamento dos magistrados com os advogados. Sua experiência como vereador e sua militância no Legislativo. O Ministério Público e o Judiciário. O relacionamento entre o poder Judiciário e autoridades do Executivo. O Quinto Constitucional e sua candidatura à lista tríplice. Nomeação e posse (1969). A escolha dos paraninfos pelo presidente do Tribunal de Justiça à época. Comentários sobre a fusão dos estados do Rio de Janeiro e Guanabara (1975). O episódio de sua colocação em disponibilidade pelo

governo estadual (1975). O relacionamento do poder Judiciário de sua cidade natal enquanto político e advogado. A desistência da carreira política. A diferença entre ser parte e ser juiz. Opinião sobre as causas da extinção dos Termos. Sua atuação como substituto do Procurador da República no Tribunal Regional Eleitoral, em Niterói. Comentários sobre a Justiça eleitoral. Sua participação no Tribunal do Júri como adjunto de promotor e, mais tarde, promotor de Justiça. A importância do Tribunal do Júri. O convite do Presidente do Tribunal de Justiça para reassumir o cargo de desembargador (1983). Os apoios recebidos. Sua experiência como Corregedor Geral da Justiça (1985-1986). A questão da pressão militar nos meios jurídicos. Comentários sobre seus ascendentes familiares. A influência dos mesmos na sua vida profissional. O ingresso no Ministério Público. A importância da opinião paterna. Sua nomeação para o cargo de adjunto de promotor à pedido de autoridades políticas e eleitores de sua cidade. Opinião sobre o controle externo do poder Judiciário. Conflitos com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), quando de sua reassunção (1983). Narração de fato curioso ocorrido durante um julgamento. Encerramento.

Entrevista n.º: 08

Entrevistado: ***Paulo Dourado de Gusmão***

Cargo: Desembargador (Aposentado)

Data: doze de agosto de 1998

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 01 h e 01 min

Número de fitas: 01.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Adeir Barbosa Lemos.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Abertura. A influência paterna na escolha de sua profissão. A convivência com figuras ilustres da magistratura. Participação de seu pai na Reforma da Justiça de 1923. Comentários sobre o "Caso da Casa da Moeda". Sentença condenatória. O falecimento de seu pai. Obras de autoria do mesmo. Presidência do Tribunal de Justiça (1985-1986). Leitura da sentença citada acima. Incêndio nos arquivos da 8.^a Vara Criminal. Situação financeira da família com o falecimento de seu pai. Sua formação educacional. O ingresso na Faculdade Nacional de Direito. Seus professores. Sua nomeação, como funcionário, para a Corte de Apelação do Distrito Federal (1939). Carga horária. Sua função. Nomes de importantes desembargadores que conheceu. Sua atuação como funcionário. Relato de um fato interessante. Convite do presidente do Tribunal. Sua participação na criação das primeiras fichas de controle de processos do Tribunal. Inscrição no concurso para assistente jurídico. Sua atuação como membro do Ministério Público. O papel da Procuradoria Geral da Justiça. Curadores importantes. A primeira mulher curadora no Ministério Público. Comentários sobre o Código Civil Italiano. A publicação de seu trabalho sobre o Novo Código Civil italiano na Revista de Direito Freitas Bastos. Comentários sobre sua vida particular. Publicação de seu primeiro livro, "Filosofia do Direito". Projeção obtida em virtude dessa publicação. Professor substituto do Curso de Doutorado. Alunos importantes. Episódio ocorrido na faculdade. Professor da Universidade do Brasil. Comentários sobre a fundação da Revista de Direito do Ministério Público do Estado da Guanabara. Transferência como magistrado. Sua nomeação ao cargo de Desembargador (1978). Posse. Ausência de solenidade. Seu desempenho na função de presidente de Câmara e de Grupo de Câmaras Cíveis. O "Caso Fiat". Candidatura à Presidência do Tribunal de Justiça. O Tribunal e a relação dos funcionários do estado do Rio de Janeiro e da ex-Guanabara. Sua eleição. Fim do predomínio do antigo estado da Guanabara. As queixas dos magistrados do antigo estado do Rio de Janeiro. Comentários sobre as formas de promoção. A questão da antigüidade. O fim do problema. Apoios recebidos. Comentários sobre o corregedor geral da Justiça e os vice-presidentes eleitos. Novo título da Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. A criação do Centro de Processamentos de Dados do Tribunal de Justiça. Setores abrangidos. Órgão colaborador. Comentários sobre funcionário requisitado para pesquisar a História do Poder Judiciário. Interdição da obra do Sindicato dos Advogados. Incumbências da Ordem dos Advogados do Brasil. Reforma de prédios para arquivar os processos das varas judiciais. Convênio com a Casa da Moeda. Instalação do primeiro Juizado Especial de Pequenas Causas na comarca de Nova Iguaçu. Instalação do Segundo Tribunal do Júri no fórum central. Apoios recebidos. Outras realizações no cargo de presidente do Tribunal de Justiça. Relacionamento com o poder Executivo. Relato de fatos ocorridos no período em que substituiu o governador do estado. A homenagem feita pelos funcionários de primeira e segunda instância. Final da Presidência. Retorno à Oitava Câmara Cível e

ao Primeiro Grupo de Câmaras Cíveis. Seus integrantes. Comentários sobre sua aposentadoria (1989). A medalha de ouro. Volta à advocacia. Atividade cultural. Saudosas figuras do poder Judiciário. Opinião sobre a Justiça eleitoral. Diferença entre peticionar e julgar. Obras jurídicas de sua autoria. Opinião sobre a Sociologia hoje. A Sociologia de ontem. Grandes figuras da cultura brasileira. Encerramento.

Entrevista n.º: 09

Entrevistado: ***Abeylard Pereira Gomes***

Cargo: Desembargador (Aposentado)

Data: 17 de agosto de 1998

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração da entrevista: 41 min

Número de fitas: 01.

Coordenador: Luiz César de A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Jorge Luís Rocha.

Revisão: Pedro Paulo Moreira.

Sumário

Abertura. Início da carreira em Itaperuna e Volta Redonda (1953-1956). Escolha da carreira por influência paterna. A função do juiz e as lutas do pai no Partido Republicano. A figura de seu pai, Artur Heráclito Gomes. Repercussões do suicídio de Getúlio Vargas (1954). Comoção pessoal. O assassinato do John F. Kennedy (1963). Poesia. O assassinato do presidente do Tribunal de Justiça, Toledo Piza (1956). A figura de alguns magistrados que marcaram época. Relacionamento com os advogados e o Ministério Público. A figura de Tenório Cavalcanti: O assassinato do Coronel Balbino França. A morte de um amigo pessoal. Depoimento sobre a função de substituto de desembargador. A fusão dos estados do Rio de Janeiro e Guanabara (1975). Ação com independência diante dos militares. Condenação de um general do Exército. A Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN) e a sua oportunidade (1979). A Lei do Divórcio (1977). O magistrado e a Opinião pública. Relato de sentenças absurdas no Tribunal de Júri. Desencanto. Sua atuação como juiz eleitoral em Duque de Caxias. Opinião sobre a necessidade de aperfeiçoamento da Justiça eleitoral. Recordações sobre a "Campanha das Diretas Já" (1979). Comentários sobre a importância das eleições. A questão do controle externo do poder Judiciário. Recordações de sua carreira. Participação em julgamentos. Diminuição da idade da responsabilidade penal. Juiz de Menores em Duque de Caxias. O contato da comunidade com o juiz do interior. O cumprimento saudável do dever. Suas obras literárias: poemas, prosa e reminiscências. Seu papel de “juiz de casamentos”. Encerramento.

Entrevista n.º: 10

Entrevistado: ***Humberto Telles Machado da Costa.***

Profissão: Advogado

Data: vinte de agosto de 1998

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração da entrevista: 41 min

Número de fitas: 01

Coordenador: Luiz César de A. Bittencourt Silva.

Entrevistadores: Jorge Luís Rocha.

Carlos Bandeira Stampa

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Jorge Luís Rocha.

Revisão: Pedro Paulo Moreira.

Sumário

Abertura. A formação em Direito pela Faculdade do Catete. Motivação pela carreira de Advogado. A Medicina como sonho de jovem. Seu trabalho como jornalista e o início da carreira. Repórter do jornal do Partido Comunista Brasileiro. Relação com Advocacia Criminal. Recordações sobre a magistratura de sua época. A figura do desembargador Carlos Luiz Bandeira Stampa, pioneiro da prisão aberta. Comentários sobre a criação do II Tribunal de Júri (1956). A situação crítica das prisões. Cessão do antigo prédio da Alfândega. A reforma do prédio com uso de presos. A relação fraternal com o Ministério Público. Velhos promotores. Lembranças e casos curiosos. Opinião sobre a participação de advogados em bancas examinadoras. O Direito Constitucional e a participação de advogados nos tribunais superiores. Lembranças dos antigos estados do Rio de Janeiro e Guanabara. Os problemas enfrentados pelos advogados com a Ditadura Militar. Comentários sobre os processos que respondeu. Detalhes sobre um processo de assassinato cometido por militar. A abertura de Inquérito Policial Militar contra o promotor e o advogado que atuaram no caso. Impressões sobre a década de 1970. Efeitos da Mídia sobre a Opinião pública e a Justiça. Efeitos da Opinião pública sobre o Tribunal de Júri. Comentários acerca do controle externo do poder Judiciário. Considerações sobre o que considera males da Justiça. Impressões sobre a Justiça Militar. Sua atuação política e a repressão militar. Opinião sobre a pouca idade dos magistrados. Encerramento.

Entrevistado: ***Dalpes Rodrigues Monsores***

Cargo: Juiz (Aposentado)

Data: 24 de agosto de 1998

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração da entrevista: 39 min

Número de fitas: 01

Coordenador: Luiz César de A. Bittencourt Silva.

Entrevistadores: Jorge Luís Rocha.

Carlos Bandeira Stampa

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Jorge Luís Rocha.

Revisão: Pedro Paulo Moreira.

Sumário

Abertura. Motivação pela carreira de Juiz. Formação em Direito. Comentários sobre as dificuldades de funcionamento do poder Judiciário. Lembranças do período em que serviu no interior. Relacionamento com os poderes locais e com os advogados. A importância do diálogo. Problemas com as Varas de Acidentes. Criação dos precatórios. Relacionamento com os militares. Comentários sobre a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara (1975). A questão da equiparação dos salários dos magistrados. Poucas comarcas, fortalecimento do poder Judiciário. Pressão da Imprensa. Decisões no Júri. Atuação como juiz do

Tribunal de Júri. Opinião sobre a necessidade da instituição. Complicadores de sua mecânica. O problema da definição de Crime Militar. Participação na Justiça eleitoral. Comentários sobre a Justiça eleitoral, comparando-a com a de outros países. Problemas de funcionamento. A questão da eleição de 1982: o episódio Proconsult. O controle externo do poder Judiciário e a sua estrutura. O sistema penitenciário brasileiro. A idade de responsabilidade penal. Opinião sobre a mudança do sistema de penalização do menor. Comentários sobre problemas nas eleições das quais participou. A listagem eleitoral em Vassouras. História do Foro de Miguel Pereira. A história da informatização na Justiça eleitoral. Impressões sobre a eleição de 1976. A totalização nos municípios. Eleições de 1978. A criação das regiões eleitorais. Facilitação dos trabalhos. Eleições de 1982: a necessidade da informatização. Elementos de filtro para totalização. Erros nos boletins. Afastamento em 1985. Problemas na apuração. Maior desenvolvimento da Justiça eleitoral. Comentários sobre o processo de "despersonalização" dos candidatos pelos números. Episódios sobre o Juizado de Menores. Batida em boates. Comentários sobre o Foro de Miguel Pereira e o nome dado ao mesmo. Encerramento.

Entrevista n.º: 12

Entrevistado: ***Luiz Henrique Steele Filho***

Cargo: Desembargador (Aposentado)

Data: vinte de agosto de 1998

Local: Residência do Entrevistado – Niterói/RJ

Duração da entrevista: 73 min

Número de fitas: 02

Coordenador: Luiz César de A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento bibliográfico e roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Jorge Luís Rocha.

Revisão: Pedro Paulo Moreira.

Sumário

Abertura. A carreira de escrevente e de escrivão na Polícia Civil. Grupo de estudos para o concurso de Comissário de Polícia. Comentários sobre como conheceu Amaral Peixoto e o coronel Feio. O anel de colação de grau. Sua atuação como delegado de Polícia. A passagem por Vassouras e Niterói. A figura do líder político Tenório Cavalcanti. Relato sobre o episódio de uma batida policial. O porte de arma assinado pelo general Góes Monteiro, ministro da Guerra. O relacionamento com o Judiciário, como vereador. Seu relacionamento com o então Secretário de Segurança Agenor Barcelos Feio (coronel Feio). Sua atuação como líder do Partido Republicano. Disputa eleitoral e o “voto de Minerva”. Vinculação com Amaral Peixoto e o Coronel Feio. A troca pela magistratura. Lembranças do período em que foi nadador. A disputa entre a Confederação Brasileira de Desporto e o Clube Municipal de Natação, em 1935. Vencedor e recordista de nado livre. Diretor de Natação do Clube de Regatas. Sua vitória na travessia da Baía da Guanabara em 1936 e 1938. A desistência da carreira de médico. A escolha do Direito. A criação da Lei de Segurança Nacional (1937). Concurso para a Justiça e o início da carreira. Relacionamento com os advogados e o poder Executivo nas comarcas onde atuou. A morte do genro do coronel Feio. O governo Janotti. As pressões do governo do antigo estado do Rio de Janeiro. Luta contra o governo. Relacionamento com o governador Chagas Freitas. O assassinato do desembargador Myrtharistides de Toledo Piza (1956). Recordações sobre a vida do assassinado. Seu contato com o secretário e assassino. Sua atuação como juiz criminal na comarca de Campos dos Goytacazes. Opinião sobre o Tribunal de Júri. A influência do advogado no Júri. Comentários sobre as propostas de controle externo do poder Judiciário. A questão da autonomia deste poder. O controle interno. A questão do controle por pessoas leigas e a separação dos poderes. O pouco preparo da Opinião pública para analisar a Justiça. Convocação de juízes para substituir Desembargadores. Sua atuação como corregedor-geral da Justiça do antigo estado do Rio de Janeiro. Os problemas do novo estado. Decretos de formação do Estado. Celeridade dos trabalhos para a criação do novo Estado. Os motivos de sua escolha para corregedor-geral da Justiça. O relacionamento com os militares. A presença de informantes no Judiciário. A importância das associações de classe para os magistrados. Leitura de relatório. Criação e instalação do Tribunal de Justiça do novo estado do Rio de Janeiro (1975). Luta por soluções para a magistratura do novo estado. Seu papel como presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros. Questões salariais. Sua indisponibilidade para exercer cargos na Justiça eleitoral. A importância da Justiça eleitoral. Os contrastes brasileiros. A construção da Justiça eleitoral do antigo estado do Rio de Janeiro. Encerramento. Lembranças sobre desembargadores do antigo estado do Rio de Janeiro.

Entrevistado: ***Darcy Lizardo de Lima***

Cargo: Desembargador (Aposentado)

Data: 25 de agosto de 1998

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 43 min

Número de fitas: 01

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt. Silva

Entrevistadores: Jorge Luís Rocha.

Carlos Bandeira Estampa

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Adeir Barbosa Lemos.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Abertura. Comentários sobre as razões da opção profissional pelo Direito. A influência do desembargador Toledo Piza em sua formação profissional. Considerações sobre o assassinato do desembargador Toledo Piza (1956). Repercussões desse fato em sua carreira profissional. O papel do juiz substituto. A importância do juiz titular. Grandes nomes que contribuíram para o seu aperfeiçoamento na função de juiz. Comentários sobre sua experiência como juiz de I Grau. O funcionamento do poder Judiciário em determinadas comarcas do estado do Rio de Janeiro. O apoio dos administradores municipais e casas legislativas. Relações entre

Imprensa, advogados e Ministério Público com a magistratura. O início da carreira profissional (1962). Ameaça de *impeachment* do prefeito municipal de São Gonçalo. Relato de episódio de uma entrevista concedida ao "Correio da Manhã". Desempenho da função nas comarcas do interior do estado do Rio de Janeiro. O respeito da comunidade. As conseqüências da fusão dos estados do Rio de Janeiro (1975). Retardamento na sua promoção por antiguidade. O novo Tribunal de Justiça. Os critérios de promoção. Recordações do período em que foi juiz do Tribunal de Alçada Criminal. Comentários sobre a criação daquele Tribunal (1971). A transferência do Tribunal de Alçada para a capital do novo estado do Rio de Janeiro. As dificuldades encontradas. Os presidentes e a evolução daquele Tribunal. Opinião sobre a extinção dos tribunais de Alçada. Autoridades militares e o poder Judiciário. Restrições e críticas a Lei Orgânica da Magistratura Nacional. Definição de competências. Promoção de juízes substitutos. Depoimento sobre o Tribunal do Júri e sobre a Opinião pública. Opinião sobre a existência do Tribunal do Júri. Opinião a respeito da existência da Justiça Militar. O papel da Justiça eleitoral. Opinião sobre o controle externo do poder Judiciário. O poder Executivo e a situação dos presos no Brasil. Relato de fatos marcantes em sua vida de magistrado. Encerramento.

Entrevista n.º: 14

Entrevistado: ***Francisco Cavalcanti da Cunha Horta***

Cargo: Juiz (Aposentado)

Data: 27 de agosto de 1998

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração da entrevista: 46 min

Número de fitas: 01

Coordenador: Luiz César de A. Bittencourt Silva.

Entrevistadores: Jorge Luís Rocha.

Carlos Bandeira Stampa.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Jorge Luís Rocha.

Revisão: Pedro Paulo Moreira.



Sumário

Abertura. Vocação na escolha profissional. A dificuldade de aplicar a lei em um país de legisladores. Relacionamento com a 3.^a Vara de Fazenda Pública. O Concurso para Ingresso na magistratura, de 1967. Sua atuação como titular da 5.^a Vara Cível. Juiz de Família e nas varas de órfãos e sucessões. Juiz substituto. Acumulação das varas. Atuação como juiz que se esforçava em bem julgar. Premiação da OAB. Cumprimento de ordens e o relacionamento com o Tribunal de Justiça da Guanabara. A fusão dos estados em prejuízo da Guanabara (1975). A diferença cultural. Conflito com militares. Opinião sobre a prisão celular. Comentários sobre sua figura como a de um juiz favorável aos presos. Sua função como juiz de Execuções Penais. Seu papel na criação da prisão albergue. A instituição do Tribunal do Júri e a proximidade com o povo. Aposentadoria e afastamento. Opinião sobre a Escola da Magistratura. A questão da Opinião pública e o Tribunal de Júri. O juiz monocrático, e a correção das decisões equivocadas. A solidão e a angústia do juiz monocrático. A humildade do juiz perante seu próprio poder. Religiosidade e simplicidade. Opinião sobre a Justiça Militar e o Conselho de Justiça. Sua experiência como Juiz Eleitoral durante 12 anos. Sua atuação como corregedor eleitoral em 1974. A falta de um quadro próprio. Tarefas duras para um Juiz de serventia forense e ativa nas eleições. O controle externo na recuperação da imagem do Judiciário. Sua participação na lei que criou os juizados especiais. A presidência do Conselho de Segurança Pública da Associação de Comércio. As características dos juizados especiais. As causas da lentidão da Justiça e de seus altos custos. O aperfeiçoamento das leis penais. A questão dos regimes e sua aplicação. A Vara de Execuções Penais. A questão da mudança da vara única de Execução Penal. Condenações superiores há quatro anos. Atuação como juiz no inventário de Assis Chateaubriand. Sorteio da distribuição. Ameaça ao escrivão da 3.^a Vara. Os filhos na definição da inventariança. Conflito positivo de jurisdição. A questão das custas judiciais para a Guanabara. Prisão de um dos herdeiros. A decisão do Supremo Tribunal Federal pela confirmação da sentença. A relação entre o desportismo e a vida jurídica. O futebol como fator de integração. Disputa entre equipes formadas por funcionários. Encerramento.

Entrevistado: **Paulo Roberto Leite Ventura**

Cargo: Desembargador

Data: 26 de agosto de 1998

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração da entrevista: 38 min.

Número de fitas: 01

Coordenador: Luiz César de A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Carlos Bandeira Stampa

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Jorge Luís Rocha.

Revisão: Pedro Paulo Moreira.



Sumário

Abertura. Influência do pai na escolha profissional. O início da carreira (1972). A Presidência do Tribunal de Alçada Criminal. Comentários sobre a vida do pai. A sua nomeação para o Tribunal de Justiça. Comentários sobre o relacionamento entre juízes e advogados. Censura a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. O preconceito com relação ao magistério. Críticas a Reforma Administrativa. Subjugação dos magistrados. Críticas as propostas de controle externo do poder Judiciário. Mecanismos de controle interno. Reflexões sobre o relacionamento entre Imprensa e Juízes. Advertência ao “vetetismo”. Reflexão quanto a dificuldade de atuação. O despreparo dos serventuários. Comentários sobre a fusão dos antigos estados da Guanabara e Rio de Janeiro

(1975). Reação. Episódio de preconceito entre juízes. Desafio da carreira. Relacionamento com o Tribunal do novo estado do Rio de Janeiro. Reflexões sobre o Tribunal do Júri. Comentários sobre a necessidade de reformulação do Júri. Críticas a lentidão e ao descompromisso com a Justiça. Sugestão de elaboração de um "manual" do Júri. Lembrança do Encontro Nacional dos Presidentes dos Tribunais de Júri. A questão da ignorância dos jurados. A necessidade de transparência. História do Tribunal do Júri. O relacionamento com militares durante a Ditadura. Comentários sobre a LOMAN. A necessidade da flexibilidade da lei. Exemplo do presidente do Tribunal de Justiça. Sua preferência pela formação de criminalista. Comentários sobre os juizados especiais. Opinião sobre o fortalecimento da Defensoria Pública. Críticas a Central de Mandados. A disputa entre civilistas e criminalistas. Críticas ao novo Código Civil. Atuação como presidente do Tribunal de Alçada Criminal em 1997. Sua visão sobre os Tribunais de Alçada. A falência do sistema penal brasileiro. A questão dos custos. Novos comentários sobre a falência do sistema penal brasileiro. Reflexão sobre a importância da penalização. Opinião acerca da privatização do sistema carcerário. O "Caso Ibêre Camargo". A escolha dos próprios caminhos. Encerramento. Definição de si próprio.

Entrevista n.º: 16

Entrevistado: ***Dalmo Silva***

Cargo: Desembargador (Aposentado)

Data: 31 de agosto de 1998

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração da entrevista: 35 min

Número de fitas: 01

Coordenador: Luiz César de A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Carlos Bandeira Stampa

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha

Sumário: Jorge Luís Rocha.

Revisão: Pedro Paulo Moreira.

Sumário

Abertura. Os motivos que o levaram a escolher a carreira. Relacionamento com os juízes enquanto advogado. Comentários sobre a transferência da Capital Federal para Brasília. O início da carreira (1963). A questão dos baixos salários. Atuação na 15ª Vara Criminal. Crítica ao excesso de trabalho como um inconveniente da carreira. Comentários sobre conflitos com os militares. Independência de atuação. Episódio envolvendo o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR). Depondo em comissões de inquérito. Sua atuação como secretário da Associação dos Magistrados Brasileiros, durante a fusão dos antigos estados da Guanabara e Rio de Janeiro. Comentários sobre a desconfiança inicial entre os magistrados oriundos dos dois estados. O governo Geisel e a magistratura. Comentários sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional. A remoção para o Tribunal de Alçada Cível. Sua ida para o Tribunal de Alçada Criminal. Comentários sobre a quantidade de processos estudados. Independência frente a Opinião pública. O relacionamento do Tribunal de Alçada Criminal e o Tribunal de Justiça. A troca de denominação dos Tribunais de Alçada. A criação do Centro de Estudos do Tribunal de Alçada Criminal (CETAC) e sua função (1986). Opinião sobre o sistema penal brasileiro. Afirmação por leis mais duras e em menor quantidade. Críticas a aplicação das leis. Opinião sobre a pena de morte. Opinião sobre o Tribunal de Júri. Sua atuação como representante brasileiro na União Internacional dos Magistrados. A figura dos juízes brasileiros. A existência da Justiça Militar. Comentários sobre os juízes militares. Eleição para o Tribunal Eleitoral. A Justiça eleitoral como salvaguarda da democracia. A importância da informatização da Justiça eleitoral. O controle administrativo do poder Judiciário. Abuso por parte dos presidentes dos tribunais. Lembrança sobre um fato marcante em sua vida profissional. Novos comentários sobre a independência do Judiciário. Encerramento.

Entrevistada: **Salomé de Azevedo Andrade**

Profissão: Funcionária Pública (Aposentada)

Data: dois de setembro de 1998

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 27 min.

Número de fitas: 01

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistadores: Jorge Luís Rocha.

Carlos Bandeira Stampa

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Abertura. Comentários sobre sua carreira. Requisição para o Tribunal do Júri (1956). Experiência como jurada. Grandes advogados criminais. Criação do Tribunal de Alçada do estado da Guanabara (1964). A importância do desembargador Bandeira Stampa. Requisição oficial para o Tribunal de Alçada. Chefe do Recurso de Revista, Embargos de Nulidades Infringentes. Requisição para o Tribunal de Justiça e os problemas decorrentes. Assessora e secretária do desembargador Bandeira Stampa. O falecimento do mesmo. Convite do presidente das Câmaras para exercer o cargo de chefe da Secretaria das Câmaras Criminais. Problemas com a presidência de uma das câmaras. Requisição para o Tribunal de Alçada Criminal (1983). Criação de um novo cargo na Presidência. Depoimento

sobre a instalação do Tribunal de Alçada do antigo estado da Guanabara. Relação entre o antigo Tribunal de Alçada e o Tribunal de Justiça. Transferência da Capital Federal para Brasília (1960). O relacionamento entre magistério e a magistratura. Tranquilidade no relacionamento dos três poderes. O poder Judiciário e Imprensa. A distância existente entre o funcionário e o magistrado nos dias atuais. O poder Judiciário e as autoridades militares. Depoimento sobre a relação entre a Opinião pública e o poder Judiciário. O "Caso Bateau Mouche". A criação do Tribunal de Alçada Criminal (1971). Comentários sobre a divisão entre funcionários. Relato de um fato marcante do Tribunal do Júri. Figuras relevantes do Júri. O "Caso Daniela Peres". Sua saída do Tribunal. Encerramento.

Entrevista n.º: 18

Entrevistado: ***Emílio do Carmo***

Cargo: Desembargador (Aposentado)

Data: dois de setembro de 1998

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 25 min.

Número de fitas: 01

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Adeir Barbosa Lemos.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Abertura. Aspectos da carreira. Desistência do cargo de delegado e a opção pela magistratura. A falta de comunicação entre o poder Judiciário e a Imprensa. Comentários sobre o período ditatorial. O assassinato do desembargador Toledo Piza e sua repercussão (1956). Comarcas em que atuou naquele período. O "Caso do Trem Pagador". Comentários sobre sua atuação nesse julgamento. Depoimento sobre a relação entre o magistrado e a Opinião pública. Nova capital do país e a transferência de juízes. Criação de uma Justiça local. A fusão (1975). Dificuldades de adaptação. O antigo estado do Rio de Janeiro e as consequências deixadas pela fusão. Prestígio político e social da Guanabara. Melhoria dos vencimentos. Unificação das Associações dos Magistrados. Resistência por parte dos magistrados do antigo estado do Rio de Janeiro. Os magistrados e as autoridades militares. A promulgação da Lei Orgânica da Magistratura Nacional e sua necessidade histórica (1979). Sua atuação como juiz eleitoral e membro do Tribunal Regional Eleitoral do estado do Rio de Janeiro. Sua atuação como corregedor da Justiça eleitoral estadual. O papel da Justiça eleitoral. Sobre a carência de funcionários na Justiça eleitoral e a criação de um quadro próprio para o melhor desempenho dessa Justiça. Professor de Direito Penal. Desempenho das funções de professor e magistrado. A existência do Tribunal de Alçada Criminal. Comentários sobre o relacionamento entre o poder Judiciário e o Ministério Público. Relacionamento dos magistrados com os advogados. Atuação no Tribunal do Júri. A importância do Júri. A existência da Justiça Militar. Sua opinião a respeito do controle externo do poder Judiciário. Relato de episódio marcante de repercussão nacional. Encerramento.

Entrevista n.º: 19

Entrevistado: ***Adolphino Alberto Ribeiro***

Cargo: Desembargador (Aposentado)

Data: 31 de agosto de 1998

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração da entrevista: 36 min.

Número de fitas: 01

Coordenador: Luiz César de A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Jorge Luís Rocha.

Revisão: Pedro Paulo Moreira.

Sumário

Abertura. Comentários sobre a decisão de tornar-se magistrado. Início da carreira (1962). Relato das dificuldades encontradas na comarca de Rio Bonito. Relacionamento com advogados e Ministério Público. O relacionamento dos prefeitos com o Judiciário. Recordações sobre o plebiscito do parlamentarismo. Conflito entre policiais e população. Atuação no Tribunal de Alçada do antigo estado do Rio de Janeiro. O trabalho como juiz substituto. Permanência no Tribunal de Alçada. A importância da fusão dos estados do Rio de Janeiro e Guanabara (1975). Comentários sobre a preocupação dos juizes com a recepção. A superação dos desentendimentos iniciais. Recordações sobre o trabalho de pesquisa acerca da história do Tribunal de Alçada. A fusão das associações de magistrados. Relato sobre sua experiência no Tribunal Regional Eleitoral do antigo estado do Rio de Janeiro. A defesa da unificação e a tentativa de criação de uma nova associação. O relacionamento do Tribunal de Alçada Criminal e o Tribunal de Justiça. Comentários sobre a criação do Tribunal de Alçada. A figura do desembargador Enéas Marzano. O relacionamento com as autoridades militares. Relato sobre a transferência do Tribunal de Alçada para a cidade do Rio de Janeiro. A apreensão dos juizes substitutos que trabalhavam no Tribunal de Alçada. Comentários sobre sua Vice-Presidência. Os cuidados do Juiz com a Opinião pública. Independência da Magistratura. Opinião sobre as propostas de controle externo do Judiciário. Explicação sobre o funcionamento do Conselho da Magistratura. Comentários sobre o Tribunal de Contas. O Conselho de Vitaliciamento. As queixas contra juizes. Opinião sobre a Justiça Militar. Comentários sobre a Justiça eleitoral. A necessidade de autonomia. Opinião sobre o Tribunal do Júri. Recordação sobre julgamentos que presidiu. O caso de um assassinato. A questão da condenação de pessoas não pobres. Opinião sobre o sistema penal.

A questão da Vara de Execuções Penais. Comentários sobre seu passado e origem. O sacrifício realizado. A presença do pai. Sua volta a advocacia. Narração de dois casos pitorescos envolvendo sua passagem por Rio Bonito. Encerramento.

Entrevista n.º: 20

Entrevistado: ***Antônio de Castro Assunção***

Cargo: Desembargador (Aposentado)

Data: nove de setembro de 1998

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 01 h e 22 min.

Número de fitas: 03

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistadores: Elmo G. Arueira

Jorge Luís Rocha.

Carlos Bandeira Stampa

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Adeir Barbosa Lemos.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Abertura. Primeira opção, vida militar. Formação em Direito. Atividades pretendidas. Concurso para promotor público. Razões financeiras. Critério de classificação. Outros aprovados. A escolha dos candidatos classificados feita pelo governador. Problemas na sua classificação. Protesto junto ao secretário de Justiça. Oferecimento de emprego. Novo concurso (1948). Classificação: 1.º lugar. Nomeação. Promotor substituto em Santos. Promoção. Sua experiência em comarcas do interior. Empolgação pela magistratura. Concursos para a magistratura realizados em São Paulo e no antigo Distrito Federal. Sua aprovação em ambos os concursos. Juiz substituto em São Paulo (1949). Ingresso na magistratura do antigo Distrito Federal (1951). Sua nomeação pelo presidente da República. Comarcas paulistas onde atuou. Comentários sobre o relacionamento dos membros do Ministério Público paulista com o Judiciário do estado de São Paulo. Desempenho da função de juiz substituto no Distrito Federal. Comentários sobre a função. Sua participação em um processo aberto por Gregório Fortunato (1954). A figura de Getúlio Vargas. Opinião a respeito do suicídio do mesmo. A posição de Carlos Lacerda e seus seguidores. Premonição sobre o Golpe Militar de 1964. Comentários sobre a história da Associação dos Magistrados Brasileiros. O projeto de seu estatuto e a luta pela sua aprovação. A figura do Desembargador Edgar Costa. O papel do entrevistado como fundador e Secretário da Associação. A transferência da Capital do país (1960). Os interesses do Presidente Juscelino Kubitschek. Os problemas enfrentados pela Magistratura em virtude dessa transferência. A atuação da Associação dos Magistrados Brasileiros na defesa dos direitos dos Magistrados. Colaboradores. Dispositivos vetados por Juscelino Kubitschek. A reação do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Novas lutas junto à Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara. Considerações acerca do voto do Relator da nova proposta. Dispositivos da nova Constituição. Lembranças sobre a Revolução de 64. A questão da defesa dos magistrados. Cassações e expurgos de magistrados. Tentativa de protesto da Associação dos Magistrados. Artigo no "Correio da Manhã". Radicalização do movimento golpista. Ajuda aos Magistrados cassados. Abaixo-assinado em favor do Doutor Monjardim. Comentários sobre a atuação do Presidente do Tribunal de Justiça à época. Sua contribuição para a criação do cargo de Juiz Substituto de Desembargador. Razões para criação. Sua atuação na criação do Tribunal de Alçada. A questão da nova entrância e a falta de Juizes Substitutos. Resistência do Tribunal de Justiça as alterações do projeto. Impressões sobre o relacionamento entre as Cortes de Justiça. Comentários sobre a fusão dos antigos estados da Guanabara e Rio de Janeiro (1975). Os prejuízos para a magistratura da Guanabara. Comentários sobre a extinção dos Tribunais de Alçada. Interesses da Justiça e os dos magistrados. Críticas aos juizados especiais. Novos comentários sobre projeto constitucional. Embate entre o Executivo e o Judiciário sobre a nova Constituição estadual. Pedido de intervenção do estado contra a possibilidade de perda da autonomia do Judiciário. Dispositivos enganosos. Dissuasão do presidente do Tribunal de Justiça. Discussão na Assembléia Legislativa. A questão da descentralização *versus*

centralização na Justiça. Críticas a Central de Inquéritos. A questão do constrangimento ilegal e o papel da magistratura. Lembranças da magistratura na Guanabara e da Associação de Magistrados. A figura do desembargador Oliveira e Silva e outros. Enfrentamento da Revolução de 64. Homenagem ao ministro Ribeiro da Costa. O IPM de Ênio Silveira. A questão da Justiça Militar. Posição contrária a extinção dos tribunais militares. A questão da Justiça eleitoral. Suas raízes na Revolução de 30. Comentários sobre a necessidade da Justiça eleitoral. Críticas a infidelidade partidária. Comentários sobre sua produção literária. Comentários sobre a família. Formação religiosa. Lembranças da infância. Prêmios recebidos. Explicação sobre a economia. O trabalho com conceitos matemáticos. Crítica aos políticos. Comentários acerca de artigo que escreveu sobre o Plano Real. Crítica ao plano Real. Análise da economia brasileira. Ponderações sobre as consequências dos erros cometidos na política econômica. Crítica ao comprometimento da Mídia. Conclamação a que os Juízes estejam mais bem preparados. Sua opção pelo Direito. Opinião sobre o povo brasileiro e suas elites. O pendor pela poesia. Comentários sobre seu livro de poemas. A Academia de Letras. Comentários sobre suas poesias. Encerramento.



Entrevistado: ***Felipe Augusto de Miranda Rosa***

Cargo: Desembargador (Aposentado)

Data: nove de setembro de 1998

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 54 min.

Número de fitas: 01

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Carlos Bandeira Stampa

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Adeir Barbosa Lemos.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Abertura. Seu papel como Professor da Faculdade de Direito do Distrito Federal. O exercício da Advocacia. A opção pela Magistratura. Inscrição em concurso para magistrado e sua desistência. Realização de novo concurso. A vara cível em que trabalhou. O início da carreira como juiz substituto do Distrito Federal. Sua participação em Vara da Fazenda Pública. Definição de juiz substituto. Brasília como a nova capital do país. Criação do estado da Guanabara. Transformações. Sua promoção à Vara de Família. Primeira titularidade. A precariedade das instalações. Dificuldades encontradas. Advogado e magistrado, diferenças de procedimento. A passagem de advogado para Juiz. A experiência do advogado antes do ingresso na magistratura. Comentários sobre a pouca idade dos Juízes. Relacionamento entre Judiciário, Ministério Público, advogados e poder Executivo. Convocação para substituir no I Tribunal

de Alçada. Sua candidatura para este Tribunal. Vitória. Promoção por merecimento. Sua adaptação à nova experiência. Fusão dos estados do Rio de Janeiro e Guanabara (1975). Depoimento sobre as conseqüências sofridas pela magistratura. As relações existentes entre o Tribunal de Alçada e o Tribunal de Justiça da antiga Guanabara durante a sua Presidência. Apoio do poder Executivo ao Tribunal de Alçada. O período ditatorial. A promulgação da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (1979). Revolução da estrutura do poder Judiciário. O relacionamento entre autoridades militares e o poder Judiciário. Relato de episódio curioso. Comentários sobre a relação da Opinião pública com o poder Judiciário. Sua participação no "Caso Ibêre Camargo". A polêmica da absolvição do mesmo. O "Caso Hell Angels". A relação entre magistrado brasileiro e magistrado estrangeiro. O preconceito do europeu. A fundação da União Internacional dos Magistrados (1953). A sua Presidência e a de Oscar Tenório. Período conturbado. Lançamento da candidatura do mesmo. Apoio. O papel da União Internacional dos Magistrados. Sua opinião sobre a relação entre magistratura e magistério. Opinião sobre a existência da Justiça Militar. A inadequação do sistema penitenciário brasileiro. Razões. Opinião sobre o controle externo do poder Judiciário. Momentos importantes de sua vida. Encerramento.

Entrevista n. 22

Entrevistado: ***Décio Ferreira Cretton***

Cargo: Desembargador (Aposentado)

Data: 14 de setembro de 1998

Local: Residência do Entrevistado – Niterói/RJ

Duração: 38 min.

Número de fitas: 01

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento bibliográfico e roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Adeir Barbosa Lemos.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Abertura. Comentários sobre sua carreira profissional. Sua opção pelo Direito. A Escola de Direito em Campos. Alunos importantes. Sua advocacia. Considerações sobre sua larga experiência no Direito Penal, Civil e Comercial. Tendência para a magistratura. Comarcas onde atuou como advogado. Comentários sobre sua relação com os magistrados enquanto advogado. A repercussão do suicídio do Pres. Getúlio Vargas (1954). Ingresso na magistratura (1956). A figura do desembargador Toledo Piza. Seu assassinato (1956). Relação com os advogados enquanto magistrado. O relacionamento do juiz de comarca e a comunidade. A relação entre magistrados em exercício no interior e o poder Executivo. A importância de Juscelino Kubitschek. Brasília, a nova capital do país. Fenômeno político-administrativo. Motivos para a transferência da capital (1960). Atuação na comarca de São Fidélis. A fundação do Ginásio São Fidélis. A criação da Segunda Vara Criminal de Barra Mansa. Promoção por merecimento. Figuras exponenciais da magistratura. Outras atividades. A direção do Liceu de Campos. Diretor do Instituto de Educação. Nomeação para juiz substituto de desembargador. Atuação no Tribunal do Justiça do antigo estado do Rio de Janeiro. Desembargador efetivo do mesmo Tribunal. Fusão dos Estados da Guanabara e Rio de Janeiro (1975). Comentários sobre sua disponibilidade. Aproveitamento no novo Tribunal do estado do Rio. A fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. Relação com as autoridades militares. Atuação como corregedor-geral da Justiça. O poder de influência da Mídia. A Justiça eleitoral e sua atuação nesta. A importância do Tribunal do Júri. O controle externo do poder Judiciário. Eleição ao Conselho da Magistratura. Considerações sobre suas obras literárias. A existência da Justiça Militar. Acontecimentos marcantes de sua vida profissional. Encerramento.

Entrevistado: **Geraldo Antunes Siqueira**

Profissão: Advogado (Juiz Aposentado)

Data: 16 de setembro de 1998

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 23 min.

Número de fitas: 01

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Jorge Luís Rocha.

Revisão: Pedro Paulo Moreira.

Sumário

Abertura. Lembrança sobre colegas de sua turma na Faculdade de Direito. Concurso para auditor da Marinha. Sua ida para a Polícia do então Distrito Federal. Sua aposentadoria como juiz. A opção pela advocacia (1937). Opinião Sobre a existência da Justiça Militar. A dificuldade de fazer Justiça digna. Preponderância da visão dos militares. Crimes tipicamente militares julgados por um Conselho Militar. Atuação durante o Regime Militar (1964/89). Sua participação na organização da Auditoria Militar do antigo estado da Guanabara. Escritório de advocacia. Relacionamento com os magistrados. Aulas aos estagiários que trabalhavam no escritório. Comentários sobre os filhos. Desembargadores que advogaram na Light. Comentários sobre o Tribunal do Júri. Seu entusiasmo de

estudante pelo Júri. Comentários sobre os colegas do Curso de Direito. A questão do dano moral nas ações cíveis. Histórico. Opinião sobre a existência da Justiça eleitoral. As consequências da fusão dos antigos estados da Guanabara e Rio de Janeiro para os advogados (1975). Opinião sobre a fusão. O pouco preparo da magistratura oriunda do antigo estado do Rio de Janeiro. A influência da Mídia na Justiça. Os benefícios dos juizados especiais. Comentários sobre as decisões dos juízes. Comparação com os "tempos antigos". A questão da eficiência dos meios jurídicos. Início da Advocacia. Amizade com a irmã do presidente da República, Getúlio Vargas. Melhorias da Justiça em 1946. Comentários sobre sua aposentaria. A militância do advogado. Encerramento.

Entrevista n.º: 24

Entrevistado: ***José Lisboa da Gama Malcher***

Cargo: Desembargador

Data: 16 de setembro de 1998

Local: Gabinete do Entrevistado – Tribunal de Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração da entrevista: 57 min.

Número de fitas: 01

Coordenador: Luiz César de A. B. Silva

Entrevistadores: Jorge Luís Rocha.

Carlos Bandeira Stampa

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Jorge Luís Rocha.



Revisão: Pedro Paulo Moreira.

Sumários

Abertura. Faculdades em que lecionou. Motivação para ser juiz. Comentários sobre o concurso para a magistratura do antigo estado do Rio de Janeiro. A opção pelo estado da Guanabara. O início da carreira de advogado (1955). A importância da advocacia para a magistratura. As necessidades do poder Judiciário. O profissionalismo da administração. Atuação como presidente do Tribunal de Justiça. Ampliação da Escola de Administração. Programas de treinamento. Os problemas enfrentados. A questão da falta de fóruns. Comentários sobre o processo de aperfeiçoamento como processo contínuo. A convivência com a área de Direito Penal. O trabalho com valores humanos. Sua atuação como presidente do Tribunal do Júri. As figuras de Bandeira Stampa e Talavera Bruce. Comentários sobre o Tribunal do Júri. Lembranças de relações cordiais entre juízes e advogados. A ingerência dos advogados na Justiça. A questão da pouca idade dos magistrados. A influência da Mídia entre os jurados do Tribunal de Júri. Limites da influência. A convivência no Tribunal de Alçada Criminal. Opinião sobre a extinção dos tribunais de Alçada (1998). Os inconvenientes à carreira da magistratura. A sobreposição de estruturas e os choques de jurisprudência. Seu depoimento como um dos fundadores da idéia de uma Lei Orgânica da Magistratura. A necessidade de uma definição orgânica. Críticas a Lei Orgânica da Magistratura Nacional. Sugestão de criação de um fundo nacional à magistratura. Exemplos. Relacionamento com as Forças Armadas. A tentativa de cassação de magistrados. Disponibilidade e aposentadoria forçadas. O caso de um ministro do Supremo Tribunal Federal. Opinião favorável a separação entre crimes praticados por militares e não-militares. As funções da Justiça eleitoral. A carência de recursos do Tribunal Regional Eleitoral e a autonomia administrativa. Sugestão de uma alternativa ao controle externo do poder Judiciário. Os problemas do Sistema Penitenciário. O sistema visto como um depósito de presos. As dificuldades enfrentadas no relacionamento com o poder Executivo. Sua atuação na questão da proposta orçamentária e a reação dos governadores Marcelo Alencar e Leonel Brizola. A ameaça de intervenção do estado. A figura do general Colbery C. Silva na fusão dos antigos estados da Guanabara e Rio de Janeiro (1975). Razões para a fusão. A reação da magistratura do estado da Guanabara. Expondo sua posição pessoal sobre o assunto. A convivência com ambas as magistraturas. A questão da diferenciação dos salários. O recurso ao Supremo Tribunal Federal para rever a situação. Opinião sobre o cargo de corregedor-geral da Justiça e suas atribuições. A origem da idéia dos juizados especiais. Um conselho aos novos magistrados. A vantagem das penas alternativas. A necessidade de aperfeiçoamento do poder Judiciário. Considerações sobre sua carreira. Encerramento.

Entrevistado: ***Floriano Peixoto Faria Lima***

Cargo: Almirante (Aposentado)

(Ex-Governador do Estado do Rio de Janeiro)

Data: 22 de setembro de 1998

Local: Residência do Entrevistado – Rio de Janeiro/RJ.

Duração da entrevista: 51 min.

Número de fitas: 01

Coordenador: Luiz César de A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Jorge Luís Rocha.

Revisão: Pedro Paulo Moreira.

Sumário

Abertura. Considerações sobre a carreira militar. Comentários sobre as Forças Armadas. Comentários sobre a família. Sua introdução à vida política. Comentários sobre sua indicação à direção da Petrobrás. O convite para ser governador. Sua nomeação. As dificuldades de governo. A escolha dos secretários de governo. Os problemas com o poder Judiciário e o Tribunal de Contas. A colaboração de amigos. Considerações sobre os critérios de escolha de seus auxiliares. Os critérios de escolha de magistrados para o novo Tribunal de

Justiça. Comentários sobre os critérios de nomeação dos desembargadores. O caso do desembargador Ebert Chamoun. Aspectos burocráticos e os prazos para criação do novo estado. Comentários sobre as vantagens e desvantagens da fusão dos antigos estados da Guanabara e Rio de Janeiro (1975). Exemplo da Polícia Militar. O problema de relacionamento entre municípios. A questão da Constituição do novo estado. O projeto de reorganização do antigo estado do Rio de Janeiro. A falta de informação para gerir o novo orçamento. Relacionamento com o Tribunal de Justiça. A reorganização da Justiça junto ao corregedor e ao presidente. A questão da criação das comarcas do novo estado. Os "juizes de fim-de-semana". Os pedidos de prefeitos e políticos. A criação de agências do BANERJ. Relacionamento com os partidos políticos e com o poder Judiciário. A volta dos colocados em disponibilidade. Comentários sobre o estado do Rio de Janeiro. Crítica ao atual governo do estado. A questão do controle externo do poder Judiciário. As figuras dos desembargadores Luiz Andrade e Marcelo Santiago. Comentários sobre o pagamento de precatórios no seu governo. O pagamento de atrasados. Lembrança sobre a nomeação dos secretários de Planejamento e Fazenda. A questão das dívidas do estado. Aspectos gerais de sua gestão. Novas críticas ao governador Marcello Alencar. Encerramento.

Entrevista n.º: 26

Entrevistado: ***Newton Doreste Batista***

Cargo: Desembargador (Aposentado)

Data: 23 de setembro de 1998

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 43 min.

Número de fitas: 01

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistadores: Jorge Luís Rocha.

Carlos Bandeira Stampa

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Jorge Luís Rocha.

Revisão: Pedro Paulo Moreira.

Sumário

Abertura. Observações sobre os motivos que o levaram a ser juiz. Comentários sobre o início da carreira como advogado (1951). Menção ao ministro Eduardo Spíndola. Considerações sobre o ingresso na magistratura (1957). Comentários sobre a baixa remuneração do juiz. Menção a atuação do governador Carlos Lacerda para a melhoria salarial da magistratura. Avaliação sobre a atração de elementos de melhor qualidade de outros estados. Reflexões sobre a peculiaridade da magistratura da Guanabara. O significado de pertencer à magistratura da Guanabara. Considerações sobre o concurso para a magistratura. Exemplo do desembargador Laurindo Ribas. Reflexão sobre o acerto em ter escolhido a melhor carreira. Primeiras atividades na magistratura. Comentários sobre a carreira de magistrado. Promoções e remoções. Considerações sobre a transferência da capital do país para Brasília. Desencanto. Informações sobre a possibilidade de opção para Brasília. Alguns exemplos. Avaliação sobre o Rio de Janeiro após a transferência da capital. Depoimento sobre a figura de Carlos Lacerda e de sua atuação como governador. Menção a admiração pela sua administração. Comentários sobre o relacionamento entre juízes do antigo estado da Guanabara. Comentários sobre a atuação independente dos juízes do Distrito Federal. Menção a um acidente entre o desembargador Cavalcante de Gusmão e o ministro da Fazenda. Menção ao incidente relativo a autonomia financeira do Tribunal de Alçada da Guanabara. Referência a figura do juiz Bandeira Stampa como administrador. O II Tribunal de Júri. Episódio dos presidiários que serviram ao Tribunal. Atuação do juiz Stampa como primeiro presidente do Tribunal de Alçada. Recordações sobre o prédio do antigo Supremo Tribunal Federal. Comentários sobre a mudança para o atual prédio do Tribunal de Justiça. Considerações sobre o funcionamento do Tribunal de Alçada. O padrão dos servidores. Considerações sobre a fusão dos antigos estados da Guanabara e Rio de Janeiro (1975). Avaliação sobre o período de repressão e defesa da Revolução de 1964. Vantagens para a magistratura. Lembrança da elaboração da Lei Orgânica da Magistratura Nacional durante o Regime Militar (1979). Críticas ao regime constitucional que ameaça direitos dos magistrados conquistados durante o Regime Militar. Falta de referências sobre o período Geisel. Atuação como Juiz Eleitoral. Opinião sobre a existência da Justiça eleitoral. Comentários sobre a importância do Tribunal do Júri. Lembranças sobre a carreira de advogado. Opinião sobre o Tribunal do Júri. Relato de sua atuação como Juiz do II Tribunal do Júri. Atuação na 3.^a Câmara Criminal. Lembrança de um caso de adultério seguido de morte. Independência e soberania do Júri. O "Caso das Fraudes no INSS". A Justiça Militar. A

questão do controle externo. Sua atuação como relator no processo de sindicância de irregularidades nas varas de Falência. Os juizados especiais. Opinião sobre a Mídia e o exercício da Justiça. Encerramento.

Entrevista n.º: 27

Entrevista Especial

Entrevistados: ***Leci Soares da Costa***

Cargo: Escrivã^(*)

Gilberto Ribeiro Barroso

Cargo: Escrivão Substituto

Odenir Ramos Ferreira

Cargo: Escrevente

Data: 23 de setembro de 1998

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 31 min.

Número de fitas: 01

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

^(*) Os cargos foram transformados em Analista e Técnico de Atividades Judiciárias.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Adeir Barbosa Lemos.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Abertura. A carreira dos entrevistados. Razões para a escolha da profissão. Opiniões sobre a fusão dos antigos estados do Rio de Janeiro e Guanabara (1975). Relacionamento entre os funcionários após a fusão. Oficialização dos cartórios. Benefícios adquiridos. A questão da privatização dos cartórios. Opinião sobre o desempenho dos funcionários. Comentários sobre a relação entre juízes e funcionários. Relacionamento entre funcionários e Ministério Público. Considerações sobre a relação entre partes, advogados e funcionários. Depoimento sobre a representação classista dos funcionários. A greve dos serventuários e suas consequências. A importância de alguns juízes no apoio ao movimento reivindicatório. O Código de Ética e a importância de sua existência. Condições de trabalho nos cartórios. As dificuldades encontradas. Comentários a respeito da existência de uma Justiça eleitoral. O poder Judiciário e o controle externo. Causas da lentidão da Justiça. Sugestões para um melhor funcionamento da mesma. Relatos de fatos marcantes ocorridos na vida profissional. Encerramento.

Entrevista n.º: 28

Entrevistado: ***Manoel Carpena Amorim***

Cargo: Desembargador

Data: 29 de setembro de 1998

Local: Gabinete do Entrevistado – Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 22 min.

Número de fitas: 01

Coordenador: Luiz César A. B. Silva

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Adeir Barbosa Lemos.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Abertura. Razões da escolha pela carreira de magistrado. Membro do Ministério Público do antigo estado do Rio de Janeiro. Promotor no antigo estado da Guanabara. As diferenças entre atuar como advogado e como juiz. Sua participação no Tribunal de Júri. Sua opinião a respeito dessa instituição. A polêmica existente em torno da mesma. Dificuldades encontradas no Tribunal de Júri. Mudanças necessárias. Sua opinião sobre a incomunicabilidade. A Presidência do Tribunal de Alçada Cível: sua primeira experiência administrativa. Sua gestão como diretor da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ). A experiência de ser professor e magistrado. Comentários sobre a importância da Justiça eleitoral. A questão do controle externo do poder Judiciário. A importância da EMERJ. O papel do Fórum Permanente de Debates na formação dos magistrados. Projeto pessoal. Relato de um episódio marcante. Encerramento.

Entrevistado: ***Alfredo José Marinho Filho***

Cargo: Desembargador (Aposentado)

Data: treze de outubro de 1998

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ

Duração: 32 min.

Número de fitas: 01

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistadores: Jorge Luís Rocha.

Carlos Bandeira Stampa

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Adeir Barbosa Lemos.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Abertura. Razões da escolha da carreira. Primeiro concurso público. Comissário de Polícia no Distrito Federal. A autoridade policial. A figura do general Amaury Kruel. As dificuldades encontradas como policial. Concursos importantes. Ingresso na magistratura (1962). Juiz substituto. Local onde atuou. Aposentadoria (1997). A figura do advogado Alfredo José Marinho, seu pai. Relato de fatos ocorridos na vida profissional paterna. A responsabilidade de ser filho de uma pessoa importante. Relacionamento com magistrados

enquanto delegado de Polícia. O "Caso Bom Cabelo". Transferência da Capital (1960) e a criação do Departamento Estadual de Segurança Pública. A possibilidade de transferir-se para a nova capital e sua opção. Adaptação à nova função. Considerações sobre a Oitava Região Judiciária. Atividades exercidas como juiz substituto. Definição de juiz temporário. Atuação em comarcas do interior. Relato de algumas situações difíceis. A relação do poder Judiciário com os Advogados. Seu relacionamento enquanto magistrado com as populações das comarcas do interior. Sua responsabilidade na instalação da Quarta Vara Criminal em Nova Iguaçu. Opinião a antiguidade para o Tribunal de Alçada Criminal. Presidente dessa instituição. Mudança de função e a fácil adaptação. Diferenças existentes entre os graus de instâncias. Fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara (1975). Melhorias quanto a questão financeira. As dificuldades vividas pelos juizes do antigo estado do Rio de Janeiro antes da fusão. Opinião sobre a Justiça Militar. A decadência do Sistema Penitenciário Brasileiro. A importância da Justiça eleitoral. Comentários sobre a questão do controle externo do poder Judiciário. O poder da Mídia. Sua participação no "Caso Bateau Mouche". Comentários sobre a corrupção na Polícia. Sua atuação na Seção de Repressão a Jogos Proibidos da Delegacia de Costumes e Diversões. A figura do Coronel "Cacau". Lembrança de algumas pessoas importantes. Relato sobre sua atuação neste cargo. Comentários sobre o "Caso Tuffy". Encerramento.

Entrevista n.º: 30

Entrevistado: ***Celso Peçanha***

Profissão: Advogado

(Ex-Governador do antigo estado do Rio de Janeiro)

Data: cinco de outubro de 1998

Duração da entrevista: 51 min.

Número de fitas: 02

Coordenador: Luiz César de A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.



Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Jorge Luís Rocha.

Revisão: Pedro Paulo Moreira.

Sumário

Abertura. Considerações sobre a formação acadêmica. O interesse pela advocacia. As dificuldades enfrentadas na sua formação educacional. A mudança de Campos para Niterói. Os colegas da Faculdade de Direito. O Liceu Nilo Peçanha. A figura do político Nilo Peçanha (1867-1924). Episódios da vida de Nilo Peçanha. Anedotário. O município de Campos dos Goytacazes e sua importância. Os problemas de exploração da mão-de-obra canavieira. A monocultura do açúcar e a fruticultura. O início da carreira política. A relação com o jornalismo e o magistério. A figura do senador Neves e do dr. Mário Alves. O pedido para ser prefeito. Sua ida para Bom Jardim. A figura do coronel Argemiro Mesquita. A construção do cemitério. A sua indicação para a prefeitura de Friburgo. Sua nomeação para Rio Bonito. A sua profissão de advogado. Sua eleição para deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (1950). Relacionamento com a Justiça. A figura do então promotor Bandeira Stampa. Comentários sobre as intenções políticas de Getúlio Vargas. O surgimento do PTB. A figura de Astrogildo Pereira. Sua eleição para prefeito pelo partido. Os problemas com Roberto Silveira. Sua ida para o Partido Social Progressista. O choque com Adhemar de Barros. A figura do advogado Itagiba Nogueira. O convite de Roberto Silveira para ser seu vice. A figura de Getúlio de Moura. A aliança UDN/PTB. Relacionamento com Roberto Silveira para seu governo. O falecimento do governador. Sua posse como novo governador. O relacionamento com o poder Judiciário. Relato de episódio envolvendo o presidente do Tribunal de Justiça. As figuras de Hamilton Xavier e Navega Cretton. Episódio envolvendo o desembargador Braga Land. O período como deputado federal. O concurso para magistratura. Pressões políticas para nomeação de Juízes. A concessão do direito de escolha. A figura de Carlos Lacerda. Episódio como deputado federal. Primeiro Projeto de lei sobre a garantia de vagas nas instituições superiores de ensino. Choque com o ministro da Educação. A reação de Vargas. A sua participação na Câmara dos Deputados. A questão do controle externo do poder Judiciário. Comentários sobre a perda do mandato de deputado federal. A existência da Justiça eleitoral. O exemplo do parlamentarismo. O Tribunal de Júri e seu aperfeiçoamento. Sua opinião sobre o voto obrigatório. A informatização do processo eleitoral. A questão da democracia o voto obrigatório. Crítica à corrupção na vida pública. Opinião sobre a fusão dos antigos estados da Guanabara e Rio de Janeiro. Encerramento.

Entrevista n.º: 31

Entrevistado: ***Celso Augusto Fontenelle***

Profissão: Advogado.

(Presidente da OAB/RJ)

Data: treze de outubro de 1998

Duração: 32 min.

Número de fitas: 01

Coordenador: Luiz César A. B. Silva - Desembargador

Entrevistadores: Jorge Luís Rocha.

Carlos Bandeira Stampa

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Adeir Barbosa Lemos.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Abertura. A influência paterna na carreira. A figura do sr. Jorge Fontenelle. Comentários sobre o início da carreira como solicitador. Definição do cargo. A importância do desembargador Edgard Costa. O interesse pela advocacia. A relação entre o poder Judiciário, Ministério Público e os advogados. Participação da Ordem dos Advogados do Brasil nas bancas examinadoras dos concursos à magistratura. Os concursos que participou como membro do Conselho da OAB. Componentes. Provas exigidas. A importância do “Quinto Constitucional”. Sua eleição como “juiz jurista”. A não renovação do seu mandato. A indicação do seu nome para preencher a vaga de desembargador. Motivos que o levaram à desistência. A sua atuação como presidente e vice-presidente da OAB. O “Quinto Constitucional” e a escolha dos candidatos. Requisitos necessários. A fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara (1975). A importância desse acontecimento para o poder Judiciário. Comentários sobre as relações dos Advogados com as autoridades militares. A posição do advogado perante a Opinião pública. Considerações sobre a criação dos juizados especiais. Desvantagens da Banca Única. Fim dos governos militares. Comentários sobre os atentados contra a OAB. O crescimento do número de faculdades de Direito e a qualidade do ensino. A criação do Exame da Ordem. A sua opinião sobre a Justiça Militar. O Tribunal do Júri e sua importância. Tribunais importantes. Opinião sobre o controle externo do poder Judiciário. O exemplo do desembargador Edgard Costa. Relato de um fato curioso. A pouca idade dos Juizes e suas consequências. Considerações sobre as varas de Família. A atuação dos juizes. Encerramento.

Entrevista n. 32

Entrevistado: ***Antônio Carlos Amorim***

Cargo: Desembargador (Aposentado)

Data: 19 de outubro de 1998

Duração: 01 hora e 08 min.

Número de fitas: 02

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistadores: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Jorge Luís Rocha.

Revisão: Pedro Paulo Moreira.

Sumário

Abertura. Influência do pai e do avô em sua carreira. A figura do ministro Osvaldo Mesquita da Costa. Novos comentários sobre a influência de seus parentes. Sua influência sobre os filhos. Experiência profissional antes da magistratura. Chegada ao Rio de Janeiro. Seu papel como secretário do vice-presidente da Assembléia Legislativa do estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Sua passagem como jornalista sob as ordens de Carlos Lacerda. Experiência como escrevente juramentado. Trabalho com os desembargadores Severo A. Souza, Antônio P. Soares de Pinho e José Bezerra Câmara. Comentários sobre Carlos Lacerda. Convite para trabalhar no jornal "Última Hora" e a participação de sua esposa na aceitação. Primeira entrevista. A saída do jornal. Episódio envolvendo o general Estilac Leal. O relacionamento de Carlos Lacerda com o poder Judiciário. Episódio envolvendo o juiz Álvaro P. Falcão. Ataques ao min. Nelson Hungria. Comentários sobre o suicídio do presidente Getúlio Vargas (1954). Relato do "Caso Toneleros" (1954). A criação da Justiça eleitoral no governo Vargas. A importância das urnas eletrônicas. Relacionamento com a magistratura. Seu papel como advogado da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). A figura do desembargador Vivaldo Brandão Couto. Relacionamento com o Ministério Público. Comentários sobre sua experiência como membro do Ministério Público em Mato Grosso. A experiência de concorrer ao cargo de desembargador pelo "Quinto Constitucional". Nomeação para a 4.^a Câmara Cível. As dificuldades iniciais. Episódio envolvendo a doutora Marta M. Vasconcellos. Comentários sobre o distanciamento entre o 1. e o 2. Graus. Sua tentativa de harmonizar a convivência entre desembargadores, juizes e funcionários. Relacionamento do poder Judiciário com o poder Executivo. Comentários sobre a interferência do poder Executivo na carreira da magistratura. Sua atuação como presidente do Tribunal de Justiça. Recordações sobre conflito com o ex-governador Leonel Brizola. O fim da interferência política no poder Judiciário. A responsabilidade do chefe do poder Judiciário. Considerações sobre a necessidade de independência do cargo. A posição da magistratura. A questão da retenção de promoções a Desembargadores no início de seu mandato. O enfrentamento com o Supremo Tribunal Federal. A ameaça de renúncia ao cargo de presidente. Sua chegada a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do

estado do Rio de Janeiro. Comentários sobre as formas de fraude eleitoral. O uso da urna eletrônica. Comentários sobre a cassação do Dep. Humberto Lucena e a negativa de verbas para aquisição de urnas. A ameaça de não realizar as Eleições de 1996. A interferência do min. Carlos Velloso. A questão da "boca de urna" e da compra de votos. A questão da Mídia. Comentários sobre a deformação da imagem da Justiça. A participação da Imprensa na vida do Judiciário. A cobertura do "Caso Bateau Mouche". Comentários sobre a relação entre as transformações sociais e o papel dos magistrados. Crítica ao controle externo do poder Judiciário. A questão da consciência do Juiz, do controle disciplinar. Comparação com a Espanha. Relato sobre um julgamento. Outro relato: o julgamento de um juiz no Órgão Especial. Encerramento.



Entrevistado: ***Hilton Massa***

Cargo: Procurador (Aposentado)

Data: cinco de novembro de 1998

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 55 min.

Número de fitas: 01

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistadores: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Adeir Barbosa Lemos.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Abertura. Comentários sobre os pais. Razões da escolha da carreira. A importância dos avôs. A figura do sr. Raul Moraes Veiga. Definição do cargo de juiz de Paz. Atividades exercidas pelo pai. A Revolução de 1930. A vitória de Getúlio Vargas. O Governo Provisório. O sorteio do corpo de jurados do Tribunal do Júri. Sua participação. Comentários sobre a história da organização judiciária. A história do Código Civil. Detalhes sobre sua carreira como funcionário da Justiça. Diferença entre comarca e termo. Comentários sobre a luta pelo aproveitamento dos adjuntos como promotores efetivos. A figura do doutor Juanê Coelho de Souza. A consolidação como promotor de Justiça. Juízes importantes. Relato de fato pitoresco. Desembargadores ilustres. Aproveitamento como primeiro promotor de Justiça, em virtude da fusão (1975). Transferência da capital do Estado do Rio de Janeiro. O novo Tribunal de Justiça. A

necessidade da fusão dos estados do Rio e da Guanabara. Disponibilidade. Reaproveitamento. Comentários sobre a disputa pelo cargo de desembargador em Niterói. Sua participação no desempate dos candidatos. O nome do candidato escolhido e a devolução da lista pelo governador. A conclusão do conflito. Seu aproveitamento como primeiro procurador de Justiça do estado do Rio de Janeiro. Sua atuação no Segundo Grupo de Câmaras Cíveis. Desempenho da função. Relato do episódio em que conheceu o desembargador Garcez Neto. Sua designação pelo procurador-geral para a Primeira Câmara Cível de Niterói. Componentes do Grupo de Câmaras. Comentários sobre o incidente ocorrido com o desembargador Ronald de Souza. Participação do entrevistado nas listas de indicados ao Tribunal de Justiça do antigo estado do Rio de Janeiro. Disputa pela vaga de juiz do Tribunal de Alçada. Outras disputas para vagas de desembargador. Parecer do Ministério Público. Figuras ilustres que participaram dessas disputas. Relato de fato histórico. Nova oportunidade de chegar ao cargo de desembargador. O apoio recebido e as razões de sua desistência. Sua remoção para a Primeira Curadoria Geral de Niterói. A importância do doutor Badger da Silveira. Comentários sobre a sua experiência no Ministério Público. Sua participação como curador-geral na Comissão de Investigação Sumária da Revolução de 1964. Desempenho da função. Nomeação de uma Comissão de Revisão. Componentes dessa comissão. A sua designação pelo Tribunal de Justiça para a vara da Fazenda. O pedido de aposentadoria. Sua última participação na Sessão do Segundo Grupo de Câmaras Cíveis. Homenagem recebida. Definição de rábula. Como proceder no Júri. A figura do doutor Guaraci Souto Maior. Depoimento sobre a existência do Tribunal do Júri. Comentários sobre os casos "Mota Coqueiro" e "Éster do Itauá". A influência de Portugal. Grandes juristas. Sua convocação para ser diretor do Instituto Nacional de Seguridade Social. A necessidade da existência de uma Justiça eleitoral. Rivalidade entre o Partido Social Democrata e a União Democrática Nacional. Convite para participar do PSD. Relato de sua história na política. Encerramento.

Entrevistado: **Álvaro José Ferreira Mayrink da Costa**

Cargo: Desembargador

Data: cinco de outubro de 1998

Local: Gabinete do Entrevistado – Tribunal de Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 01 h e 20 min.

Número de fitas: 02

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistadores: Jorge Luís Rocha.

Carlos Bandeira Stampa

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Abertura. Formação educacional na Faculdade do Catete (FDUFRJ). Narração de como optou pela carreira de juiz. Sua carreira na advocacia. Menção ao seu retrato na galeria do I Tribunal do Júri. Sua relação com os Diários Associados. Comentários sobre a interferência da mãe e do desembargador Martinho Garcez Neto no concurso para a magistratura. Ponderações sobre a diferença entre os honorários de advogado e os vencimentos de juiz. Casos importantes em que atuou. Um caso envolvendo a morte de uma jovem. Comentários sobre sua carreira como juiz do Tribunal de Júri. Sua opinião sobre o Tribunal de Júri. A missão do juiz no Tribunal do Júri. O relacionamento entre advogados e magistrados. A influência dos advogados conhecidos. Sua experiência profissional como

professor assistente do dr. Roberto Lyra. Comentários sobre seu comportamento pessoal, como advogado, frente aos desembargadores. A figura do dr. Laércio Pelegrino. Lembranças do período de transferência da capital para Brasília (1960). A reação do ministro Azeredo Campos. Os problemas como advogado. A perda da importância política do Rio de Janeiro. Detalhes de sua carreira como magistrado. Lembranças do período posterior. Sua experiência em unidades prisionais. As visitas ao exterior. Dificuldades enfrentadas no ingresso da magistratura. A reação dos amigos advogados. Comentários sobre a advocacia. O que é permitido ao advogado para defender seus clientes. A perseguição política que sofreu ao tempo do Ato Institucional n.º 5. As dificuldades de trabalho na 7.ª Vara Criminal. A amizade com o desembargador Bandeira Stampa. Relato sobre o trabalho dos presos. Comentários sobre o regime semi-aberto e seus aplicadores. Novos comentários sobre seu trabalho na 7.ª V. C. A perseguição da Mídia. A reação contrária dentro do Tribunal de Justiça. Os enfrentamentos. Sua atuação como Juiz Eleitoral da 18ª Zona Eleitoral. Sua opinião sobre a Reforma Partidária e o Voto Distrital. O papel do desembargador Antônio Carlos Amorim na Justiça eleitoral. A questão da "puxada de votos". A importância da fusão dos antigos estados da Guanabara e Rio de Janeiro (1975). A importância da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (1979). A Reforma do poder Judiciário. O controle do Judiciário por si próprio e pelo Tribunal de Contas. Comentários sobre sua vida como militante estudantil. A diferenciação entre imprensa opinativa e denunciativa. Crítica ao lobby de formação da Opinião pública. Os ataques que sofreu pelos jornais. Acusações sobre envolvimento com o "Jogo do Bicho". O desmentido pelo "Jornal Nacional". A ligação entre a carreira de magistrado e professor. O prazer de lidar com livros. Comentários sobre trechos das peças de Voltaire. Comentários sobre a figura dr. Oscar Steveson. O convite para substituir na Escola de Estado Maior da Polícia Militar. As características do meio militar. A questão do corporativismo na 2.ª Instância das Justiças militares. A relação entre escrever e julgar. A magistratura em outros países. Evolução do Direito Internacional. Comentários sobre a pouca idade dos magistrados. Comentários sobre julgamentos que realizou. Encerramento.

Entrevistado: **Paulo Gustavo Rebelo Horta**

Cargo: Desembargador

Data: três de dezembro de 1998

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 40 min.

Número de fitas: 01

Coordenador da entrevista: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistadores: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Adeir Barbosa Lemos.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Abertura. A carreira e a influência familiar. Comentários sobre seus familiares. Relato sobre a carreira de seu pai, desembargador Moacyr Rebelo Horta (1909-1989). Cargos ocupados por ele. Critérios adotados para a escolha dos dirigentes do Tribunal de Justiça. Sua experiência como servidor da Justiça do antigo Distrito Federal. Local onde exerceu suas atividades funcionais. Convite para atuar como substituto no cartório (1960). Desempenho da função. Comentários sobre sua nomeação ao cargo de escrivão titular (1962). Procedimentos adotados. Sua participação na lista tríplice de nomeação. Outros componentes. O governador responsável pela sua escolha. Depoimento sobre a importância e a competência dos serventuários. Comentários sobre a oficialização da área judicial da

Justiça estadual. Razões à privatização dos Serviços Notarial e Registral. As mudanças que considera necessárias. Novos comentários sobre a privatização dos serviços judiciários. Sua opinião a respeito da criação das filiais de cartórios. Relacionamento entre o poder Judiciário, advogados e Ministério Público. Comentários sobre o Tribunal do Júri. Discussão sobre o conflito de poderes entre autoridades militares e o Judiciário. Sua nomeação a juiz de Primeira Entrância (1980). Local onde desempenhou essa função. Promoção por antiguidade à Segunda Entrância (1983). Juiz substituto na comarca da capital. Varas onde atuou. Sua promoção para a Entrância Especial (1986). Juiz da Segunda Vara de Falências e Concordatas. Considerações sobre sua atuação na vara de Fazenda Pública. Exercício da função de Juiz Auxiliar. Sua convocação para o Tribunal de Alçada Cível. Promoção àquele Tribunal (1997). Disputa conturbada. Sua opinião sobre a extinção dos tribunais de Alçada. Promoção por antiguidade a desembargador. Atividades exercidas na Justiça eleitoral. A importância daquela Justiça. Mudanças que considera importantes. O magistrado e as questões administrativas e eleitorais. Opinião a respeito do controle externo do poder Judiciário. Relato de um episódio marcante em sua carreira profissional. Encerramento.

Entrevista n.º: 36

Entrevistado: ***Hermano Duncam Ferreira Pinto***

Cargo: Desembargador (Aposentado)

Data: três de março de 1999

Local: Residência do entrevistado – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 32 min.

Número de fitas: 01

Coordenador da entrevista: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Jorge Luís Rocha.

Revisão: Pedro Paulo Moreira.

Sumário

Abertura. Influência familiar na carreira. Comentários sobre sua carreira de magistrado. Sua experiência como funcionário público antes de tornar-se juiz. A aposentadoria compulsória (1998). A figura de seu pai, desembargador Álvaro Ferreira Pinto (1893-1970). Comentários sobre a vida paterna. Cargos ocupados por ele. Sua influência política no antigo estado do Rio de Janeiro. Comentários sobre a instalação da comarca de Miguel Pereira. Fato curioso acerca de um oficial de Justiça. Relacionamento com outros poderes públicos. O relacionamento com os advogados e o Ministério Público. Sua opinião sobre o Ministério Público. Comentários sobre o assassinato do desembargador Toledo Piza (1956). A delicada situação entre o secretário e o presidente do Tribunal de Justiça do antigo estado do Rio de Janeiro. Relato de outro episódio envolvendo o sr. Aguinaldo Silva. O Tribunal de Alçada do antigo estado do Rio de Janeiro (1971-75). Problemas ocasionados pela falta de um corpo de funcionários. O papel da fusão dos antigos estados da Guanabara e Rio de Janeiro (1975). A Presidência do Tribunal e sua transferência para a cidade do Rio de Janeiro. Sua adaptação as novas funções da presidência. Relacionamento entre tribunais. A importância de sua promoção a desembargador. Considerações sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN - 1979). A criação do Órgão Especial. Relação entre o Judiciário e a Opinião pública. A consciência do magistrado. As convicções do Juiz e a influência da Mídia. Opinião sobre a existência da Justiça eleitoral. Considerações sobre a melhoria de funcionamento da Justiça eleitoral. Comentários sobre a Justiça Militar e o meio militar. O controle interno do poder Judiciário. Opinião sobre a profissão de magistrado. O déficit de juízes. Encerramento.

Entrevistado: ***José Carlos Schmidt Murta Ribeiro***

Cargo: Desembargador

Data: oito de março de 1999

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 35 min.

Número de fitas: 01

Coordenador da entrevista: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Jorge Luís Rocha.

Revisão: Pedro Paulo Moreira.

Sumário

Abertura. A figura do pai, desembargador José Murta Ribeiro (1909-1995), enquanto juiz do então Distrito Federal. Formação superior. A nomeação para o Tribunal de Alçada Criminal. Sua alegria em participar daquela corte. Opinião sobre a extinção dos tribunais de Alçada. A questão da vocação na escolha da carreira. A influência do pai. Comentários sobre as dificuldades da carreira de magistrado (1973). O início de sua carreira de advogado. A experiência marcante na vara da Família. Seu *status* de professor de Direito Penal na Universidade Gama Filho. O relacionamento com os advogados e os membros do Ministério Público. Os locais em que o pai atuou em São Paulo. Elogio aos promotores do antigo estado do Rio de Janeiro. Relacionamento entre os membros do poder

Judiciário ao tempo de seu pai. Comentários sobre a figura do pai enquanto professor. O relato de um episódio na Bahia envolvendo seu pai e um ex-aluno. Tema de sua tese de mestrado. A repercussão da fusão dos antigos estados da Guanabara e Rio de Janeiro (1975). O "entravamento" da carreira dos magistrados. Ganhos para o antigo estado do Rio de Janeiro. A surpresa com a disponibilidade do pai. Sua presença na transmissão do cargo de governador de estado (1979). As pressões políticas para sua recondução. O falecimento do desembargador Maurício Rabelo. Seu curso na Escola Superior de Guerra. A presidência do pai durante a implantação do Ato Institucional n.º 5. Narração de episódio envolvendo o desembargador Porto Carreiro. A amizade com o ministro Alfredo Buzaid. Opinião sobre a Justiça eleitoral. Referência a figura do desembargador Antônio C. Amorim. Lembranças do tempo em que foi funcionário da Justiça eleitoral. Comentários sobre a carreira do pai como promotor e presidente do Tribunal do Júri em São Paulo. Lembrança de episódios envolvendo o pai. O julgamento de um "serial killer". A questão da Justiça castrense. Sua opinião sobre a existência de uma Justiça Especial. Opinião sobre o controle externo do poder Judiciário. As consequências da influência de partidos políticos e de outras injunções. Encerramento. Comentário sobre o poder Judiciário enquanto vocação. Encerramento.

Entrevista n.º: 38

Entrevistada: ***Sofia Augusta Tavares de Lyra***

Profissão: Escritora

(Viúva do Dr. Roberto Tavares de Lyra)

Participação especial: *Juíza Maria Raimunda Teixeira de Azevedo*

Data: doze de março de 1999

Local: Residência da Entrevistada – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 24 min.



Número de fitas: 01

Coordenador da entrevista: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Adeir Barbosa Lemos.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Abertura. Comentários sobre a carreira de seu pai (Augusto Tavares de Lira). Relato de como conheceu seu esposo. Comentários sobre seu casamento (1923). Os filhos. A figura de Roberto Tavares de Lyra, seu esposo. Início de sua carreira. Concurso para o Ministério Público (1924). Nome de alguns candidatos. Comentários sobre este concurso. Comentários sobre a amizade entre o Dr. Roberto Lyra e o min. Nelson Hungria. A idéia de cada um sobre a fixação da pena-base. Os grandes amigos de seu esposo. Comentários sobre a elaboração do Código Penal e seus autores. Local onde se realizavam as reuniões. A atuação de seu esposo em entidades internacionais. A importância desse acontecimento para ambos. Comentários sobre a figura do professor Roberto Lyra. Relacionamento com seus alunos. Comentários sobre a influência de seu esposo na escolha da carreira do filho. Relato de fato pitoresco. Depoimento sobre a escolha de seu esposo para ser ministro da Educação e Cultura (1962). Período em que exerceu essa função. Comentários sobre o trabalho de Roberto Lyra no anteprojeto do Código das Execuções Penais. Depoimento a respeito do relacionamento entre Roberto Lyra e Getúlio Vargas. Incompatibilidade entre os cargos de promotor público e o de professor. Fundador da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Procedimentos adotados por Roberto Lira para a elaboração de suas obras. Atuação no Tribunal do Júri. Opinião sobre a Justiça eleitoral. Legados deixados por seu esposo. Comentários sobre a sua vida de casada. Obras de sua autoria. Sua eleição à Academia de Letras de Recife. Encerramento.

Entrevistado: ***Evandro Lins e Silva***

Profissão: Advogado

(Ministro do Supremo Tribunal Federal - Aposentado)

Data: sete de abril de 1999

Local: Escritório do Entrevistado – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 01 h e 14 min.

Número de fitas: 02

Coordenador da entrevista: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Jorge Luís Rocha.

Revisão: Pedro Paulo Moreira.



Sumário

Abertura. Comentários sobre local de nascimento. Recordações sobre a carreira do pai: Luís de Lins e Silva, juiz municipal. A volta a cidade natal. Os deslocamentos paternos e o sacrifício da família. O Ginásio Pernambucano. Influência materna na escolha da carreira. A figura do avô materno, João Barbalho. Brincadeira com palavras cruzadas. Comentários sobre o livro de E. Hobsbawn. Comentários sobre o episódio dos "18 do Forte" (1922) e a "Coluna Prestes" (1924-27). Os efeitos do progresso científico. Seu papel em vários fatos históricos brasileiros. Sua atuação no Tribunal de Segurança Nacional. A figura de Getúlio Vargas (1882-1954). A posição de Luiz C. Prestes ao defender o "Queremismo". A relação com Iedo Fiúza. Getúlio e as transformações do país. Comentários sobre o seu trabalho de revisor de jornal. Antigos e novos problemas do Tribunal de Júri. Seu relacionamento com Roberto T. Lyra. O início da carreira de advogado (1931). A interferência do Estado Novo no Júri. Seu primeiro escritório de advogado. Seu trabalho com o doutor Romeiro Neto. Seu trabalho no jornal "A Nação". Relato do "Caso d'Echamp". A transição do Código Penal de 1895 para o de 1940. Depoimento sobre o "Caso Stélio Galvão Bueno". Comentários sobre o Tribunal de Segurança Nacional. Sua escolha para defender os comunistas perseguidos pelo regime "estadonovense". A figura do Doutor Sobral Pinto. Reação dos colegas. A figura de Rômulo Gabeira. A fundação do Partido Socialista Brasileiro, em 1947. A Lei de Economia Popular e o Tribunal de Segurança Nacional. A remuneração de advogado criminal. Advogados de São Paulo que passou a representar. Relato sobre sua apresentação ao sr. João Goulart pelo sr. Samuel Wainer. O convite para compor a comissão que visitaria a China (1961). Relato da viagem. A pressão chinesa para a conquista do voto brasileiro na Organização das Nações Unidas. A renúncia de Jânio Quadros (1961). A volta da China. A recepção ao sr. João Goulart. Comentários sobre a "Operação Mosquito". A visita a Granja do Torto. O convite para ser chefe da Casa Civil. O convite para assumir o cargo de procurador-geral da República. Lembrança do "Caso Pedro Lessa". Sua nomeação para o Supremo Tribunal Federal (1963). Sua participação no plebiscito sobre o regime político (1963). Comentários sobre o convite à chefia da Casa Civil no governo João Goulart. A mudança do ministério e a substituição de Darcy Ribeiro. Ida para o Ministério das Relações Exteriores. Comentários sobre seu prestígio junto ao presidente João Goulart. Opinião sobre a reforma do Judiciário. Testemunho sobre a magistratura brasileira. Encerramento.

Entrevista n.º: 40

Entrevistado: ***João Luiz Duboc Pinaud***

Profissão: Advogado

(Juiz Aposentado)

Data: 17 de maio de 1999

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 43 min.

Número de fitas: 01

Coordenador da entrevista: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Adeir Barbosa Lemos.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Obs. Nova entrevista (40.1) em trinta de outubro de 2007 por sumariar.

Sumário

Abertura. A carreira e a influência familiar. Comentários sobre o seu pai, dr. Miguel Pinaud (1897-1973). A figura do deputado. Tenório Cavalcante. Comentários sobre a instalação da comarca de Duque de Caxias. A importância do ato judicial para seu pai. Atividades exercidas pelo mesmo. Ingresso do entrevistado na magistratura. Sua experiência como membro do Ministério Público de São Paulo. As razões do pedido de exoneração desse órgão. Professor de Direito da Faculdade de Franca. O Prêmio Costa e Silva de Direito Penal. Sua atração pelo magistério. O início da carreira de magistrado. Comarcas onde atuou. Relato de um fato ocorrido em Duas Barras. O conturbado período do Regime Militar. Relato sobre sua cassação pelo Ato Institucional n.º 5. O retorno à Advocacia. Dificuldades encontradas. Sua primeira causa: a defesa do Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8). Comentários sobre o contexto neoliberal. Sua escolha para a Presidência do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB). O papel relevante do IAB na vida política nacional. A importância da Advocacia. A ilegalidade do desconto dos aposentados e a comissão parlamentar de inquérito do poder Judiciário. A atuação do IAB. Sua opinião a respeito da proliferação de faculdades de Direito. O trabalho desenvolvido pela Ordem dos Advogados Brasileiros, Seção Federal, no controle da qualidade do ensino jurídico. Depoimento sobre o fim dos governos militares. A luta da OAB em defesa dos direitos humanos. As dificuldades de exercer a Advocacia. O relacionamento do poder Judiciário e autoridades militares. As razões que o levaram a pedir aposentadoria do cargo de juiz. Sua opinião a respeito do relacionamento entre advogados e Opinião pública. Obras de sua autoria. Comentários sobre as razões que o tornaram escritor. A figura do dr. Nilo Batista. Comentários sobre a existência da Justiça Militar. Relato de sua experiência com a mesma. A importância do Tribunal do Júri. A questão do controle externo do poder Judiciário. A pouca idade dos juízes. O trabalho desenvolvido pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ). Comentários sobre o Museu da Justiça. Encerramento.



Entrevistado: ***Genarino de Carvalho Pignataro***

Cargo: Desembargador (Aposentado)

Data: 25 de maio de 1999

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 49 min.

Número de fitas: 01

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Adeir Barbosa Lemos.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Abertura. Ingresso na magistratura (1962). Comarcas onde atuou. Nomeação e aposentadoria (1998). Professor de Matemática. Relato da carreira de substituto temporário de promotor de Justiça. Local onde atuou. Sua experiência no Tribunal de Júri. Promotores

ilustres. Concurso para promotor de Justiça. Nomes de alguns candidatos. Novos comentários sobre o início da carreira de Magistrado. Sua atuação como Juiz Substituto do Tribunal de Alçada do antigo estado do Rio de Janeiro. As dificuldades encontradas nas comarcas do interior. Relato de episódio ocorrido em Rio das Flores. Comentários sobre o Tribunal do Júri. Relato sobre a criação do Tribunal de Alçada do antigo estado do Rio de Janeiro (1971). Estratégias adotadas. Depoimento sobre o funcionamento daquela instituição. As conseqüências da fusão para a magistratura (1975). Relacionamento dos membros do Tribunal de Alçada. A mudança da competência do Tribunal de Alçada. Comentários sobre a aplicação da Lei Orgânica da Magistratura Nacional. Atuação como vice-presidente e presidente do Tribunal de Alçada Criminal (1984/86 e 1986/88). O relacionamento deste órgão com o Tribunal de Justiça. Relato sobre o exercício da função administrativa. Promoção a desembargador (1988). Comentário sobre a relação entre a Opinião pública e a magistratura. Opinião sobre as propostas de controle externo do Judiciário. Comentários sobre a sua experiência como vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral. A existência da Justiça eleitoral. Sua opinião a respeito da Justiça Militar. A importância de ser professor e magistrado. Relato de fato pitoresco. Encerramento.

Entrevista n.º: 42

Entrevistado: ***Wellington Moreira Pimentel***

Cargo/profissão: Desembargador (Aposentado)

Data: 1.º de junho de 1999

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 32 min.

Número de fitas: 01.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Adeir Barbosa Lemos.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Abertura. A opção pelo Direito. A carreira de magistrado dos territórios federais (1956). Outras ocupações. Relato sobre o início da carreira no Amapá. Ingresso na Justiça do Trabalho (1957). Posse na magistratura do Distrito Federal (1960). Comentários curiosos. Os baixos salários. A interferência do governo federal. Perfil da magistratura do Distrito Federal. Relacionamento com os advogados. O Ministério Público. Comentários sobre a transferência da capital federal para Brasília (1960). O convite para ir trabalhar na nova capital e a opção pelo Rio de Janeiro. Opinião sobre a fusão dos antigos estados do Rio de Janeiro e Guanabara (1975). A figura do desembargador Nicolau Mary Jr. Comentários sobre o Tribunal de Alçada Cível. Opinião sobre a unificação das instâncias. Sua atuação de juiz da vara de Fazenda Pública Federal e o "Golpe de 64". Opinião sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN). A relação entre o juiz e a Opinião pública. O papel da Mídia. Sua passagem pela Presidência do Tribunal de Justiça (1987/88). O papel do presidente. Opinião sobre o juizado especial. As razões para a criação do Museu da Justiça. Seu trabalho como escritor. A existência da Justiça eleitoral. Opinião sobre o Tribunal de Júri. A Justiça Militar e os delitos militares. Comentários sobre a Justiça trabalhista. Considerações sobre o controle externo do Judiciário. Comentários sobre a pouca idade dos juízes. A carreira no magistério. Opinião sobre o ensino jurídico. Novos comentários sobre a fusão: o "Episódio da Cantareira". A intervenção do governo federal. Encerramento.

Entrevistado: *Hamilton Xavier*

Profissão: Advogado

(Ex-Governador do Estado do Rio de Janeiro)

Data: 26 de agosto de 1999

Duração: 49 min

Número de fitas: 01

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Jorge Luís Rocha.

Revisão: Pedro Paulo Moreira.

Sumário

Abertura. Comentários sobre o professor de Direito Pedro Karam. A vocação pela Advocacia. Outras ocupações. O início da sua carreira política. Memória de acontecimentos políticos durante sua infância. A influência paterna na sua carreira política, Everton da

Costa Xavier. A morte do sr. Conrado Niemeyer. Sua participação na fundação do Partido Social Democrata (1945). Razões do seu ingresso no partido. A figura do “velho” Amarante (coronel Manuel Gonçalves Amarante). A figura do amigo Adino Maciel. Opinião sobre a transferência da capital para Brasília. Sua atuação como secretário de Justiça no governo Badger da Silveira. As dificuldades para o funcionamento da Justiça entre 1963-64. O episódio da reintegração de funcionário a um cargo que não existia. A figura do desembargador Cumplido de Santana. Opinião sobre a fusão dos antigos estados do Rio de Janeiro e Guanabara (1975). Ato de arbítrio. O debate contra Prado Kelly e Afonso Arinos. Comentários sobre o desejo de “desfusão”. Atuação como vice-governador (1978). A figura do doutor Chagas Freitas como Magistrado. A interferência do dr. Francisco Campos para a nomeação do sr. Chagas Freitas. Relato de um episódio ocorrido durante sua carreira de advogado. As limitações impostas pelo governador. O relacionamento com o poder Judiciário. O prestígio usufruído pelo doutor Chagas Freitas junto ao Judiciário. Relato do episódio da disponibilidade dos magistrados. Comentários sobre a nomeação do prefeito de Niterói, sr. Ronaldo Fabrício. As figuras do procurador Hilton Massa e do desembargador Sinésio Aquino. A notícia do novo governador do estado do Rio de Janeiro: Faria Lima. Relacionamento com o poder Judiciário. As figuras dos desembargadores Toledo Piza e Ferreira Pinto. Relato de episódio como juiz da Justiça Desportiva. A figura do dr. Ellis Figueira. Comentários sobre o período em que foi advogado. O assassinato do desembargador Toledo Piza (1956). Lembrança de outro episódio envolvendo o dr. Toledo Piza. O projeto de anistia ao criminoso. Comentários sobre o Tribunal de Júri. A figura do sr. Jaime Figueiredo. A defesa do sr. João Coelho em crime político. O convite para trabalhar com ele. A defesa do líder sindicalista Avelino. A importância do Tribunal de Júri. Comentários sobre o seu papel como relator de um projeto de extinção do Júri. Opinião acerca do relacionamento entre o poder Judiciário e Opinião pública. A importância do poder Judiciário. Opinião sobre o controle externo. Opinião sobre a Justiça Militar. A pouca idade da magistratura. Comentários sobre o antigo respeito ao magistrado. Crítica ao não recebimento dos advogados pelos juízes. O episódio da defesa de um rapaz em São Gonçalo. A figura do sr. Bernardo Belo. Encerramento.

Entrevistado: ***Togo Póvoa de Barros***

Cargo/profissão: Advogado

(Ex-Governador do antigo estado do Rio de Janeiro)

Data: 1.º de setembro de 1999

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 39 min.

Número de fitas: 01

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Jorge Luís Rocha.

Revisão: Pedro Paulo Moreira.

Sumário

Abertura. A opção profissional pela Advocacia. O início de sua carreira como advogado (1939). A experiência como promotor em Barra Mansa/RJ. Sua atuação como juiz substituto. A desistência do cargo. A chefia do Instituto do Açúcar e do Alcool. Comentários sobre a relevância da lavoura canavieira para o município de Campos dos Goytacazes. O Tribunal do Júri em Campos. Relato sobre a presidência dos juízes Ferreira Pinto e Cortes Jr., no Tribunal do Júri. Comentários sobre a figura do promotor Guaraci Souto Maior. Sua vitoriosa carreira no Júri. A importância dos clássicos da literatura. Relato de alguns casos em que atuou no Júri. O exemplo paterno. A importância do poder Judiciário. Opinião sobre o controle externo do poder Judiciário. Opinião sobre o Tribunal de Júri. O poder da Mídia na crítica ao Tribunal do Júri. Comentários sobre sua participação na Constituinte de 1946. A transferência da capital para Brasília (1960). A figura do presidente Juscelino Kubitchek. Opinião sobre a fusão dos antigos estados do Rio de Janeiro e Guanabara (1975). Comentários sobre o episódio envolvendo marechal Paulo Torres. As relações com o poder Judiciário enquanto foi governador do estado (1958-59). A convivência com os desembargadores do antigo estado do Rio de Janeiro. O apoio a Justiça eleitoral. Opinião sobre a existência de uma Justiça eleitoral. Comentários sobre a nomeação dos desembargadores Saulo Itabaiana de Oliveira (1958) e Braz Felício Panza (1958). Comentários sobre a nomeação do dr. Felício Panza. Caso semelhante com o sr. Amaral Peixoto. Relato de um caso de assassinato em legítima defesa. A figura do presidente do Júri, doutor Joaquim Cyrillo Batista Mouzinho. O Tribunal de Júri. A figura do dr. Jaime Figueiredo. O episódio da defesa do sr. João Coelho. Encerramento.



Entrevistado: *Joaquim Alfredo Ribeiro Mariano Filho*

Cargo: Escrivão (Aposentado)

Data: 23 de setembro de 1999

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 26 min.

Número de fitas: 01

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Jorge Luís Rocha.

Revisão: Pedro Paulo Moreira.

Sumário

Abertura. A influência do pai, o promotor de Justiça Joaquim de Ribeiro Mariano, na escolha de sua profissão. O início de sua carreira profissional no Tribunal de Justiça do antigo estado da Guanabara (1964). Comentários sobre a criação do Tribunal de Alçada do

estado da Guanabara (1964). Sua vida profissional naquela corte. Opinião sobre a extinção dos tribunais de Alçada. O trabalho dos funcionários no Tribunal de Alçada Cível. O relacionamento entre funcionários e magistrados. Depoimento sobre as transformações ocorridas nas atitudes funcionais. A transferência do Tribunal de Alçada para o prédio novo do Palácio da Justiça (1973). Suas incumbências na instalação do tribunal. Comentários sobre o uso de uma bicicleta para controlar os serviços. A qualidade dos funcionários do poder Judiciário. O concurso público dirigido pelo desembargador Amílcar Laurindo Ribeiro. O relacionamento entre tribunais. Os problemas trazidos pelo crescimento do Tribunal de Alçada Cível. Opinião sobre a fusão dos estados do Rio de Janeiro e Guanabara (1975). Os problemas surgidos. O relacionamento dos magistrados e dos tribunais com as autoridades militares durante o Regime Militar (1964-1985). A imobilidade da organização do poder Judiciário. Os problemas enfrentados pelos funcionários concursados. Considerações sobre o controle externo do poder Judiciário. Os ataques ao poder Judiciário e o trabalho da imprensa. O relacionamento entre advogados e a magistratura no Tribunal de Alçada Cível. O desprestígio atual da figura do magistrado. Comentários sobre o relacionamento com sua esposa, desembargadora Leila Mariano. Balanço de sua vida profissional. O recebimento da medalha do Mérito Judiciário, na Presidência do desembargador Jorge F. Loretto (1991-92). Encerramento.

Entrevista n.º: 46

Entrevistado: ***Enéas Marzano***

Cargo: Desembargador (Aposentado)

Data: três de novembro de 1999

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 59 min.

Número de fitas: 01

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Jorge Luís Rocha.

Revisão: Pedro Paulo Moreira.

Obs. Nova entrevista (46.1) em 13 de julho de 2007 por sumariar.

Sumário

Abertura. Formação em Direito (1942). Comentários sobre os motivos que levaram o entrevistado a se tornar juiz. Seu trabalho como tradutor de livros. A sugestão de tentar o concurso para a magistratura feita pelo compositor popular e amigo Mariano Peixoto. Sua experiência como advogado. O escritório do doutor Astolfo Resende e do dr. João Batista Buceja. O convite para ser promotor substituto na comarca de Nova Friburgo. A figura do juiz Oscar Goulart Monteiro e sua importância para a escolha da carreira de juiz pelo entrevistado. Sua transferência para Petrópolis. A aprovação no concurso para a magistratura. As circunstâncias de sua nomeação (1952). Relato de sua indicação para comarca de São João da Barra e a luta pela remoção. Lembrança de sua passagem pela comarca. Relatos sobre o julgamento de um assassinato e do dr. João Crespo. Sua opinião sobre a existência da Justiça eleitoral. Relato de disputas eleitorais. Comentário sobre uma perícia que realizou. Sua despedida da comarca. Opinião sobre o Tribunal de Júri e a figura do ministro Evandro Lins e Silva. O clima de agressão à magistratura. Considerações sobre aquilo que considera as causas dessa agressão. A responsabilidade do poder Judiciário. Opinião sobre o Golpe Militar de 1964. Referência a Escola Superior de Guerra (ESG) e aos presidentes militares. Sua passagem pela Corregedoria Geral da Justiça do antigo estado do Rio de Janeiro (1969). Recordações de seu período de presidente do Tribunal de Justiça do antigo estado do Rio de Janeiro (1971). Sua participação na criação do Tribunal de Alçada do antigo estado do Rio de Janeiro. Opinião sobre a extinção dos Tribunais de Alçada (1998). Comentários sobre a fusão dos antigos estados do Rio de Janeiro e Guanabara (1975). O episódio de sua disponibilidade. Sua nomeação ao cargo de diretor da faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense. Referência a Justiça Militar. Opinião sobre

as propostas de controle externo do poder Judiciário. Novas referências aos governos militares. Lembranças sobre sua carreira. Episódio de sua nomeação a desembargador (1964). A promoção do encontro de presidentes de Tribunais de Justiça e ao encontro de presidentes de Tribunais Regionais Eleitorais. Encerramento.

Entrevista n.º: 47

Entrevistada: ***Luís Fernando Ribeiro de Carvalho***

Cargo: Desembargador

Data: 16 de dezembro de 1999

Local: Gabinete do Entrevistado - Associação dos Magistrados Brasileiros – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 01 h e 22 min.

Número de fitas: 02

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Jorge Luís Rocha.

Revisão: Pedro Paulo Moreira.



Sumário

Abertura. Comentários sobre a faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Outras atividades exercidas antes de ingressar na magistratura. O exercício da Defensoria Pública no novo estado do Rio de Janeiro. Os motivos que levaram o entrevistado a tornar-se juiz. Comentários sobre o movimento estudantil na década de 1960. A posse como juiz e o momento social brasileiro daquele período (1982). Considerações sobre o fim do Regime Militar. Relato do "Caso Vladimir Herzog" (1975) e do atentado a Ordem dos Advogados do Brasil (1980). Os ataques ao poder Judiciário. O afastamento de ministros do Supremo Tribunal Federal. As dificuldades de funcionamento da Justiça no início de sua carreira (1982). A recepção obtida na comarca de Cantagalo. Atuação no Tribunal de Júri como defensor público. Comentários sobre um curso de "capacitação de jurados". Opinião sobre o Tribunal de Júri. O tema da Justiça Militar e o debate travado em torno do mesmo. Sua atuação como juiz eleitoral. Lembrança da passagem do desembargador Fonseca Passos pela Presidência do Tribunal Regional Eleitoral (1986/89). A questão da existência da Justiça eleitoral. Comentários sobre a importância da experiência de advogado e de defensor público para julgar. A importância da Constituição de 1988 para o poder Judiciário. Encerramento.

Entrevista n.º: 48

Entrevistada: ***Zoé Noronha Chagas Freitas***

Profissão: Professora (Aposentada)

(Viúva do Ex-Governador Francisco das Chagas Freitas)

Data: 22 de fevereiro de 2000

Duração: 45 min.

Número de fitas: 02

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Pedro Paulo Moreira.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Abertura. Comentários sobre a vida profissional de seu marido. Carreira de advogado. Influência paterna. Razões para o marido ter se tornado jornalista. Comentários sobre a profissão de jornalista. A figura do pai de Chagas Freitas, desembargador Antônio José Ribeiro de Freitas Jr. Cargos exercidos por Chagas Freitas. Promotor de Justiça na PM, apoio. A figura do general Denny. Comentários sobre a amizade de Chagas Freitas e Eduardo Prado Kelly. Nomes de políticos importantes. O companheirismo de Carlos Lacerda. Relato de como conheceu o mesmo. Chagas Freitas, estudante de marxismo. Sua participação na Esquerda Democrática. Comentários sobre o introdutor do marxismo no Brasil. Depoimento sobre a figura de Adhemar de Barros. Responsáveis pela fundação do Partido Socialista do Brasil (PSB). A importância de Tancredo Neves. A renúncia de Jânio Quadros (1961) e a campanha contra o Jango (João Goulart). Chagas Freitas, deputado pela primeira vez (1954). Atividades exercidas pela entrevistada. Comentários sobre o convite de seu marido para compor o Ministério da Justiça. Responsável por este convite. A defesa de Jango e Carlos Lacerda. A posse de João Goulart. Novos comentários a respeito de Adhemar de Barros. A entrada de Chagas Freitas para a UDN, motivos. Relato da sociedade de Chagas Freitas e Adhemar de Barros no jornal “A Notícia”. Depoimento sobre o primeiro governo de seu marido (1970). Comentários sobre as razões da fusão (1975). Novos comentários a respeito da figura de seu marido. Características de Chagas Freitas. Consequências da transferência da capital (1960). O segundo governo de Chagas Freitas (1978). Resistência da família, razões. O relacionamento de seu marido com o poder Judiciário, comentários. Lembranças dos banquetes oferecidos ao Judiciário pelo seu marido. A importância de Chagas Freitas na reintegração de magistrados. Outras características de Chagas Freitas. Obras realizadas por este. Encerramento.

Entrevistado: ***Orlindo Elias***

Cargo: Desembargador (Aposentado)

Data: 23 de março de 2000

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 48 min.

Número de fitas: 02

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: *Jorge Luís Rocha*.

Sumário: Adeir Barbosa Lemos.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Abertura. O exercício da Advocacia. Comarcas onde exerceu essa atividade. Os motivos da escolha pela carreira de magistrado. Comentários sobre sua neta Gisele. Nomeação para exercer o cargo de juiz substituto temporário. Comarca onde desempenhou essa

função. Comentários sobre a criação da figura do juiz substituto temporário. Aprovação no concurso para juiz de Direito efetivo (1957). Comarca onde iniciou essa atividade (1957). Comarcas onde atuou. Relato de fato marcante ocorrido em sua carreira de magistrado. Comentários sobre o assassinato do desembargador Toledo Piza (1956). Dificuldades encontradas ao passar de advogado para juiz. Lembranças de advogados ilustres. Comentários sobre a escolha da carreira de seus filhos. Sua relação com os Advogados enquanto Juiz. Repercussão de sua posse. Seu relacionamento com o poder Legislativo. Dificuldades existentes nas comarcas do antigo estado do Rio de Janeiro. Apoio da população. Comentários a respeito da transferência da capital (1960). Comentários sobre o período em que foi desembargador substituto (1970). Grandes amigos. Relato do episódio de sua promoção (1979). Novos comentários sobre a escolha da carreira de seus filhos. As vantagens da fusão para o poder Judiciário (1975). Opinião sobre o Tribunal do Júri. Relato de episódio ocorrido no Júri. Atuação na Justiça eleitoral. Sua opinião a respeito da mesma. Regime Militar. Relacionamento entre o Judiciário e a Opinião pública. Sua opinião a respeito da Mídia. A importância da Justiça Militar. O controle externo do poder Judiciário. A atuação dos juízes jovens. Data de sua aposentadoria como desembargador (1983). Relato de fato marcante. A figura do sr. Luiz Carlos. Relato do caso ocorrido na comarca de Nilópolis. A importância da sr.a Nilda Fontes. A condenação do dr. Otávio Freitas, promotor de Justiça. A figura do desembargador Alfredo Cumplido de Santana, presidente do Tribunal de Justiça (1956/57). A importância da LOMAN. Sua opinião a respeito do sistema penal brasileiro. Relato de fato marcante envolvendo sua pessoa e a do então promotor de Justiça da comarca de Nilópolis. Sua relação com o poder Legislativo e a população das comarcas onde atuou. Manifestações realizadas. Encerramento.

Entrevista n.º: 50

Entrevistado: ***Hugo Barcellos***

Cargo: Desembargador (Aposentado)

Data: seis de abril de 2000

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 40 min.

Número de fitas: 01

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: *Jorge Luís Rocha*.

Sumário: Adeir Barbosa Lemos.

Revisão: Pedro Paulo Moreira.

Sumário

Abertura. Razões da escolha da carreira de magistrado. Comentários sobre a sua ligação com a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e a Associação dos Ex-combatentes do Brasil. Atividades desempenhadas. Participação na Segunda Guerra Mundial e local onde atuou. Graduação. Concursos prestados: Caixa Econômica e Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. Comentários sobre a profissão de jornalista. A importância da LBA. Comentários a respeito de sua experiência como juiz do Trabalho (1960). O papel da Justiça do Trabalho. Sua participação no concurso para magistratura do estado da Guanabara. Nome de alguns candidatos. Opinião sobre a existência da Justiça do Trabalho. Comentários sobre a Justiça italiana. As figuras de Anita (1821/49) e Giuseppe Garibaldi (1807/82). A importância da fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara (1975). Sua opinião sobre as mudanças na Justiça do Trabalho. Comentários sobre a transferência da Justiça do Trabalho para a Justiça estadual. Relato do "Caso Professor Goulart". Comentário sobre seu livro. A importância da vara de Registros Públicos. A rejeição de várias promoções por antiguidade. Sua passagem pelo Tribunal de Alçada. Comentários sobre a extinção dos tribunais de Alçada. Relações entre Judiciário, advogados e promotores da antiga Guanabara. Advogados importantes. Características da Justiça da Guanabara. Relato de sua atuação na Justiça da Guanabara. Narração de um episódio ocorrido enquanto titular da Quarta Vara Criminal. Comentário a respeito de uma sentença proferida enquanto Titular da mesma. Opinião sobre a transferência da capital para Brasília. Comentários sobre a Revolução de 1964.

A importância do general Hugo de Andrade Abreu (1916/79), no período revolucionário. Relato de episódio ocorrido naquele período. Narração de fato pitoresco. Opinião do relacionamento da mídia com o poder Judiciário. Sua opinião a respeito da relação do Judiciário com a Opinião pública. Sua atuação como juiz titular da Oitava Zona Eleitoral. Relato de fato ocorrido na favela do Jacarezinho. Opinião sobre a existência da Justiça eleitoral. A importância do Tribunal do Júri. Opinião sobre a existência da Justiça Militar. O controle externo do poder Judiciário. A atuação dos juízes jovens. Comentários sobre a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ). Encerramento.

Entrevista n.º: 51

Entrevistado: ***Joaquim Antônio de Viseu Penalva Santos***

Cargo: Desembargador (Aposentado)

Data: 18 de abril de 2000

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 01 h e 08 min.

Número de fitas: 02

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Adeir Barbosa Lemos.

Revisão: Pedro Paulo Moreira.

Sumário

Abertura. Sua formação em Direito e a carreira como promotor. Os concursos para a carreira de juiz do estado de São Paulo e Rio de Janeiro. Suas atividades na magistratura. Os serviços de guerra prestados entre 1943 e 1945. Os cursos de oficialato da Aeronáutica durante a II Guerra Mundial. Os cargos de promotor substituto da Seção Judiciária e, posteriormente, de promotor público nas comarcas de Amapá, Macapá, Marzagão e Oiapoque e de promotor militar no norte do país (1956-59). Sua opinião sobre a Justiça Militar. Nomeação para juiz substituto da Justiça do antigo estado da Guanabara em 1960. Relatos sobre sua nomeação. Seu relacionamento com o Ministério Público e com os advogados. Sua opinião sobre a fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro (1975). A transferência da capital do país para Brasília (1960). A carreira de magistrado no Tribunal de Alçada Cível. Relato sobre sua gestão na vice-presidência daquele Tribunal em 1976. Comentários acerca da extinção dos tribunais de Alçada. O que pensa sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN). Relato sobre episódios ocorridos durante o Regime Militar. Sua opinião sobre os chamados “Direitos e Garantias Individuais”. O que pensa sobre a relação do poder Judiciário e a Opinião pública. O que pensa da Mídia. A promoção ao cargo de desembargador, por merecimento, em 1982. Câmaras em que atuou. Recordação acerca de antigos companheiros de trabalho. A presidência do Segundo Grupo de Câmaras Criminais (1992). Sua opinião sobre os tribunais de Júri e Eleitoral. Sua participação no desenvolvimento do Direito pátrio. O projeto de lei sobre letras de cambio e notas promissórias. Comentários sobre a Lei Kandir (Lei Complementar n.º 87/96). O controle externo do poder Judiciário. Relato sobre seus livros. O “caso das Fraudes do INSS”, episódio marcante em sua carreira. Encerramento.

Entrevista n.º: 52

Entrevistado: ***Mário Rebelo de Mendonça Filho***

Cargo: Desembargador (Aposentado)

Data: oito de maio de 2000

Local: Residência do Entrevistado – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 01 h e 06 min.

Número de fitas: 02

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Adeir Barbosa Lemos.

Revisão: Pedro Paulo Moreira.



Sumário

Abertura. Sua formação em Direito (1952). Razões da escolha da carreira de magistrado. Defensor público. Inscrição para o concurso de juiz do estado do Rio de Janeiro, aprovação. Dificuldades encontradas na comarca onde atuou. Seu relacionamento com a

população. Relato de episódio ocorrido em Porciúncula. A figura de Roberto da Silveira. Quebra da hegemonia do PSD (1958). Sua atuação na comarca de Mendes (1960/63). Relato de episódio ocorrido nessa mesma comarca. Opinião a respeito da existência da Justiça eleitoral. Recordações sobre o período em que atuou na Justiça eleitoral. As carências existentes nas comarcas do interior. Sua aprovação no concurso da magistratura do estado da Guanabara. Razões da escolha desse concurso. Posse (1963). Diferença existente entre a magistratura do estado do Rio de Janeiro e a da Guanabara. Juiz substituto. Nomeação: juiz titular da Sexta vara Criminal. Outras Varas onde atuou. Ingresso no Tribunal de Alçada Criminal (1980). Nome de alguns colegas. Eleição do juiz Nilton Leite à presidência do Tribunal de Alçada Criminal e seu falecimento. Comentários sobre o desembargador Adolphino Ribeiro. Sua promoção, por antigüidade, ao cargo de desembargador (1987). Primeira Câmara onde atuou. Membros dessa câmara. Outras câmaras onde atuou. Integrantes e presidentes. Sua participação no Órgão Especial. Comentários sobre a nova LOMAN. Opinião contrária ao controle externo do Judiciário, razões. Comentários acerca do controle interno dos tribunais. Opinião sobre a LOMAN. Comentários sobre as eleições do Tribunal de Justiça. As vantagens da fusão dos antigos estados da Guanabara e Rio de Janeiro (1975). A mulher como magistrado. Comentários sobre a atuação do magistrado jovem. Sua participação no Tribunal do Júri. Opinião sobre a instituição do Júri. A figura do desembargador José Lisboa da Gama Malcher. Relato de episódio ocorrido na escolha da lista tríplice do Júri. Pessoas famosas que comporiam essa lista. Exercício da Advocacia, relato de episódio. Novos comentários sobre o Júri. Opinião a respeito da Justiça Militar. Relacionamento entre a opinião pública e o Judiciário, opinião. Promoções por antigüidade e por merecimento. Critérios adotados, comentários. Novos comentários sobre a LOMAN. Opinião a respeito do Órgão Especial. Mudanças necessárias. Comentários sobre o “processo da Panair do Brasil”. Relato de episódio pitoresco. Encerramento.

Entrevista n.º: 53

Entrevistado: ***Humberto Decnop Batista***

Cargo: Desembargador (Aposentado)

Data: nove de maio de 2000.

Duração: 53 min.

Número de fitas: 01.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Adeir Barbosa Lemos.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Abertura. Sua formação em Direito (1952). Razões da escolha da carreira de magistrado. Exercício da Advocacia no interior de Minas Gerais (1953/61). Dificuldades encontradas enquanto advogado. Início da carreira de magistrado em Minas (1962). As razões de sua exoneração a pedido. Volta ao exercício da Advocacia. Participação no concurso para a magistratura da Guanabara e sua aprovação (1968). Comarca onde atuou como juiz no estado de Minas Gerais. Comentário sobre as diferenças existentes entre a Justiça mineira e a da Guanabara. Natureza das lides, comentários. Relação entre advogados e magistrados na antiga Guanabara. Relato de episódio. Opinião sobre a fusão dos estados do Rio e Guanabara (1975). Consequências da fusão. Comentários sobre sua experiência no Tribunal Regional Eleitoral (1976-1978). Nome de alguns colegas de trabalho. Sua opinião sobre a existência da Justiça eleitoral. A importância da LOMAN. Comentários sobre o Regime Militar. Impossibilitado de fazer o concurso para a magistratura do antigo estado do Rio de Janeiro. Razões. Participação no julgamento do humorista Jô Soares. O relacionamento do Judiciário com a opinião pública. Opinião a respeito da instituição do Júri. Atuação no Tribunal do Júri. Opinião sobre a Mídia. Promoção para o Tribunal de Alçada Criminal (1993). Relacionamento entre os membros deste Tribunal. Eleito, por antiguidade, para a Presidência do Alçada (1996). Comentários sobre essa experiência. Último presidente do Tribunal de Alçada Criminal (1998). Opinião sobre a extinção dos tribunais de Alçada. Sua opinião a respeito dos funcionários do Judiciário. A questão do controle externo do poder Judiciário. Comentários sobre a atuação dos juízes jovens. Opinião sobre a existência da Justiça Militar. Relato de fato ocorrido na Justiça Militar

enquanto desembargador. Relato de acontecimento ocorrido enquanto juiz substituto. Comentários genéricos sobre sua vida. Encerramento.



Entrevista n.º: 54

Entrevistado: ***José Danir Siqueira do Nascimento***

Profissão: Advogado

Data: quinze de maio de 2000

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 55 min.

Número de fitas: 01.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Adeir Barbosa Lemos.

Revisão: Jorge Luís Rocha.



Sumário

Abertura. Seu ingresso na faculdade de Direito (1946). Sua formação em Direito (1950). Calouro do desembargador Luiz César Bittencourt. A figura do professor Leandro Coelho Duarte. A importância de dr. Baltazar Xavier. Razões da escolha da carreira de advogado. Participação no Júri. Relacionamento entre magistrado e advogados. Requisito exigido para o concurso de magistrado. Alguns juízes. Opinião a respeito da atuação dos juízes jovens. Comentários sobre o relacionamento do advogado com a Justiça de antigamente e com a de hoje. O papel do advogado. Comentários sobre o Protocolo Geral do Tribunal de Justiça (PROGER). Comentários sobre sua filha Ana Beatriz. Relatos de episódios ocorridos no fórum da comarca de Niterói. Participação na primeira defesa que houve no Quarto Tribunal do Júri, homenagens. Locais onde advogou fazendo Júri. Dificuldades encontradas. Relato de fato pitoresco. Opinião sobre a instituição do Júri. A figura de seu pai. Relacionamento entre a opinião pública e o Judiciário, opinião. Comentários sobre a transferência da capital para Brasília (1960). Comentários sobre sua família. Opinião sobre a fusão (1975). Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (1969/73). Órgãos onde militou. A participação da OAB nas bancas examinadoras de concursos, importância. Membro vitalício da Ordem. Comentários sobre sua inscrição para a vaga de desembargador pelo Quinto Constitucional. Regime Militar, relato de fatos ocorridos nessa ocasião. O caso do “Grupo dos Onze”. Sua experiência com a Justiça Militar. Opinião a respeito da mesma. Comentários sobre o "Caso Dona Lida". O papel da OAB. Juiz eleitoral. Opinião sobre a Justiça eleitoral. Sua opinião sobre o controle externo do Judiciário. Comentários sobre os juizados especiais. Fatos marcantes de sua vida profissional. Novos comentários sobre o Júri. Encerramento.

Entrevistado: ***Maria Stella Villela Souto Lopes Rodrigues***

Cargo: Desembargadora (Aposentada)

Data: oito de junho de 2000

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 58 min.

Número de fitas: 01

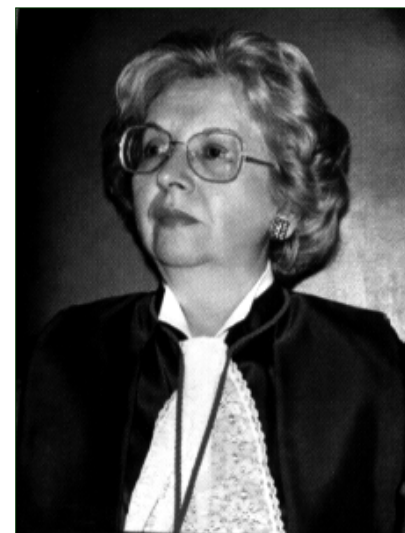
Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Adeir Barbosa Lemos.

Revisão: Pedro Paulo Moreira.



Sumário

Abertura. A experiência na Advocacia. O ingresso na magistratura em 1960. Juíza substituta do estado da Guanabara. A promoção à juíza de Direito efetiva (1965). Sua atuação a frente da vara de Menores (1963). Seu relacionamento com os advogados. O que pensa

da Justiça eleitoral. A remoção para o então I Tribunal de Alçada em 1974. Opinião sobre a extinção dos tribunais de Alçada. Sua opinião sobre a LOMAN. A eleição ao cargo de vice-presidente do I Tribunal de Alçada do Rio de Janeiro (1981). A substituição do então presidente daquele Tribunal, juiz Emerson dos Santos Parente. A visita de cortesia do presidente do Tribunal de Justiça. Sua opinião sobre a relação entre a Mídia e o poder Judiciário. A promoção ao cargo de desembargador (1983). Os cargos de direção que exerceu. Sua opinião sobre a importância do Órgão Especial, do Tribunal de Justiça. Aspectos de sua vida profissional. Comentários sobre a clássica série "ABC", escrita por ela. Sua opinião sobre o Tribunal do Júri. Sua opinião sobre a pouca idade da atual magistratura. Comentários sobre fatos marcantes de sua vida profissional. Encerramento.

Entrevista n.º: 56

Entrevistado: ***Luiz César de Aguiar Bittencourt Silva.***

Cargo: Desembargador (Aposentado)

Data: 14 de junho de 2000

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 02 h e 20 min.

Número de fitas: 03.

Entrevistadores: Elmo Guedes Arueira

Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Adeir Barbosa Lemos.

Revisão: Pedro Paulo Moreira.

Obs. Novas entrevistas (56.1) em 27 de setembro de 2002 e (56.2) em 17 de junho de 2004 por sumariar.

Sumário

Abertura. A escolha da carreira profissional. O desejo de formar-se engenheiro naval. O ingresso na faculdade de Direito. A sucessão de seu pai na direção do Ginásio Bittencourt Silva, em Niterói. O início da carreira advocatícia. Sua nomeação para o cargo de pretor substituto em Maricá (1949). Fatos ocorridos durante o período em que foi pretor. O concurso para juiz do antigo estado do Rio de Janeiro em 1954. Comentários sobre o concurso de magistrado. Relato de fatos ocorridos durante o período de sua nomeação. Sua opinião sobre a fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro (1975). Fatos ocorridos durante sua gestão na Presidência do Tribunal do Júri em Duque de Caxias (1968-81). Sua nomeação para o então II Tribunal de Alçada (1981). O cargo de presidente daquele Tribunal em 1989. A criação de um espaço cultural no Tribunal de Alçada. Sua opinião sobre a existência da Justiça eleitoral. Relato de fatos pitorescos e até humorísticos de sua carreira. Lembrança de fatos ocorridos durante seu período de acadêmico de Direito. Sua paixão pela história da Antiguidade. Encerramento.



Entrevista n.º: 57

Entrevistado: **Lauro Sales**

Profissão: Advogado

Data: doze de julho de 2000

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 36 min.

Número de fitas: 01.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Pedro Paulo Moreira.

Revisão: Jorge Luís Rocha.



Sumário

Abertura. O início de sua carreira como advogado. O amigo do dr. Adamastor. O relacionamento com a magistratura e o Ministério Público. As transformações do poder Judiciário. Comparação com 40 e 50 anos atrás. A participação da Ordem dos Advogados do

Brasil nas bancas examinadoras dos concursos para juízes. A importância do Quinto Constitucional. A tesouraria da Caixa de Assistência dos Advogados. Sua atuação como membro do Conselho da OAB e do Tribunal de Ética daquela instituição. A fusão dos antigos estados da Guanabara e Rio de Janeiro (1975). Sua opinião sobre a mudança da capital federal para Brasília (1960). O que pensa sobre o primeiro juizado especial (1987). O que pensa da proliferação de cursos de Direito no estado do Rio de Janeiro. A pouca idade dos novos juízes. Opinião sobre o controle externo do Judiciário. Um panorama da década de 1980. A importância do Tribunal do Júri. Fato marcante na história brasileira dos últimos 40 e 50 anos. Acontecimentos marcantes em sua carreira. Encerramento.

Entrevista n.º: 58

Entrevistado: ***José Bonifácio Diniz de Andrada***

Profissão: Advogado

(Ministro do Superior Tribunal Eleitoral – Aposentado)

Data: treze de julho de 2000

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 20 min.

Número de fitas: 01

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Pedro Paulo Moreira.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Abertura. Cargos políticos exercidos. Sua relação de parentesco com o *Patriarca da Independência*, José Bonifácio de Andrada e Silva. Os cargos públicos exercidos por seu pai, Antônio Carlos Lafayette de Andrada. O início da carreira de advogado (1950). A figura do solicitador. A política em sua vida. O que pensa do Tribunal do Júri. Relato de sua atuação no Júri: o “Caso do Tenente Bandeira”. O relacionamento com os magistrados. O que pensa da pouca idade dos magistrados hoje. A transferência da capital federal para Brasília (1960). A Advocacia no antigo estado da Guanabara. A fusão dos estados do Rio de Janeiro e Guanabara (1975). O mecanismo do Quinto Constitucional. A concorrência ao cargo de desembargador. O que pensa da influência da opinião pública no exercício da profissão. A década de 1980. Sua opinião sobre o primeiro juizado especial. A opinião do entrevistado sobre o grande número de cursos de Direito existentes. A existência da Justiça Militar. O controle externo do poder Judiciário. Os cargos exercidos no poder Judiciário entre 1992 e 1996. O Tribunal de Justiça no começo de sua carreira (1950). Episódio marcante na sua carreira profissional. Encerramento.



Entrevistado: **Pirajá Pires**

Cargo: Desembargador (Aposentado)

Data: 17 de julho de 2000

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 50 min.

Número de fitas: 01

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Pedro Paulo Moreira.

Revisão: Jorge Luís Rocha.



Sumário

Abertura. A dura vida de estudante. O trabalho na infância e os estudos. A profissão de contador. O porquê de ter se tornado magistrado. Lembranças de sua atuação como juiz substituto na 13.^a Região Judiciária (Teresópolis) e na comarca de Sapucaia. Seu

envolvimento com figuras iminentes da história do poder Judiciário. O trabalho com o dr. Ellys Hermídio Figueira e com o dr. Luiz César de Aguiar Bittencourt Silva. Comentários sobre os inquéritos policiais militares em que atuou. Seu relacionamento com o Ministério Público e os advogados. A fusão dos estados do Rio de Janeiro e Guanabara (1975). Seu auxílio na formação da 2.^a Vara de Família e vara de Menores da comarca de Duque de Caxias, estado do Rio de Janeiro. À direção do fórum de Duque de Caxias (1981). Sua opinião sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN). O relacionamento do poder Judiciário e a opinião pública. O que pensa da influência da Mídia. Sua remoção para o Tribunal de Alçada Criminal (1988). A Justiça eleitoral. Sua opinião sobre o Tribunal do Júri. A pouca idade da magistratura. O controle externo do Judiciário. Episódio marcante de sua carreira profissional. Encerramento.

Entrevista n.º: 60

Entrevistado: ***Antônio José Lopes Alves***

Profissão: Técnico Judiciário (Aposentado)

Data: 20 de julho de 2000

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 30 min.

Número de fitas: 01.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Pedro Paulo Moreira.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Abertura. Como se tornou funcionário público. A origem do Tribunal de Alçada Criminal (1971). Sua entrada naquele tribunal. A fusão dos estados do Rio de Janeiro e Guanabara (1975). Os cargos que exerceu antes de ser diretor-geral daquele tribunal. O funcionamento do Tribunal, em Niterói. O relacionamento com os magistrados. A transferência do Tribunal Alçada do antigo estado do Rio de Janeiro para capital do novo estado. O crescimento daquela corte de Justiça. O que pensa sobre a Mídia. Opinião sobre o controle externo do Judiciário. A criação do Tribunal de Justiça do novo estado do Rio de Janeiro. Os problemas surgidos com a fusão. Seu relacionamento com os desembargadores Enéas Marzano e Newton Quintella. Sua opinião sobre a atuação do poder Judiciário. Relato de um episódio marcante em sua carreira profissional. Encerramento.

Entrevista n.º: 61

Entrevistado: ***Francisco Eugênio Rezende de Faria***

Cargo: Desembargador (Aposentado)

Data: 27 de julho de 2000

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 55 min.

Número de fitas: 01

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Aldema Melo da Silva

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Abertura. Razões para ter optado pelo campo do Direito. Comentários sobre o concurso de 1962 para a Magistratura do estado da Guanabara. Lembranças sobre sua passagem de funcionário do poder Judiciário para magistrado. Lembranças sobre o período em que

foi juiz substituto. Definição do cargo. A repercussão da transferência da capital federal para Brasília (1960). Comentários sobre o período do Golpe Militar (1964-89). A promoção a juiz de Direito (1965). Comentários sobre os colegas magistrados. Homenagens recebidas. Relato de um fato curioso. Encerramento.

Entrevista n.º: 62

Entrevistado: ***Olavo Tostes Filho***

Cargo: Desembargador (Aposentado).

Data: dois de agosto de 2000.

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 48 min.

Número de fitas: 01

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Pedro Paulo Moreira.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Abertura. O início de sua carreira de Advogado em Muriaé. Comentários sobre o exercício da carreira advocatícia em Miracema e Campos dos Goytacazes. O cargo de Técnico em Educação no estado do Rio de Janeiro. Deputado estadual em Minas Gerais (1946). A preferência pela judicatura no antigo Distrito Federal. O concurso para juiz (1951). A nomeação para o cargo de Juiz substituto do Distrito Federal. O exercício no Tribunal do Júri. Um breve relato sobre a Justiça do antigo Distrito Federal. Sua promoção a Juiz de Direito efetivo (1953). O que pensa do Tribunal do Júri. Comentários sobre a Opinião pública e a Mídia. Impressões sobre a transferência da Capital para Brasília (1960). Sua nomeação para o Tribunal de Alçada do estado da Guanabara. Sua promoção ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do estado da Guanabara (1971). Opinião sobre a fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro (1975). O cargo de Corregedor-Geral da Justiça, no biênio 1981/82. A presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro. Opinião sobre a Justiça eleitoral. A criação da Mútua dos Magistrados e da Associação dos Magistrados do estado da Guanabara. Opinião sobre a Justiça militar. Comentários sobre o controle externo do poder Judiciário. A idade dos juízes. Um breve relato sobre a carreira do irmão, Egberto Tostes. Encerramento.

Entrevista n.º: 63

Entrevistado: ***Ralph Lopes Pinheiro***

Cargo: Desembargador (Aposentado)

Data: dez de agosto de 2000

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 35 min.

Número de fitas: 01

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Pedro Paulo Moreira.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Abertura. O início de sua carreira como Juiz Substituto no estado da Guanabara. (1968). Sua promoção ao cargo de Juiz de Direito (1973). Opinião sobre a fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro (1975). Comentários sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN). Relato de sua remoção para o Tribunal de Alçada Cível do estado do Rio de Janeiro. O relacionamento com os membros daquela Corte. Opinião sobre o Tribunal do Júri. Considerações sobre suas funções na Justiça eleitoral. Relato sobre sua disponibilidade (1988). Seu retorno à Magistratura, no ano seguinte. A remoção por merecimento para o Tribunal de Alçada Cível (1991). A promoção ao cargo de Desembargador (1995). A pouca idade dos novos juízes. Um relato sobre sua atuação no Conselho de Vitaliciamento. Encerramento.

Entrevistado: **Brenno de Andrade**

Profissão: Advogado

Data: 17 de agosto de 2000

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 45 min.

Número de fitas: 01

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Pedro Paulo Moreira.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Abertura. O interesse pela Advocacia. A influência do pai e do avô. O início de sua carreira de Advogado. Comentários sobre as relações entre advogados e magistrados. Opinião sobre a Ordem dos Advogados do Brasil. Comentários sobre a fusão dos estados da

Guanabara e Rio de Janeiro (1975). Relato de um debate sobre a fusão. Opinião sobre a Justiça eleitoral. Breve relato de sua atuação como juiz eleitoral. Comentários sobre a chamada Opinião pública. Opinião sobre a situação dos cursos de bacharel em Direito. Lembranças sobre o período em que foi Conselheiro da OAB/RJ. Opinião sobre o Tribunal de Júri. A questão do controle externo do poder Judiciário. O relacionamento entre advogados e autoridades militares durante o Regime Militar (1964/85). Sua opinião sobre a pouca idade dos juízes. Comentários sobre seu irmão, Luís Antônio de Andrade. Encerramento.

Entrevista n.º: 65

Entrevista Especial

Entrevistados: ***Kátia Maria de Miranda Cavalcante***

Cargo: Técnico Judiciário Especializado

Manoel Pereira Quintanilha

Cargo: Assessor Administrativo

Data: cinco de setembro de 2000

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 27 min.

Número de fitas: 01

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Alexandre de Souza da Conceição

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Abertura. Tempo em que advogou. Razões pelas quais optou pelo funcionalismo público. Comentários sobre a Associação de Magistrados do estado do Rio de Janeiro. Relacionamento entre funcionários e magistrados. Opinião sobre a fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro (1975). Nome dos dois últimos presidentes da Associação. Local de funcionamento. Opinião sobre as condições de trabalho no poder Judiciário. Panorama sobre a situação do Judiciário no início da carreira de funcionários. Opinião sobre a relação entre o poder Judiciário e a Opinião pública. Comentários sobre o controle externo do poder Judiciário. Relato sobre as eleições da Associação dos Magistrados do estado do Rio de Janeiro. Opinião sobre a Associação. Fusão da Associação dos Magistrados Fluminenses com a Associação dos Magistrados do estado do Rio de Janeiro. Nome de alguns desembargadores. Funções que exerceu no período em que começou a trabalhar na Associação. Opinião sobre a existência de um órgão de representação de classe para os funcionários. Encerramento.

Entrevista n.º: 66

Entrevistado: ***Ellis Hermydio Figueira***

Cargo: Desembargador (Aposentado)

Data: 19 de setembro de 2000

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 48 min.

Número de fitas: 01

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Alexandre de Souza da Conceição

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Obs. Novas entrevistas (66.1) em 12 de julho de 2005 por sumariar.

Sumário

Abertura. Faculdade de Direito em que se formou (1954). Motivos que o levaram a ser Juiz. Relato de outras funções que exerceu na área jurídica. Explicação sobre o não exercício do Magistério. Lembranças de sua vida profissional como Advogado. O ingresso no Ministério Público (1961). Comentários sobre sua atuação no Tribunal do Júri de Nova Iguaçu. Opinião sobre o Júri. Comentários sobre a relação ente o poder Judiciário e a Opinião pública. O relacionamento com os magistrados atuando como advogado. Outras considerações sobre o relacionamento entre Magistratura, Ministério Público e advogados. Atritos entre Magistrados e Advogados com a fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro. Menção aos desembargadores Enéas Marzano (1917/2007) e Jalmir Gonçalves da Fonte (1913/92). Encerramento.

Entrevistado: **Fernando Celso Guimarães**

Cargo: Desembargador (Aposentado)

Data: 25 de setembro de 2000

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 40 min.

Número de fitas: 01

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Pedro Paulo Moreira.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Abertura. A carreira e a influência familiar. A nomeação em 1960 ao cargo de Juiz Substituto do estado da Guanabara. O exercício da carreira no estado da Guanabara. Sua opinião sobre a transferência da Capital para Brasília. A promoção, por merecimento, ao cargo de Juiz de Direito da Vara de Acidentes de Trabalho (1963). Um relato sobre a Justiça do antigo estado da Guanabara. A sucessão do Juiz bandeira Stampa, no II Tribunal do Júri. Opinião sobre o Tribunal do Júri. Seu relacionamento com os advogados e membros do Ministério Público. Sua remoção, por merecimento, para o Tribunal de Alçada do estado da Guanabara (1971). Comentários sobre o Tribunal de alçada. Os cargos de vice-presidente (1974) e Presidente (1980) do Tribunal de Alçada. Sua opinião a extinção dos

tribunais de Alçada. O que pensa sobre a fusão dos antigos estados da Guanabara e Rio Janeiro (1975). Sua opinião sobre a LOMAN. O que pensa sobre a Opinião pública. Sua promoção, por merecimento, ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro (1981). Um relato de sua experiência como desembargador. O que pensa sobre o controle externo do poder Judiciário. Sua opinião sobre a Justiça Militar e Justiça eleitoral. Um comentário sobre a pouca idade dos novos juízes. Relato de episódios marcantes em sua carreira de magistrado. Encerramento.

Entrevista n.º: 68

Entrevistado: ***Lenita Couto de Castro***

Cargo: Funcionária

Data: quatro de outubro de 2000

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 35 min.

Número de fitas: 01

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Vanessa Santos

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Abertura. Motivos que a levaram a trabalhar na Mútua dos Magistrados. A indicação do presidente do Tribunal de Justiça do antigo estado da Guanabara, Nelson Ribeiro Alves (1911/75). Início. Criação e começo do trabalho na Mútua. A fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro (1975). Lembrança da atuação de seus irmãos na magistratura: Vivaldo Brandão do Couto e José Erasmo do Couto. O relacionamento entre funcionários e a magistratura. Mudança ao longo dos anos. Representação dos funcionários públicos através de órgãos. Opinião sobre os códigos de ética e conduta na sociedade. Avaliação pessoal das atuais condições de trabalho no Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro. A satisfação de trabalhar somente para magistrados. O relacionamento entre o poder Judiciário e a opinião pública. O Regime Militar na década de 1970. Sugestão para melhorar o funcionamento do poder Judiciário. O péssimo atendimento nos cartórios. O processo de escolha do presidente da Mútua. Dificuldades. Troca de nome da antiga “Associação dos Magistrados” para “Mútua dos Magistrados”. Elaboração do novo estatuto. A importância do governador Chagas Freitas na unificação das associações dos magistrados. Controle externo do poder Judiciário. Lembrança de passagens marcantes durante a vida profissional. Condecorações recebidas pelos serviços prestados. Realização de duas exposições individuais no salão do Tribunal de Alçada Criminal. Recordação de parentes que são da área do Direito. Encerramento.

Entrevista n.º: 69

Entrevistado: *Áurea Pimentel Pereira*

Cargo: Desembargadora (Aposentada)

Data: 17 de outubro de 2000

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 30 min.

Número de fitas: 01

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Alexandre Souza da Conceição

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Abertura. Razões que a levaram a se tornar juíza. Um retrato da época em que decidiu cursar Direito. Comentário sobre como era ser juíza no antigo estado da Guanabara. Comentários sobre a transferência da capital do país para Brasília (1960). O relacionamento entre magistrados e advogados na Guanabara. A existência da Justiça eleitoral. Área em que se especializou no Direito e o número de livros publicados. Comentários sobre o período em que assumiu temporariamente o Tribunal do Júri. Opinião sobre o Júri. Comentários sobre a fusão da Guanabara e Rio de Janeiro (1975). O relacionamento entre os membros do Tribunal de Alçada Cível. Comentários sobre a unificação dos graus de instância (1998). A LOMAN. Visão sobre a relação entre o poder Judiciário e a opinião pública. A desmoralização do poder Judiciário. O que representou a nomeação a desembargadora do Tribunal de Justiça. A questão da presença feminina no Tribunal de Justiça. Aposentadoria. Opinião sobre a pouca idade dos magistrados. Comentários sobre a existência da Justiça militar. Relação entre a sua atividade literária e a magistratura. Comentários sobre as propostas de controle externo do poder Judiciário. Lembrança sobre crimes e júris marcantes. O que representou para as mulheres o fato de ter se tornado desembargadora. Encerramento.

Entrevistado: **Hilário Duarte de Alencar.**

Cargo: Desembargador (Aposentado).

Data: 25 de outubro de 2000.

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 01 h e 05 min.

Número de fitas: 02.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Jorge Luís Rocha.

Revisão: Adeir Barbosa de Lemos.

Sumário

Abertura. As razões para ser juiz. O exercício de outra função pública. Lembranças do início da carreira no antigo estado do Rio de Janeiro (1964). O que era ser juiz substituto regional. Comarcas por onde passou. Lembrança de colegas magistrados. Comentário sobre a Justiça do antigo estado do Rio de Janeiro. Opinião sobre a fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro (1975). Comentário sobre o desrespeito aos direitos e garantias individuais durante a Ditadura Militar (1973/79). Opinião sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (1979). O Pacote de Abril (1977). Relato sobre sua experiência como juiz eleitoral. Opinião sobre a existência da Justiça eleitoral. Relato sobre sua experiência no Tribunal do Júri. Opinião sobre o Júri. Lembrança sobre o

relacionamento com colegas no I Tribunal de Alçada do estado do Rio de Janeiro (1979). Opinião sobre a extinção dos tribunais de Alçada. Opinião sobre a relação entre o poder Judiciário e a opinião pública. Opinião sobre a relação entre o poder Judiciário e a Mídia. Relato sobre sua passagem pelo cargo de vice-presidente do Tribunal de Alçada Cível (1985/86). Relato sobre sua promoção ao cargo de desembargador (1986). Sua participação no Conselho da Magistratura. Opinião sobre a representação da magistratura em órgãos de classe. A importância da Mútua dos Magistrados. Opinião sobre a pouca idade dos juízes. Opinião sobre o controle externo do poder Judiciário. Relato de um episódio particularmente marcante. Encerramento.

Entrevista n.º: 71

Entrevistado: ***Júlio César Paraguassu.***

Cargo: Desembargador (Aposentado).

Data: seis de dezembro de 2000.

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 35 min.

Número de fitas: 01.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Ana Cristina Costa Barbosa.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Abertura. Relato sobre o ingresso na carreira de promotor público em Minas Gerais (1956). Relatos sobre o antigo estado da Guanabara. Informações sobre os membros da banca do seu concurso (1969). Lembranças do início da carreira profissional como magistrado (1971). Relato sobre a fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro (1975). Opinião sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Comentário sobre sua passagem pela Justiça eleitoral. Opinião sobre a Justiça eleitoral. Informações sobre seu pai. Comentário sobre o relacionamento entre a Magistratura e os advogados. Relato sobre a questão dos direitos e garantias individuais (1973/1979). Avaliação sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (1979). Informação sobre sua promoção a desembargador (1998). Reflexão sobre a extinção dos tribunais de Alçada. A passagem pelo Tribunal de Alçada Cível. Opinião sobre a relação entre o poder Judiciário e a opinião pública. Comentário sobre as propostas de controle externo do poder Judiciário. Opinião sobre a Justiça militar. Opinião acerca da pouca idade dos magistrados. Relato de um episódio marcante em sua carreira. Encerramento.

Entrevista n.º: 72

Entrevistado: ***Manoel Benedicto de Lima***

Cargo: Desembargador (Aposentado).

Data: sete de março de 2001.

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 30 min.

Número de fitas: 01.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Ana Cristina Costa Barbosa.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Abertura. Motivos que o levaram a se tornar juiz. Comentário sobre sua nomeação ao cargo de juiz substituto do antigo estado da Guanabara (1963). Comentário sobre sua aprovação no concurso. Relato sobre sua inscrição na OAB/RJ (1957). Inauguração de Brasília e transferência da Capital (1960). Comentário sobre sua promoção ao cargo de juiz de Direito (1967). Relato sobre sua relação com o Ministério Público. Colega que marcou sua carreira. Comentário sobre a fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro (1975). Relato sobre ação julgada, em 1.º Grau, por ele. Relato sobre a questão dos “direitos e garantias individuais” (1973/1979). Opinião sobre a Justiça eleitoral. Considerações sobre a figura do desembargador Luiz César Bittencourt. Informações sobre o I Tribunal de Alçada do estado do Rio de Janeiro. Comentário sobre a extinção dos tribunais de Alçada. Crítica ao Tribunal do Júri. Opinião sobre a relação entre o poder Judiciário, opinião pública e a Mídia. Comentário sobre sua aposentadoria (1986). Relato sobre sua passagem pela Corregedoria-Geral da Justiça (1977). Avaliação de concurso para cargos do funcionalismo judiciário. Relato sobre a magistratura fluminense. Opinião sobre as propostas de controle externo do poder Judiciário. Opinião sobre a Justiça militar. Opinião acerca da pouca idade dos magistrados. Relato de um episódio marcante em sua carreira. Encerramento.

Entrevistado: ***Ivânio da Costa Carvalho Caiuby***

Cargo: Desembargador (Aposentado).

Data: 19 de abril de 2001.

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 22 min.

Número de fitas: 01.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Jorge Luís Rocha.

Revisão: Adeir Barbosa de Lemos.

Sumário

Abertura. Sua experiência como professor. Motivos que o levaram a se tornar Juiz. Influência da família. Inauguração de Brasília e transferência da Capital (1960). Comentários sobre seu concurso à magistratura (1951). Relato sobre sua relação com os advogados. Opinião sobre a Justiça eleitoral. Comentários sobre sua passagem pelo I Tribunal de Alçada do estado do Rio de Janeiro. Comentário sobre a extinção dos tribunais de Alçada. Comentários sobre a fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro (1975). Relato sobre a questão dos “direitos e garantias individuais” (1973/1979). Considerações sobre a LOMAN (1979). Lembranças sobre sua promoção ao cargo de desembargador (1979). Sua gestão como vice-presidente (1985/86). Opinião sobre a relação entre o poder Judiciário,

opinião pública e a Mídia. Opinião sobre as propostas de controle externo do poder Judiciário. Opinião sobre o Tribunal do Júri. Opinião sobre a Justiça militar. Opinião acerca da pouca idade dos magistrados. Relato de um episódio marcante em sua carreira. Encerramento.

Entrevista n.º: 74

Entrevistado: ***Sérgio Bermudes***

Profissão: Advogado.

Data: nove de maio de 2001.

Local: Escritório do entrevistado – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 46 min.

Número de fitas: 01.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Jorge Luís Rocha.

Revisão: Adeir Barbosa de Lemos.

Sumário

Abertura. Formação em Direito. O interesse pela Advocacia. Influência paterna. Início da carreira na Guanabara (1970). Relação entre magistrados e advogados. Opinião sobre a formação dos advogados. Motivos para a precarização da prestação jurisdicional. Sua participação em bancas examinadoras de concursos. A questão dos concursos da Ordem dos Advogados do Brasil. A participação da OAB nos concursos à magistratura. Opinião sobre a fusão dos estados do Rio de Janeiro e Guanabara (1975). O Quinto Constitucional. Referências aos desembargadores amaro Martins de Almeida e Jorge Fernando Loretti. Sua atuação como membro do Conselho Federal da OAB. O atentado que vitimou D. Lyda Monteiro da Silva. A relação entre poder Judiciário e opinião pública. Novos comentários sobre a fusão. Sua passagem pela Justiça eleitoral. Opinião sobre a existência dessa Justiça. O período 1973 e 1979. O caso “Vladimir Herzog”. A atuação do advogado e a opinião pública. Opinião sobre a corrupção no meio político. Opinião sobre o controle externo do poder Judiciário. Seus trabalhos publicados. A presença de jovens na magistratura. Lembranças de um caso marcante na carreira. Encerramento.

Entrevista n.º: 75

Entrevistado: ***Délio Hungria Hoffbauer***

Profissão: Funcionário (Aposentado).

(Filho do ministro Nelson Hungria Hoffbauer.)

Data: sete de junho de 2001.

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 35 min.

Número de fitas: 01.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Jorge Luís Rocha.

Revisão: Vanessa Machado dos Santos.

Sumário

Abertura. Início da carreira no poder Judiciário como funcionário (1939). As transformações da instituição. A transferência da capital federal para Brasília (1960). A fusão dos estados do Rio de Janeiro e Guanabara (1975). O relacionamento entre magistrados e funcionários. Lembrança sobre a figura do ministro Edgard Costa. A influência do pai na carreira. Passagens da vida do ministro Nelson Hungria. Comentários sobre a própria carreira. Encerramento.

Entrevista n.º: 76

Entrevistado: ***Thiago Ribas Filho.***

Cargo: Desembargador (Aposentado).

Data: 27 de maio de 2002.

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 46 min.

Número de fitas: 01.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.



Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Jorge Luís Rocha.

Revisão: Vanessa Machado dos Santos.

Sumário

Abertura. Formação em Direito. Vocação para ser juiz. Sua participação no concurso para ingresso na magistratura (1963). As dificuldades de adaptação a nova situação de Juiz. A presença de jovens na magistratura. A transferência da capital para Brasília (1960). O período 1973 e 1979. A experiência de ser presidente da Associação de Magistrados do estado da Guanabara. Lembranças de sua promoção a desembargador (1985). A extinção dos tribunais de alçada (1998). Opinião sobre as propostas de controle externo do poder Judiciário. A relação entre o Judiciário e a opinião pública. Opinião sobre a Justiça eleitoral. Opinião sobre o Tribunal de Júri. A questão dos julgamentos pela Justiça militar. Suas novas funções no poder Judiciário após a aposentadoria. Narração de um episódio particularmente marcante na carreira. Encerramento.

Entrevista n.º: 77

Entrevistado: ***Nilson de Castro Dião.***

Cargo: Desembargador (Aposentado).

Data: seis de junho de 2002.

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 10 min.

Número de fitas: 01.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Gilberto de O. Ferreira.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Abertura. Formação em Direito. Sua experiência como funcionário público. Lembranças de sua carreira de advogado. Interferência do Golpe Militar no seu ingresso na magistratura (1964). Relato de fatos referentes a construção de Brasília. As dificuldades de adaptação as novas funções de juiz. A fusão dos estados do Rio de Janeiro e Guanabara (1975). Opinião sobre o Tribunal de Alçada Cível. Comentários sobre os juizados especiais. Opinião sobre o controle externo do poder Judiciário. Importância do Tribunal do Júri. O relacionamento entre o poder Judiciário e a opinião pública. Encerramento.



Entrevistado: ***Wilson Santiago Mesquita de Mello.***

Cargo: Desembargador (Aposentado).

Data: seis de junho de 2002.

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 57 min.

Número de fitas: 01.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Gilberto de O. Ferreira.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Abertura. Formação em Direito. Sua experiência como funcionário da Embaixada Americana. Sua atuação como advogado. Lembranças de sua carreira de professor universitário. As dificuldades de adaptação as novas funções de juiz. Relato de fatos referentes a transferência da capital para Brasília (1960). Lembranças sobre sua promoção. O difícil momento histórico (1973-79). Opinião sobre a LOMAN. A extinção dos tribunais de Alçada (1998). Relação entre o Judiciário e a Opinião pública. A importância da Justiça eleitoral. Opinião sobre o controle externo do poder Judiciário. Importância da Justiça militar. Encerramento.

Entrevistado: **Martinho Álvares da Silva Campos.**

Cargo: Desembargador (Aposentado).

Data: 26 de junho de 2002.

Local: residência do entrevistado – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 27 min.

Número de fitas: 01.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Jorge Luís Rocha.

Revisão: Conrado da Nova Rodrigues.

Sumário

Abertura. Formação em Direito. Lembranças sobre o início de sua carreira como juiz (1965). Opinião sobre o Tribunal do Júri. A fusão dos estados do Rio de Janeiro e Guanabara (1975). O relacionamento entre os membros do Tribunal de Alçada Cível. Opinião sobre a extinção dos tribunais de Alçada. Comentários sobre a organização da Convenção Regional do Movimento Democrático Brasileiro (1976). Lembranças sobre sua promoção a desembargador (1988). Opinião sobre a existência da Justiça eleitoral. Opinião sobre a existência da Justiça militar. Relacionamento entre o poder Judiciário e a opinião pública. Comentários sobre as propostas de controle externo do poder Judiciário. Lembrança sobre fato marcante em sua carreira. Encerramento.

Entrevistado: ***Narcizo Arlindo Teixeira Pinto.***

Cargo: Desembargador (Aposentado)

Data: 16 de julho de 2002.

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 35 min.

Número de fitas: 01.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Marco Antonio Vianna Moreira Sampaio.

Revisão: Conrado da Nova Rodrigues.

Sumário

Abertura. Opção pelo cargo de magistrado. Data de ingresso na magistratura (1964). Opinião sobre a fusão entre os estados do Rio de Janeiro e da Guanabara (1975). Lembranças sobre o início da carreira de magistrado. A diferença entre ser serventuário e magistrado. Opinião sobre a Justiça no antigo estado da Guanabara. Comentários sobre a situação dos magistrados durante o período militar. Sobre a carreira como magistrado. Experiência como Juiz Eleitoral. Comentários sobre o Tribunal de Alçada (1979). A carreira no Tribunal de Alçada. Opinião sobre a extinção dos tribunais de Alçada. Comentários sobre a promoção a desembargador (1984). Sobre a carreira no Tribunal de Justiça. Sobre o controle externo do judiciário. Sobre a Justiça militar. Opinião sobre o Tribunal do Júri. Experiência no

Conselho de Vitaliciamento. Fato marcante na carreira de magistrado. Experiência como vice-presidente na Mútua dos Magistrados. Encerramento.

Entrevista n.º: 81

Entrevista Especial

Entrevistados: ***Jorge Hugo, Cristina, Mônica, Bastos***¹

Cargo: Guardas Judiciários

Data: 16 de julho de 2002.

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 18 min.

Número de fitas: 01.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistador: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Marco Antonio Vianna Moreira Sampaio.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

¹ Utilizados apenas os “nomes de guerra” dos entrevistados.

Sumário

Abertura. Opiniões sobre a Guarda Judiciária. Comentários sobre a maneira como a Guarda Judiciária é vista por funcionários e magistrados do Tribunal de Justiça. Opiniões sobre a presença feminina na Guarda Judiciária. Episódios marcantes na carreira de Guarda Judiciário. Considerações finais. Encerramento.

Entrevista n.º: 82

Entrevistados: ***José Domingos Moledo Sartori***

Cargo: Desembargador (Aposentado)

Data: sete de agosto de 2002.

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 35 min.

Número de fitas: 01.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistadores: Luiz César A. Bittencourt Silva

Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Marco Antonio Vianna Moreira Sampaio.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Abertura. Opção pelo cargo de magistrado. Atuação como juiz substituto temporário. Atuação como magistrado nas comarcas do interior do antigo estado do Rio de Janeiro. Opinião sobre a transferência da capital do país para Brasília (1960). Comentários sobre sua nomeação para o Tribunal de Alçada Criminal. (1971) Opinião sobre o funcionamento do Tribunal de Alçada. Experiência como presidente daquele Tribunal. Opinião sobre a atuação dos magistrados no período militar. Comentários sobre a transferência da sede do Tribunal de Alçada. Sobre sua promoção a desembargador (1984). Câmaras por onde atuou. Opinião sobre a relação do poder Judiciário e a opinião pública. Sua atuação como juiz eleitoral. Experiência como corregedor-geral de Justiça (1993/94). Opinião sobre o controle externo do Judiciário. Opinião sobre Justiça militar. Opinião sobre o Tribunal do Júri.

Entrevista n.º: 83

Entrevistado: ***Luiz Antônio da Costa Carvalho Neto***

Cargo: Funcionário (Aposentado)

Data: oito de agosto de 2002.

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 25 min.

Número de fitas: 01.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistadores: Luiz César A. Bittencourt Silva

Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Gilmar de Almeida Sá.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Abertura. Atividades exercidas fora do funcionalismo público. Opção pelo funcionalismo público (1962) e influência do pai que fora magistrado. O concurso que incluía provas escrita e oral. Relato sobre a carreira dentro do Tribunal de Justiça. Opinião sobre a fusão dos antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro (1975). Opinião sobre o relacionamento entre os poderes Executivo e Judiciário durante o período do Regime Militar. Relato sobre o relacionamento entre o poder Judiciário e a opinião pública. Posicionamento em relação ao controle externo do poder Judiciário. Idéias para melhoria do poder Judiciário. Evolução do funcionalismo dentro do Tribunal de Justiça. Opinião sobre o processo de eleição do Presidente do Tribunal. O Fundo Especial e a autonomia do Judiciário. Renovação da magistratura fluminense com a presença de muitos juizes jovens. A premiação recebida por serviços prestados ao Judiciário. Considerações finais. Encerramento.

Entrevista n.º: 84

Entrevistados: ***Luiz Fernando Withaker Tavares da Cunha.***

Cargo: Desembargador (Aposentado)

Data: doze de agosto de 2002.

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 50 min.

Número de fitas: 01.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistadores: Luiz César A. Bittencourt Silva

Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Gilmar de Almeida Sá.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Abertura. Opção pela magistratura. Relatos sobre o avô, desembargador Arthur César da Silva Withaker. Resumo da carreira de magistrado de 1960 a 1998. Relato de processos de grande repercussão em que atuou como magistrado, como os de Aída Cury e Lúcio Flávio, entre outros. Opinião sobre a extinção dos tribunais de Alçada e sua atuação como vice-presidente. Opinião sobre como a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro influenciou na magistratura do novo estado. Comentários acerca de sua vivência como magistrado durante o regime de exceção, especialmente nos anos 70. Impressão sobre o relacionamento do poder Judiciário com a opinião pública e com a mídia. Relato sobre sua atuação como desembargador e como vice-presidente do Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro (1990). Opinião sobre a Justiça eleitoral. Opinião a respeito do controle externo do poder Judiciário. Impressão acerca do Tribunal do Júri. Relato sobre sua experiência como conferencista e escritor premiado pela Associação Brasileira de Letras, e de como eram vistos os intelectuais no Brasil. Opinião sobre a importância e especificidade da Justiça militar. Relato sobre a sua atuação no Órgão Especial do Tribunal de Justiça. Opinião sobre a renovação da magistratura fluminense com a presença de muitos juízes jovens. Considerações finais. Encerramento.

Entrevistados: *João Fontes de Faria.*

Cargo: Desembargador (Aposentado)

Data: 26 de agosto de 2002.

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 40 min.

Número de fitas: 01.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistadores: Luiz César A. Bittencourt Silva

Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Gilmar de Almeida Sá.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Abertura. Opção pela magistratura. A provação para a magistratura da Bahia em 1939. Magistrado em Sergipe. A nomeação para a magistratura do Rio de Janeiro em 1951. A adaptação à Capital Federal. Opinião sobre a transformação do Distrito Federal em estado da Guanabara e o que isto representou para o poder Judiciário. Relatos sobre a criação do antigo Tribunal de Alçada do estado da Guanabara em 1964 e a sua atuação no mesmo. Impressão sobre o que representou para o poder Judiciário a fusão dos antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro (1975). Atuação como desembargador do Tribunal de Justiça do novo estado do Rio de Janeiro.

Opinião sobre o controle externo do poder Judiciário. Opinião sobre o ingresso de juizes muitos jovens na magistratura fluminense na atualidade. Considerações sobre a Justiça eleitoral. Considerações sobre o fórum batizado com seu nome na comarca de Tobias Barreto de Menezes em Sergipe, sua terra natal. Relato acerca do convite feito a muitos juizes para atuarem em Brasília quando da transferência da capital (1960). Considerações finais e fatos marcantes.

Entrevista n.º: 86

Entrevistados: ***Jorge de Miranda Magalhães.***

Cargo: Desembargador (Aposentado)

Data: dez de outubro de 2002.

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 53 min.

Número de fitas: 01.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistadores: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Gilmar de Almeida Sá.

Revisão:

Sumário

Abertura. Comentários sobre sua formação educacional. O que influenciou e como foi o ingresso na magistratura. Opinião sobre a criação Lei Orgânica da Magistratura (1979). Relato sobre o início da carreira como magistrado (1971). Opinião acerca do que representou a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro para o poder Judiciário no novo estado. Relato de como se deu a promoção ao posto de desembargador (1996). Relato acerca do período em que foi desembargador do Tribunal de Alçada Cível. A elaboração de diversas súmulas no Tribunal de Alçada. As razões de ordem técnica e de ordem política que levaram os tribunais de Alçada à extinção. Relatos de experiências, enquanto professor, acerca do período do Regime Militar. O episódio da prisão do juiz Porto Carreiro e a falta de apoio por parte do presidente do Tribunal. Atrito com os militares. Os danos à nossa classe política e ao país, provocados pelo Regime Militar. Os ataques de grupos da mídia ao Judiciário. Perseguição e punição injusta. A importância da responsabilidade na imprensa. Opinião a respeito do controle externo do Judiciário. A punição dos maus juízes pelo próprio Judiciário. Deficiências da Justiça eleitoral. Os interesses políticos e a legislação eleitoral. Descrédito em relação ao Tribunal do Júri. Primeiro juiz togado a integrar na Justiça militar. O espírito corporativo naquela justiça. A instalação das varas de família gratuitas. A insegurança dos juizes muito jovens. Agradecimentos. Encerramento.

Entrevista n.º: 87

Entrevistados: ***Antônio Ciani***

Cargo: Desembargador (Aposentado)

Data: onze de novembro de 2002.

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 30 min.

Número de fitas: 01.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistadores: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Gilmar de Almeida Sá.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Abertura. Dados pessoais. Informações sobre a carreira antes de ingressar na magistratura. Opinião sobre a atuação da magistratura nos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. Homenagem com nome de rua na cidade de Barra Mansa. Resumo sobre a trajetória como juiz de Direito. Opinião a respeito do Tribunal do Júri. Relato da experiência com a Justiça eleitoral. A experiência como magistrado durante o período de 1973 a 1979. Opinião em relação à promulgação da Lei Orgânica da Magistratura (1979). O poder Judiciário e a opinião pública. A relação do Judiciário com a mídia. Atuação como magistrado frente ao poder local. O ingresso de juízes muitos jovens na magistratura fluminense na atualidade. Relato sobre episódio, quando era promotor de Justiça, do inquérito que envolvia o então deputado Tenório Cavalcante. Controle externo do poder Judiciário. Opinião sobre a Justiça militar. Relato de episódio em que atuou como advogado ao lado do deputado Getúlio de Moura na absolvição de um prefeito de São João de Meriti acusado de matar um vereador entre 1958 e 1960. Atuação como professor em Barra Mansa. Considerações finais.

Entrevista n.º: 88

Entrevistados: ***Maurício Gonçalves de Oliveira***

Cargo: Desembargador (Aposentado)

Data: 18 de novembro de 2002.

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 40 min.

Número de fitas: 01.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistadores: Luiz César A. Bittencourt Silva

Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Gilmar de Almeida Sá.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Abertura. Comentários sobre sua vinda para o Rio de Janeiro. Opção pela magistratura. Atividades exercidas antes de ingressar nos quadros do Judiciário. Resumo da trajetória no Judiciário como servidor. O ingresso na magistratura em 1972. A trajetória no Judiciário como magistrado. O afastamento da magistratura para cursar a Escola Superior de Guerra em 1976. O Judiciário no antigo estado da Guanabara. A transição de serventuário da Justiça a magistrado. Consequências da fusão dos estados da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro para a magistratura fluminense. Atuação como juiz auxiliar da Corregedoria e da Presidência do Tribunal de Justiça. A atuação no Tribunal de Alçada e a sua extinção (1998). A Justiça eleitoral. A inadequação do Tribunal do Júri à realidade atual. Comentários sobre a independência do magistrado frente à opinião pública. Opinião acerca do controle externo do Judiciário. Manifestação popular contrária a sua remoção da regional de Nilópolis em 1976. A pouca idade dos novos juízes fluminenses. O bom relacionamento, como magistrado, com os advogados. Agradecimentos.

Entrevistados: **Paulo Lara**

Cargo: Desembargador (Aposentado)

Data: 19 de novembro de 2002

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 85 min.

Número de fitas: 02.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistadores: Luiz César A. Bittencourt Silva

Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Gilmar de Almeida Sá.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Abertura. Dados pessoais. A vinda para o Rio de Janeiro. O bom desempenho nos estudos. O início da carreira de delegado no interior de Minas Gerais em 1963. A trajetória na polícia mineira. O ingresso na magistratura mineira em 1968. A posse na magistratura do estado do Rio de Janeiro e a mudança em 1972. A transição de delegado para juiz de Direito e as diferenças das carreiras. A fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro e a valorização do magistado (1975). A trajetória na magistratura fluminense. A decepção como juiz de vara criminal e a opção pela área cível. Relatos acerca da experiência no Tribunal do Júri em várias comarcas. A

importância da escolha dos jurados. A participação na extinção dos tribunais de Alçada e a administração do Tribunal unificado. Relato de fatos relevantes e casos polêmicos. Relato da esposa do entrevistado acerca de como se conheceram e de como acompanhou a carreira do marido. Relato de fatos marcantes. Agradecimentos.

Entrevista n.º: 90

Entrevistados: ***Semy Glanz***

Cargo: Desembargador (Aposentado)

Data: 21 de novembro de 2002

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 50 min.

Número de fitas: 01.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistadores: Luiz César A. Bittencourt Silva

Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Gilmar de Almeida Sá.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Dados pessoais. O ingresso na magistratura em 1967. A transição da advocacia para a magistratura. A impressão que guarda do funcionamento da Justiça no antigo estado da Guanabara. A atuação dos juizes entre 1973 e 1979 durante o período do Regime Militar. A trajetória na primeira instância e no Tribunal de Alçada. A extinção dos tribunais de Alçada (1998). A trajetória dentro do Tribunal de Justiça. A relação entre o poder Judiciário e a mídia. Opinião acerca do controle externo do poder Judiciário. Atuação e impressão acerca da Justiça eleitoral. Opinião sobre a pouca idade dos novos juizes. A Justiça militar. O gosto pelos livros e o trabalho de supervisão da biblioteca do Tribunal de Justiça. Atividades desenvolvidas no Tribunal de Justiça após a aposentadoria (2002). Relato sobre a origem familiar. A informatização da Justiça. Considerações finais. Agradecimento.

Entrevista n.º: 91

Entrevistados: ***Pedro Fernandes Ligiero***

Cargo: Desembargador (Aposentado)

Data: 27 de novembro de 2002

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 40 min.

Número de fitas: 01.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistadores: Luiz César A. Bittencourt Silva

Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Gilmar de Almeida Sá.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Dados pessoais. Opção pela magistratura. De jogador de futebol a juiz de Direito. O início da carreira (1993). O poder Judiciário no antigo estado da Guanabara. A trajetória como juiz de Primeira Instância. Opinião acerca da fusão dos antigos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. Resistência da magistratura à fusão. A atuação como juiz durante o período do Regime Militar. O processo no Serviço Nacional de Informação. A passagem pelo Tribunal de Alçada e a impressão sobre sua extinção. O difícil relacionamento entre Justiça e opinião pública. Relatos sobre julgamento de processos que envolviam questões autorais. O controle externo e a limitação da atuação do magistrado. Impressão sobre a Justiça eleitoral e sobre o Tribunal do Júri. Relatos sobre experiências no Tribunal do Júri. Opinião sobre a pena de morte. Impressão acerca da Justiça militar. A imaturidade de vários dos novos juízes e o Conselho de Vitaliciamento. A experiência como jogador de futebol. Comentários sobre o livro de poesias publicado. Considerações finais. Encerramento.

Entrevista n.º: 92

Entrevistados: ***Maria Lúcia Pereira Karan***

Cargo: Juíza (Aposentada)

Data: 14 de abril de 2003

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 38 min.

Número de fitas: 01.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistadores: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Gilmar de Almeida Sá.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Dados pessoais. Da Defensoria Pública à magistratura. O início da carreira na magistratura em 1982. A experiência como juíza eleitoral nas eleições de 1982. Opinião contrária à existência da Justiça eleitoral. Opinião a respeito da Lei Orgânica da Magistratura e a necessidade de uma reformulação. A mídia, a opinião pública e o poder Judiciário nos dias atuais. A importância do controle do poder Judiciário. A trajetória no Judiciário fluminense. A vivência e o gosto pelo Tribunal do Júri e pela Justiça militar federal. A juventude na magistratura atual. Opinião a respeito da redução da maioria penal. A experiência como autora de livros jurídicos. O abandono da magistratura para dedicar-se à produção doutrinária. Os conceitos de Direito e Justiça. Os fatos mais relevantes da carreira. A importância da Defensoria Pública em sua vida e para a sociedade. Agradecimentos.

Entrevista n.º: 93

Entrevistados: ***Aydee Parreira Bittencourt***

Cargo: Juíza (Aposentada)

Data: 14 de abril de 2003

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 40 min.

Número de fitas: 01.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistadores: Luiz César A. Bittencourt Silva

Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Gilmar de Almeida Sá.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Dados pessoais. A experiência na Justiça do trabalho e a opção pela magistratura. O início da carreira como juíza em Paraty (1980). Impressão acerca da Lei Orgânica da Magistratura. Os problemas de saúde e o afastamento das atividades da magistratura. A experiência como psicóloga após desligar-se das atividades da magistratura. Ameaças de morte quando juíza em Paraty e a remoção para Duque de Caxias. A saída de Duque de Caxias após assassinato de seu oficial de Justiça. A transferência para o Rio de Janeiro e a vontade de atuar como juíza em vara de família. A imprensa desacreditando a magistratura. Experiência e impressão sobre o Tribunal do Júri. A juventude da magistratura fluminense e a importância do Conselho de Vitaliciamento. A experiência na Justiça eleitoral e a necessidade de um preparo maior do juiz para esta atividade. Opinião acerca do controle externo do Judiciário. Episódio marcante da carreira. Agradecimentos.

Entrevistados: **Hélio Augusto Silva de Assunção**

Cargo: Juiz (Aposentado)

Data: quinze de abril de 2003

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 49 min.

Número de fitas: 01.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistadores: Luiz César A. Bittencourt Silva

Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Gilmar de Almeida Sá.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Dados pessoais. A atuação como advogado do BNDES antes de ingressar na magistratura. Como entrou para a magistratura em 1980. Relato acerca da condução da correição que culminou com a descoberta de fraude no INSS em 1991. Relato de como foi perseguido e investigado por uma comissão parlamentar de inquérito. Desilusão e outros motivos que o levaram à aposentadoria em 1996. A falta de informação da mídia e da opinião pública a respeito do poder Judiciário. Opinião sobre o controle externo do poder Judiciário. A

importância do Tribunal do júri. Opinião a respeito das justiças militar e eleitoral. O problema da pouca idade dos novos magistrados e a importância da EMERJ. Agradecimentos.

Entrevista n.º: 95

Entrevistados: ***Carlos Augusto Lopes Filho***

Cargo: Juiz (Aposentado)

Data: 16 de abril de 2003

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 58 min.

Número de fitas: 02.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistadores: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Gilmar de Almeida Sá.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Dados pessoais. Atividade exercida antes da magistratura. Promotor de Justiça de 1970 a 1973. Como se deu o ingresso na magistratura em 1973. De membro do Ministério Público do antigo estado do Rio de Janeiro a magistrado no estado da Guanabara. Desilusão com a carreira de juiz criminal e a aposentadoria precoce. Trajetória na Justiça do estado da Guanabara. O Tribunal do Júri enquanto instituição democrática e de controle externo. Relatos acerca de sua experiência como presidente do Tribunal do Júri. As qualidades e deficiências do Tribunal do júri. A questão da incomunicabilidade dos jurados e do interrogatório A impressão enquanto magistrado da fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. A impressão acerca da Justiça no período do Regime Militar. O desconhecimento da mídia em relação ao poder Judiciário. Os problemas na estrutura da Justiça eleitoral. Impressões acerca da Justiça militar. Agradecimentos.

Entrevista n.º: 96

Entrevistados: ***Maurício da Silva Lintz***

Cargo: Desembargador (Aposentado)

Data: 16 de abril de 2003

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 25 min.

Número de fitas: 01.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistadores: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Gilmar de Almeida Sá.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Dados pessoais. A vinda para o Rio de Janeiro e as atividades profissionais desenvolvidas antes de tornar-se juiz. A influência familiar na opção pelo Direito e pela magistratura. O início da carreira em 1972. A trajetória no Judiciário. O magistrado no antigo estado do Rio de Janeiro e após a fusão com o estado da Guanabara. O judiciário durante o período de 1973 a 1979. A Lei Orgânica da Magistratura. O poder Judiciário e os ataques da mídia. Opinião sobre o controle externo do judiciário enquanto instrumento de punição do magistrado. A súmula vinculante. De advogado a juiz de Direito. A extinção dos tribunais de Alçada e o aumento da demanda na área cível. A realidade social brasileira e os crimes no país. A pouca idade dos magistrados no Rio de Janeiro. Experiência e opinião sobre o Tribunal do Júri. Justiça eleitoral e Justiça militar. Desnecessidade da justiça federal. Relato de fatos de sua carreira. Agradecimentos.

Entrevista n.º: 97

Entrevistados: ***Celso Felício Panza***

Cargo: Juiz (Aposentado)

Data: 26 de maio de 2003

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 45 min.

Número de fitas: 01.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistadores: Luiz César A. Bittencourt Silva

Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Gilmar de Almeida Sá.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Dados pessoais. A influência do pai advogado criminalista, desembargador e presidente do Tribunal de Justiça do antigo estado do Rio de Janeiro. O início da carreira nas comarcas de Cambuci e Cachoeira de Macacu no antigo estado do Rio de Janeiro em 1972. A atividade judicial no antigo estado do Rio de Janeiro. A vinda para o Rio de Janeiro após a fusão dos estados do Rio e da Guanabara (1975). As conseqüências da fusão para a magistratura. Experiências negativas no Tribunal do Júri. A Justiça eleitoral e os altos cultos das eleições. A Lei Orgânica da Magistratura Nacional e os direitos e deveres do magistrado. A questão do descumprimento dos prazos pelos magistrados. A pouca idade dos magistrados no Rio de Janeiro na atualidade. A profissionalização da magistratura e a necessidade de uma formação mais completa. A experiência como magistrado em Cachoeira de Macacu na época do Regime Militar. A liberdade de religião e a ordem pública. A aposentadoria precoce (1987). A independência do Judiciário em relação à opinião pública. A experiência como juiz distribuidor. A questão do aborto e do aumento da criminalidade. Relatos de episódio importantes da carreira. Agradecimentos.

Entrevistado: **Denise Camolez**

Cargo: Juíza (Aposentada)

Data: 27 de maio de 2003

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 43 min.

Número de fitas: 01.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistadores: Luiz César A. Bittencourt Silva

Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Gilmar de Almeida Sá.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Dados pessoais e a formação educacional. O início da carreira no Ministério Público dos antigos estados do Rio de Janeiro (1970) e da Guanabara (1971). Da promotoria à magistratura. A trajetória na magistratura de 1978 a 1998. A aposentadoria e a dedicação ao magistério. A impressão, enquanto promotora, da fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara (1975). O magistrado na época da abertura política. A relação da imprensa com a opinião pública nos anos 80. A rápida e intensa experiência no Tribunal do Júri. O alto custo da Justiça eleitoral. A qualidade dos serviços judiciários. A magistratura brasileira em relação a de outros países. A pouca

idade dos magistrados brasileiros como algo irreversível. As publicações. Os juizados especiais e a democratização do acesso à Justiça. Fatos marcantes da carreira. Agradecimentos.

Entrevista n.º: 99

Entrevistado: ***Geraldo Magela Martins da Rocha***

Cargo: Juiz (Aposentado)

Data: onze de junho de 2003

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 23 min.

Número de fitas: 01.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistadores: Luiz César A. Bittencourt Silva

Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Gilmar de Almeida Sá.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Dados pessoais. A opção pela magistratura. A troca de Minas Gerais pelo Rio de Janeiro em 1968. As magistraturas mineira e guanabarina. A impressão, enquanto magistrado, da fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara (1975). A importância da Justiça eleitoral. A experiência no Tribunal do Júri. Os trabalhos publicados. A questão da guarda compartilhada no direito de família. O controle externo e a advocacia. A pouca idade dos novos magistrados. As atividades após a aposentadoria. As decepções e a aposentadoria. A necessidade de os juízes estarem em contato com a sociedade. Agradecimentos.

Entrevista n.º: 100

Entrevistados: *Anilton Loureiro da Silva*

Cargo: Advogado

Data: sete de julho de 2003

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 40 min.

Número de fitas: 01.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistadores: Luiz César A. Bittencourt Silva

Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Gilmar de Almeida Sá.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Dados pessoais. As diversas atividades desempenhadas no serviço público desde 1962. A opção pela advocacia. A impressão acerca fusão dos antigos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro (1975). A atuação como oficial de justiça em Duque de Caxias após a fusão dos estados (a partir de 1977). A justiça em Duque de Caxias na década de sessenta. A figura de Tenório Cavalcante. Oficiais de justiça *ad hoc*. A experiência, como advogado, no Tribunal do Júri. O poder Judiciário e a opinião pública. A desnecessidade de um controle externo para o poder Judiciário. Defesa de uma idade mínima para o ingresso na magistratura. Relato de fatos marcantes da carreira. A Justiça na Baixada Fluminense nos dias atuais. Agradecimentos.

Entrevista n.º: 101

Entrevistado: ***Gilberto Fernandes***

Cargo: Desembargador (Aposentado)

Data: 17 de julho de 2003

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 35 min.

Número de fitas: 01.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistadores: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Gilmar de Almeida Sá.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Dados pessoais. O início precoce da vida profissional e as atividades desenvolvidas antes da magistratura. A autorização para exercer a profissão de tipógrafo no jornal “O Fluminense”. O início da carreira de magistrado no município de Nilópolis em 1974. A transformação do Distrito Federal em estado da Guanabara. A impressão, enquanto magistrado, sobre a unificação dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara (1975). A trajetória como juiz de primeira instância. Opinião acerca da Justiça eleitoral. A transição da advocacia para a magistratura. Comentários sobre a Justiça durante o período militar. A falta de preparo dos profissionais de imprensa sobre o funcionamento do Judiciário. A trajetória como desembargador. Impressão sobre o controle externo do Judiciário. A trajetória no Tribunal de Justiça. O fato de ter sido o primeiro negro desembargador do Tribunal de Justiça. A homenagem oferecida por uma irmandade do Rio de Janeiro. A questão das cotas para negros nas universidades. Experiência e opinião acerca do Tribunal d Júri. A Justiça militar. A falta de vivência dos jovens juízes. Fato marcante da carreira. Agradecimentos.

Entrevista n.º: 102

Entrevistado: ***Hamilton Lima de Barros***

Cargo: Tabelião (Juiz Aposentado)

Data: 21 de julho de 2003

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 22 min.

Número de fitas: 01.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistadores: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Gilmar de Almeida Sá.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Dados pessoais. O ingresso no Ministério Público de São Paulo em 1973. Como se tornou magistrado no Rio de Janeiro em 1978. Atividades desempenhadas além da magistratura. A vocação para a magistratura. A atuação na Associação de Magistrados Brasileiros. O envolvimento com a política. Da vice-presidência da Associação dos Magistrados Brasileiros à chefia do gabinete do ministério da Justiça. A fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro (1975). Magistrado no final do Regime Militar. A trajetória no Judiciário. A Lei Orgânica da Magistratura (1979). O problema do controle externo do Judiciário. A experiência na Justiça eleitoral e sua importância. O “envelhecimento” do Tribunal do Júri. A difícil relação entre a mídia e o poder Judiciário. A atuação da Associação dos Magistrados Brasileiros na defesa da classe e do interesse público durante a Constituinte (1988). O problema da pouca idade dos juízes fluminenses. Desnecessidade da Justiça militar. Fatos marcantes da carreira. O exemplo do pai. A adaptação ao tabelionato. Agradecimentos

Entrevistado: ***Maria Collares Felipe da Conceição.***

Cargo: Desembargadora

Data: 22 de julho de 2003

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 50 min.

Número de fitas: 01.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistadores: Luiz César A. Bittencourt Silva

Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Jorge Luís Rocha.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Data e local de nascimento. Os motivos para ser juíza. Opinião sobre a fusão dos antigos estados da Guanabara e Rio de Janeiro. O período militar. A relação entre o poder Judiciário e a opinião pública. A relação da Justiça com a mídia. Relato de sua passagem pelo Tribunal de Justiça. A Justiça eleitoral. Opinião sobre o Tribunal do Júri. Justiça militar. Comentários sobre a pouca idade da magistratura hoje. A criação da varam ambiental. Episódio marcante.

Entrevistado: ***Estênio Cantarino Cardoso.***

Cargo: Desembargador (Aposentado)

Data: 28 de julho de 2003

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 85 min.

Número de fitas: 02.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistadores: Luiz César A. Bittencourt Silva

Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Jorge Luís Rocha.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Data, local de nascimento e formação educacional. Início da carreira de magistrado (1965). A fusão dos estados da Guanabara e Rio de Janeiro (1975). A passagem pelo Tribunal de Alçada Criminal (1986). Relato de sua passagem pelo Tribunal de Justiça (1995). Justiça eleitoral. Controle externo do poder Judiciário. Tribunal do Júri. A pouca idade dos juízes. Fato marcante.

Entrevistado: **Raphael Cirigliano Filho.**

Cargo: Desembargador (Aposentado)

Data: 07 de outubro de 2003

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 43 min.

Número de fitas: 01.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistadores: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Gilmar de Almeida Sá.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Dados pessoais. O exemplo do pai, advogado, na escolha pelo Direito. A profissão de advogado antes de exercer a magistratura (de 1945 a 1951). A relação entre advogados e magistrados. O ingresso (1951) e a trajetória no Ministério Público. Impressão sobre a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, enquanto primeiro procurador-geral da Justiça do novo estado. Participação na elaboração da Lei Orgânica do Ministério Público. A organização das carreiras de Defensor e Promotor após a unificação. A nomeação para o cargo de desembargador em 1977 e a adaptação à nova função. Pontos positivos na Lei Orgânica da Magistratura Nacional. A relação entre a magistratura e o magistério. Técnicas utilizadas nas aulas. A polêmica e teatralidade do Tribunal do Júri. Indispensabilidade da Justiça eleitoral. Controle externo e interno do Judiciário. A experiência no Órgão Especial. A importância do

Órgão Especial. O tempo em que esteve à frente da 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça. A juventude na magistratura fluminense. Episódio marcante. Agradecimentos.

Entrevista n.º: 106

Entrevistado: ***Alberto Craveiro de Almeida.***

Cargo: Desembargador (Aposentado)

Data: 25 de maio de 2004

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 36 min.

Número de fitas: 01.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistadores: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Gilmar de Almeida Sá.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Dados pessoais. A formação acadêmica. O início da carreira em 1973. Dedicção à advocacia antes e após o exercício da magistratura. A aposentadoria em 2004. As dificuldades da carreira de advogado e a opção pela magistratura. A difícil transição da advocacia para a magistratura. O rigoroso concurso. A inexperiência dos jovens juízes. O malefício da fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro para a magistratura (1975). A atuação durante o período do Regime Militar. A desnecessidade de uma Justiça eleitoral. O desconhecimento dos políticos em relação às leis e à Justiça eleitoral. Fatos relevantes da carreira, e que ganharam repercussão na mídia. O despreparo dos profissionais da imprensa em relação ao Judiciário. A passagem pelos tribunais de Alçada. Os benefícios da extinção dos tribunais de Alçada. A atuação no Tribunal de Justiça. A adaptação e o gosto pela área criminal. Opinião contrária ao Quinto Constitucional e ao controle externo do Judiciário. A importância do Tribunal do Júri dentro do sistema democrático. A passagem pelo 1º Tribunal do Júri. Conselheiro emérito do Conselho de Minerva da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desnecessidade da Justiça militar. Agradecimentos. Falta de compreensão por parte das pessoas da atividade jurisdicional. Encerramento.

Entrevista n.º: 107

Entrevistado: **Sérvio Túlio Santos Vieira.**

Cargo: Desembargador (Aposentado)

Data: 1.º de junho de 2004

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 25 min.

Número de fitas: 01.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistadores: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Gilmar de Almeida Sá.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Sumário

Dados pessoais. Concluído o curso de graduação de bacharel em Ciências Administrativas. Atividades que exerce atualmente: advocacia, magistério. A elaboração de um manual de Direito Civil. A figura do pai, magistrado aposentado após o AI-5. O falecimento do pai (1973), dois anos depois a aposentadoria. O início da carreira em 1979 e a aposentadoria em 2003. Atividades anteriores à magistratura: advocacia e promotoria no Espírito Santo. A fácil adaptação à magistratura. A importância da Lei Orgânica da Magistratura Nacional. A independência do magistrado em relação à opinião pública. A necessidade de reformulação do Tribunal do Júri. A trajetória no Judiciário e a promoção para o Tribunal de Alçada Criminal. Fases marcantes da carreira quando juiz em Duque de Caxias e na 5.^a Vara de Fazenda Pública. A passagem pelo Tribunal de Alçada Criminal. O benefício da fusão dos tribunais e para os jurisdicionados. O magistrado estadual na Justiça eleitoral federal. Desnecessidade da Justiça militar. Diferenças entre ser juiz e desembargador. A relação entre a magistratura e o magistério. A necessidade do magistrado atualizar-se. Opinião sobre a quarentena para o magistrado aposentado atuar como advogado. Necessidade de maturidade para o jovem ingressar na magistratura. O nepotismo na administração pública. O preenchimento dos cargos comissionados. Fraudes na distribuição de processos. Relatos marcantes da carreira. A maior credibilidade de que goza o poder Judiciário em relação aos outros poderes. Agradecimentos.

Entrevista n.º: 108

Entrevistado: **Waldemar Zveiter**

Cargo: Advogado e (Ministro Aposentado do STJ)

Data: oito de julho de 2004

Local: Museu da Justiça – Rio de Janeiro/RJ.

Duração: 85 min.

Número de fitas: 02.

Coordenador: Luiz César A. Bittencourt Silva.

Entrevistadores: Jorge Luís Rocha.

Levantamento Bibliográfico e Roteiro: Jorge Luís Rocha.

Sumário: Gilmar de Almeida Sá.

Revisão: Jorge Luís Rocha.

Obs. Nova entrevista (108.1) em 05 de julho de 2005 por sumariar.

Sumário

Dados pessoais e formação acadêmica. Atividades desenvolvidas além da magistratura: poeta, ensaísta e conferencista. A origem e a educação familiar. A educação liberal e a opção dos filhos pelo curso de Direito. O exercício da advocacia no antigo estado do Rio de Janeiro. Relatos da atuação como advogado criminal. A questão ética e o abandono da advocacia criminal. Comentários sobre a difícil conciliação entre o trabalho, o estudo e o casamento. O início da carreira ao lado de Gastão Menescal Carneiro. O exercício da advocacia na capital e no interior. Convites para compor a lista para vaga de desembargador pelo Quinto Constitucional. A transformação do Distrito Federal em estado da Guanabara, enquanto presidente da OAB do antigo estado do Rio de Janeiro. A experiência de advogar para a magistratura e o Ministério Público do antigo estado do Rio de Janeiro. A amizade com a família de Roberto Marinho e a atuação como advogado da Rede Globo. Consultor-geral da Associação Brasileira de Rádio Difusão. Os papéis independentes do Judiciário e da imprensa. O corporativismo e a transparência do Judiciário. O equívoco da criação do controle externo e sua inaplicabilidade em um regime democrático. Heranças negativas do período da colonização portuguesa. A preferência pelo sistema parlamentarista. O ingresso no Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro em 1983. Os juízes e a humanidade na Bíblia Sagrada. O ingresso e a trajetória no Superior Tribunal de Justiça. As funções dos tribunais superiores e dos tribunais locais. A

experiência no Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro e no Tribunal Superior Eleitoral. O alto nível da Justiça eleitoral do Brasil. Fatos relevantes e pitorescos da carreira. Agradecimentos.